

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO 85 N° 119 2º SEM. 2026

ISSN 0020-3890



SUMÁRIO

EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 1949, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 1973.

Representante do Brasil na Comissão
Internacional de História Militar

Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

1º Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

Conselho Editorial

Cel Prof. Dr. Carlos Roberto Carvalho Daróz

Ten Cel Prof. Dr. Giovani Latfalla

Dr. Daniel Mata Roque

Prof. Dr. Johnny Santana de Araújo

Sede no Clube Militar

Av. Rio Branco, 251 – Centro

20040-009 Rio de Janeiro-RJ

Brasil

ighmb.org.br

revista@ighmb.org.br

3 – Editorial

7 – A tríade de Tucídides aplicada à Guerra da Ucrânia

Cel Cláudio Passos Calaza

15 - A Lei na ponta do lápis: a reforma do recrutamento de 1874 sob o olhar da sátira política (1874-1875)

1º Ten PM João Vitor Palmeiro

1º Ten Pedro Ernesto Miranda Rampazo

31 - Biblioteca do Exército x Estado-Maior do Exército: Projetos paralelos 1889-1932

Ten Cel Wagner Alcides de Souza

55 - Fogo e mobilidade: a artilharia de campanha dos EUA na Guerra do Vietnã

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

93 - Zilda Nogueira Rodrigues: memórias e traumas de uma veterana de guerra

Daniel Mata Roque

Fernando Porto

127 - A difícil negociação: Relações militares Brasil-EUA, 1939-1944

Cel Giorgio Pizzani Trindade

151 - A posição estratégica do Brasil na Segunda Guerra Mundial sob a perspectiva norte-americana

João Claudio Faria Machado

171 – Resenha – M3 Lee no Exército Brasileiro

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

A Revista do IGHMB é um periódico científico para difusão acadêmica, não possui fins lucrativos e não pode ser comercializada. Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

O uso de imagens (fotos, desenhos, mapas etc) deverá observar rigorosamente as prescrições da legislação referente aos direitos autorais, e as respectivas fontes citadas. No caso de imagens protegidas, os autores deverão possuir as respectivas permissões de uso, entregando uma cópia para arquivo do IGHMB.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Editorial

É com satisfação que apresentamos mais um número da Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, publicação dedicada à preservação, à divulgação e à renovação dos estudos de História Militar. Este exemplar reúne pesquisas que, embora distintas quanto aos períodos, espaços e objetos analisados, convergem para um mesmo propósito: compreender a guerra, as instituições militares e suas relações com a sociedade em diferentes contextos históricos.

O semestre foi especialmente significativo para o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), que teve a honra de organizar, em Foz do Iguaçu, o 51º Congresso da Comissão Internacional de História Militar. A realização desse importante encontro internacional no Brasil proporcionou a aproximação entre

pesquisadores de diferentes países, favorecendo o intercâmbio de experiências, perspectivas historiográficas e pesquisas. Para o IGHMB, o Congresso reafirmou sua vocação como espaço de diálogo científico e de cooperação internacional no campo da História Militar.

É nesse ambiente de intercâmbio que se insere o presente número da Revista, marcado pela diversidade temática e metodológica.

O primeiro artigo analisa a Guerra da Ucrânia a partir da chamada Tríade de Tucídides: honra, medo e interesse. Partindo da *História da Guerra do Peloponeso* e dialogando com autores contemporâneos das Relações Internacionais, o estudo demonstra a permanência desses conceitos como instrumentos para compreender os conflitos atuais. A invasão rus-



sa é interpretada a partir da combinação entre a busca de prestígio e influência geopolítica, as percepções de ameaça relacionadas à expansão da OTAN e os interesses estratégicos, econômicos e territoriais envolvidos no conflito. O artigo evidencia, assim, a atualidade do pensamento tucididiano para a compreensão das guerras contemporâneas.

O segundo estudo volta-se para a Lei do Recrutamento Militar de 1874, examinando suas representações na imprensa satírica do Brasil Imperial. Com base em *O Mosquito*, *Semana Illustrada* e *A Vida Fluminense*, o artigo demonstra que a tentativa de substituir o recrutamento forçado pelo sistema de sorteio encontrou resistência entre as camadas populares. As sátiras revelam mecanismos de negociação e resistência, como o movimento “rasga-listas” e o uso do matrimônio para escapar ao serviço militar, evidenciando o recrutamento como importante es-

paço de tensão entre Estado e sociedade.

A disputa intelectual entre a Biblioteca do Exército e o Estado-Maior do Exército, entre 1889 e 1932, constituem o objeto do terceiro artigo. A pesquisa demonstra como o modelo de formação ampla e humanística, associado à *Bildung* e cultivado pela Biblioteca desde o período imperial, entrou em conflito com a concepção técnico-profissional defendida pelo Estado-Maior republicano. O processo resultou no esvaziamento e fechamento da Biblioteca em 1925 e na posterior incorporação de seu acervo, consolidando o Estado-Maior como centro de produção e controle do saber militar.

A artilharia de campanha norte-americana na Guerra do Vietnã é analisada em seguida sob uma perspectiva sistêmica. O estudo demonstra que sua eficácia dependia da integração entre mobilidade aeromóvel, comando e controle, observação avançada, doutrina e logís-



tica. Embora tenha apresentado elevado desempenho tático-operacional, a artilharia encontrou limites no plano estratégico, próprios de uma guerra irregular. A análise da vietnamização evidencia ainda as dificuldades para transferir esse complexo sistema ao Exército sul-vietnamita, ressaltando a distância entre sucesso tático e resultado estratégico.

Outro artigo recupera a trajetória de Zilda Nogueira Rodrigues, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial. A partir de uma abordagem micro-histórica e biográfica, a pesquisa acompanha sua formação, experiência profissional, enfrentamento da discriminação racial, conflitos disciplinares, atuação hospitalar e posterior adoecimento psíquico. Sua reforma por invalidez e as promoções que a tornaram a primeira capitã do Exército Brasileiro conferem especial dimensão à sua trajetória. O estudo evidencia as relações

entre gênero, raça, saúde mental, memória e instituição militar.

As relações militares entre Brasil e Estados Unidos entre 1939 e 1944 são examinadas em outro artigo, que destaca o caráter simultaneamente cooperativo e conflituoso das negociações que antecederam o alinhamento brasileiro aos Aliados. O Exército Brasileiro buscava modernização e reaparelhamento, mas resistia à perda de autonomia diante da presença norte-americana. Os Estados Unidos, por sua vez, condicionavam o fornecimento de armamentos a garantias políticas e estratégicas. O estudo demonstra que a criação da Força Expedicionária Brasileira resultou de uma relação assimétrica, marcada por interesses convergentes, divergências e desconfianças mútuas.

Ainda sobre a Segunda Guerra Mundial, outro estudo investiga a perspectiva norte-americana sobre o Brasil diante da ameaça argentina e da im-



portância estratégica do Nordeste. Com base na documentação da coleção presidencial de Franklin D. Roosevelt, o artigo demonstra que Washington considerava o Brasil essencial tanto para conter possíveis movimentos favoráveis ao Eixo na América do Sul quanto para garantir a segurança do Atlântico Sul. A pesquisa amplia, assim, a compreensão do papel estratégico atribuído ao Brasil pelos Estados Unidos durante o conflito.

Completa o número uma resenha da obra *M3 Lee no Exército Brasileiro*, que aborda a aquisição e o emprego desse blindado pela Força terrestre.

O conjunto de textos aqui reunidos evidencia a amplitude da História Militar e suas múltiplas possibilidades de investigação. Da Antiguidade clássica à Guerra da Ucrânia, do Brasil Imperial à Segunda Guerra Mundial e ao Vietnã, os artigos demonstram que a guerra deve ser compreendida em suas dimensões políticas, sociais, cul-

turais, institucionais e estratégicas.

Ao apresentar este novo número, o IGHMB reafirma seu compromisso com uma História Militar aberta ao diálogo interdisciplinar, à cooperação internacional e à renovação permanente de seus objetos e métodos. A realização do 51º Congresso da Comissão Internacional de História Militar em Foz do Iguaçu e a publicação deste exemplar constituem expressões desse mesmo compromisso.

Convidamos nossos leitores a percorrer as páginas desta edição, esperando que os estudos aqui publicados contribuam para ampliar conhecimentos, suscitar novos debates e estimular futuras pesquisas.

Boa leitura!

Carlos Daróz – Coronel

Doutor em História
Editor da Revista do IGHMB

A tríade de Tucídides aplicada à Guerra da Ucrânia

Cláudio Passos Calaza ^a

Resumo: O presente artigo analisa a Guerra da Ucrânia à luz da chamada Tríade de Tucídides, composta pelos conceitos de honra, medo e interesse, considerados pelo historiador grego como os principais motivadores dos conflitos armados. Inicialmente, apresenta-se a origem do conceito a partir da obra *História da Guerra do Peloponeso* e sua posterior sistematização por estudiosos das Relações Internacionais, como Robert Gilpin, Donald Kagan e Michael Doyle. Em seguida, são examinadas as três dimensões da tríade. A honra relaciona-se ao prestígio, à identidade nacional e à busca pela preservação da reputação dos Estados. O medo decorre da percepção de ameaças à segurança e pode levar à adoção de medidas preventivas ou ofensivas. O interesse refere-se à obtenção de vantagens políticas, econômicas ou estratégicas. Aplicando esse referencial ao conflito russo-ucraniano iniciado em 2022, argumenta-se que a invasão russa pode ser compreendida pela combinação dessas três motivações: a tentativa de restaurar o status geopolítico da Rússia e sua influência histórica sobre a Ucrânia; o receio da expansão da OTAN e da integração ucraniana ao Ocidente; e os interesses relacionados à posição estratégica, aos recursos naturais e à importância econômica do território ucraniano. Conclui-se que a interpretação tucididiana permanece relevante para a compreensão das causas estruturais das guerras contemporâneas.

Palavras-chave: Guerra na Antiguidade; Guerra na Ucrânia; estratégia.

INTRODUÇÃO

Tucídides (c. 460–c. 400 a.C.) foi historiador e estrategista ateniense, autor da *História da Guerra do Peloponeso* (431–404 a.C.), obra que ocupa posição

central na tradição da historiografia e do pensamento político ocidental. A obra examina o conflito que opôs a Liga do Peloponeso, sob hegemonia espartana, à Liga de Delos, sob hegemonia ateniense. Sua abordagem privi-

^a Coronel da Força Aérea Brasileira, mestre em Ciências Aeroespaciais. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



legia a análise estrutural dos eventos, investigando causas e consequências da guerra à luz da razão e da lógica, em detrimento de explicações providencialistas ou mitológicas. Amplamente reconhecido como precursor da história científica, Tucídides é igualmente considerado um dos fundadores do pensamento realista nas Relações Internacionais, em razão de sua visão pragmática acerca da política e dos determinantes estruturais do conflito armado.

O contexto de intensificação das tensões geopolíticas e de eclosão de conflitos na terceira década do século XXI reacendeu um debate clássico: por que povos, civilizações ou Estados ingressam em guerra? Trata-se de questão que tem dividido e desafiado estudiosos do fenômeno bélico ao longo de séculos. Tucídides foi, possivelmente, o primeiro pensador a oferecer uma explicação sistemática para essa indagação. Em sua obra, o historiador sustenta que o conflito no mundo helênico decorreu de

uma combinação de fatores: a busca por honra (*timê*), o medo (*phobos*) recíproco entre as cidades-estados e os distintos interesses (*kerdos*) em disputa. Para Tucídides, tais elementos constituem paixões ou disposições fundamentais que, latentes ou manifestas, impelem líderes e sociedades ao confronto armado.

A SISTEMATIZAÇÃO DA TRÍADE

Os componentes da honra, do medo e dos interesses estão explicitamente enunciados por Tucídides no Livro I (Seção 75) da *História da Guerra do Peloponeso*. Contudo, foi apenas na segunda metade do século XX que estudiosos de Relações Internacionais — sobretudo os filiados ao Realismo Clássico — consolidaram a expressão "Tríade de Tucídides". O principal precursor dessa sistematização foi o cientista político Robert Gilpin que, em *Guerra e Mudança na Política Mundial* (1981), mobilizou ex-



tensivamente a lógica tucididiana para explicar a ascensão e o declínio dos impérios com base nas categorias de segurança (medo), prestígio (honra) e bem-estar (interesse).

Em seguida, Donald Kagan, historiador da Universidade de Yale e reconhecida autoridade sobre a Guerra do Peloponeso, isolou sistematicamente esses três fatores em *Sobre as Origens da Guerra e a Preservação da Paz* (1995), aplicando-os não apenas à Grécia Antiga, mas também à Primeira Guerra Mundial e à Crise dos Mísseis de Cuba, popularizando o conceito nos meios acadêmicos e nas instituições de ensino militar, como o Naval War College dos Estados Unidos. Em 1997, Michael Doyle, em *Ways of War and Peace*, formalizou as três motivações como fundamento da psicologia dos Estados na tradição realista das Relações Internacionais.

A Honra

A honra (*timê*) refere-se à identidade nacional, ao prestígio

e à reputação de uma civilização, Estado, classe dirigente ou lideranças políticas. Inúmeros conflitos foram travados com vistas à preservação da dignidade nacional ou à prevenção de humilhações públicas. Sob a perspectiva tucididiana, quando um Estado, povo ou civilização percebe que sua honra foi violada, tende a acumular ressentimentos que podem catalisar o recurso à guerra. Esse princípio articula-se às noções de orgulho nacional, respeito e credibilidade no sistema internacional. A honra pode conduzir a decisões irracionais ou impulsivas, uma vez que se fundamenta em percepções e disposições afetivas, e não em cálculos estratégicos. Com frequência, Estados empreendem guerras que poderiam ser evitadas apenas para preservar sua imagem como potência dominante ou para não ceder terreno diante de rivais.

O Medo

O medo (*phobos*) constitui um dos motivadores mais pode-



rosos para a guerra, sendo engendrado pela percepção de ameaças existenciais ou estratégicas. A síntese tucididiana é lapidar: "Foi o crescimento do poder de Atenas, e o alarme que isso inspirou em Esparta, que tornou a guerra inevitável."

Estados ou coalizões podem optar pelo ataque preventivo ante o receio de que, caso não o façam, serão subjugados ou enfraquecidos no futuro. O medo pode assumir caráter tanto racional – quando fundado em ameaças objetivamente identificáveis – quanto irracional, quando a paranoia ou a percepção distorcida do adversário conduz a decisões precipitadas.

O dilema de segurança constitui aqui um mecanismo central: medidas de natureza defensiva adotadas por um Estado podem ser interpretadas como agressivas pelo adversário, gerando espirais de tensão e escalada do conflito.

O Interesse

O interesse (*kerdos*) ao qual Tucídides se refere pode ser compreendido como a busca por vantagens materiais, estratégicas ou políticas que induzem um Estado ou grupo a iniciar ou sustentar uma guerra. Essas vantagens podem abarcar território, recursos naturais, vias comerciais, projeção geopolítica ou segurança econômica.

Trata-se de um princípio de natureza pragmática e racional: o recurso à guerra tende a ocorrer quando os atores envolvidos avaliam que o custo do conflito será inferior aos benefícios esperados.

Contudo, dado o caráter inerentemente imprevisível da guerra, esse cálculo frequentemente se revela equivocado, transformando o confronto armado em um empreendimento de retorno incerto.



A TRIÁDE APLICADA À GUERRA DA UCRÂNIA

Em fevereiro de 2022, a Federação Russa, sob a liderança de Vladimir Putin, desencadeou uma invasão em larga escala ao território ucraniano, inaugurando um conflito que se estende até o presente. O governo russo classificou a intervenção como uma "operação militar especial" destinada a proteger os separatistas russófonos da região do Donbass, declarando como objetivos a "desmilitarização" e a "desnazificação" da Ucrânia.

A teoria tucididiana das motivações para a guerra oferece instrumental analítico relevante para a compreensão das causas estruturais desse conflito, ainda que o contexto contemporâneo introduza nuances ausentes no cenário helênico. A seguir, examina-se o conflito à luz de cada uma das três dimensões da tríade.

A dimensão da honra

A Rússia reivindica um papel histórico e cultural sobre a Ucrânia, postulando que russos e ucranianos constituem "um único povo". Para fundamentar essa pretensão, o governo russo mobiliza, de forma ressignificada, a ideologia pan-eslavista, posicionando a Rússia como a potência predestinada a liderar a unificação dos eslavos em uma entidade nacional comum. Nessa perspectiva, Moscou recusa o reconhecimento pleno da soberania ucraniana, interpretando Kiev como pertencente ao espaço civilizacional russo.

Putin tem manifestado reiteradamente sua inconformidade com o colapso da União Soviética, caracterizando-o como a maior catástrofe geopolítica do século XX, responsável pela perda de poder e influência russa na Europa Oriental. Nessa lógica, o presidente russo projeta-se como um estadista predestinado a restaurar os domínios históricos do Império Russo e Soviético, buscando reafirmar a hegemonia



rusa e impor uma nova ordem internacional multipolar que contrabalance a supremacia ocidental.

A dimensão do medo

Putin tem expressado sistematicamente seu temor em relação à aproximação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e, de modo particular, da União Europeia (UE) às fronteiras russas. O período pós-soviético assistiu ao declínio progressivo da influência de Moscou no espaço pós-soviético: os países bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia – anteriormente integrados ao Império Russo e à União Soviética, alcançaram a independência e aderiram tanto à UE quanto à OTAN.

Trajetória análoga foi seguida por diversas nações outrora pertencentes à esfera de influência soviética. A perspectiva de integração da Ucrânia à UE – o que implicaria o desenvolvimento de uma economia próspera sob regime democrático – representa uma ameaça direta ao mo-

delo político autoritário e ao sistema econômico oligárquico de Putin.

A adesão ucraniana à OTAN, por sua vez, é percebida e apresentada como a principal ameaça à segurança estratégica russa. Ao desencadear a guerra, Putin visou afastar preventivamente essas ameaças, almejando redefinir a Ucrânia como território anexado ou como Estado vassalo e tampão.

A dimensão dos interesses

A Rússia nutre interesses geopolíticos e econômicos substantivos em relação à Ucrânia – um Estado de vasto território, dotado de considerável potencial agrícola, recursos minerais estratégicos e parque industrial herdado do período soviético. Estão em disputa extensas áreas de terras férteis, com expressiva produção de cereais que abastece mercados europeus e globais.

O subsolo ucraniano contém reservas significativas de ferro, carvão, manganês, titânio, lítio e outros minerais de alto valor



estratégico. A península da Crimeia representa uma projeção estratégica de primeira grandeza para o controle do Mar Negro, como demonstrou a anexação russa de 2014, motivada pela necessidade de manutenção da base naval de Sebastopol.

Ademais, o território ucraniano constitui corredor de trânsito indispensável para gasodutos e oleodutos russos destinados ao mercado europeu, conferindo à cooperação ucraniana papel central no modelo exportador energético da Rússia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise empreendida demonstra que a Guerra da Ucrânia pode ser plenamente interpretada à luz das motivações tucidianas: uma potência regional historicamente hegemônica (Rússia) responde às ameaças percebidas de um Estado recém-emancipado e com trajetória de integração ocidental em suas fronteiras imediatas (Ucrânia). A invasão

russa configura, sob esse prisma, uma tentativa de preservar e ampliar a esfera de dominação sobre uma área de importância econômica e estratégica vital para Moscou.

A dimensão da honra manifesta-se no imperativo russo de reafirmar sua posição no sistema internacional e de resistir ao que percebe como uma marginalização progressiva de seu status de grande potência. A guerra constitui, em parte, uma contestação à hegemonia ocidental liderada pelos Estados Unidos e pela União Europeia: Putin busca demonstrar que a Rússia não aceita um papel subordinado às decisões de Washington ou Bruxelas.

A dimensão do medo reflete-se na decisão de agir preventivamente antes que a integração ucraniana ao Ocidente se tornasse irreversível – um temor estruturalmente análogo ao dos espartanos diante do crescimento do poder ateniense. Da mesma forma que a ascensão de Atenas conduziu Esparta à guerra preventiva, o avanço da influência



ocidental sobre Kiev engendrou em Moscou um temor existencial que precipitou o conflito.

Por fim, a persistência e a atualidade do esquema analítico de Tucídides evidenciam que as motivações fundamentais para a guerra podem ser compreendidas nas dimensões do princípio moral (honra), do estado emocional (medo) e do cálculo racional (interesse). A invasão da Ucrânia expressa, de forma contundente, essa dinâmica multidimensional: articula a busca pela restauração do orgulho nacional e do status de potência mundial, o temor da perda de influência estratégica e os interesses geopolíticos e econômicos que Moscou identifica como vitais à sua sobrevivência como potência regional.

BIBLIOGRAFIA

BORTNIK, Ruslan. On the Current Globalization and the Causes of the Russian-Ukrainian War. *Ukrainian Policymaker*, v. 11, n. 11, p. 19-25, 2022.

BUGIATO, Caio. *A Guerra na Ucrânia sob a ótica das Teorias de Relações Internacionais: discussão sobre causas e caráter da guerra*. 2023.

GILPIN, Robert. *War and Change in World Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GOMES, Tomé Ribeiro. Tucídides na Teoria das Relações Internacionais. *Political Observer | Revista Portuguesa de Ciência Política*, n. 17, 2022.

JOHNSON, Laurie M. Thucydides the realist? In: *A Handbook to the Reception of Thucydides*. p. 391-405, 2014.

KAGAN, Donald. *On the Origins of War and the Preservation of Peace*. New York: Doubleday, 1995.

KURY, Mario da Gama (Trad.). *Tucídides: História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

KYRYDON, Alla; TROYAN, Serhiy. The Russian-Ukrainian War (2014-2022): Basic Preconditions and Causes. *Balkan Social Science Review*, v. 20, p. 157-179, 2022.

A Lei na ponta do lápis: a reforma do recrutamento de 1874 sob o olhar da sátira política (1874-1875)

João Vitor Palmeiro ^a

Pedro Ernesto Miranda Rampazo ^b

Resumo: Este artigo analisa as representações da imprensa satírica acerca da implementação da Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874, conhecida como Lei do Recrutamento Militar de 1874. O problema central de pesquisa busca compreender como o diálogo satírico articulou as tensões sociais e políticas geradas pela transição do recrutamento forçado para o sistema de sorteio no Brasil Imperial. Metodologicamente, a investigação fundamenta-se nos pressupostos da Nova História Militar, utilizando como fontes primárias os periódicos *O Mosquito*, *Semana Illustrada* e *A Vida Fluminense*, entre o ano de aprovação da lei e o subsequente. Os resultados indicam que, apesar da tentativa de modernização legislativa, a reforma foi não foi aderida e legitimada pelas camadas populares. A análise das sátiras revela que a população utilizou mecanismos de resistência e negociação, como o movimento "rasga-listas" e o uso estratégico do matrimônio para evasão do serviço militar.

Palavras-chave: Recrutamento; Império; sátira; tensões sociais.

INTRODUÇÃO

Recrutamento militar é um tema pertinente à sociedade brasileira até os dias atuais, milhares de jovens de 18 anos preci-

sam legalmente apresentar-se a uma junta e se colocar "à disposição" do serviço da pátria, "com as suas atividades, coopera na educação moral e cívica dos brasileiros em idade militar e lhes pro-

^a 1º Tenente da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

^b 1º Tenente do Quadro de Oficiais Convocados da Força Aérea Brasileira. Graduado em História.



porciona a instrução adequada para a defesa nacional" (Brasil, 1966).

A formação do Brasil como nação independente gerou debates sobre como formar uma estrutura própria, porém sem abandonar velhos hábitos do domínio português, mantendo a estrutura de poder representado tanto pela burocracia centralizadora lusitana quanto pelos mandos das velhas oligarquias regionais (Faoro, 2012). Vivia-se um intenso momento de disputas bélicas, com conflitos armados exigindo uma capacidade elevada de alistamento de cidadãos para as Forças Armadas Imperiais.

As maneiras encontradas de atrair voluntários esbarravam em bloqueios criados pela própria estrutura política brasileira, que utiliza o ambiente militar como forma de disciplinar os considerados "vadios" pela sociedade. Durante o decorrer do Império, as tentativas de voluntariado não surtiram o efeito desejado, sendo necessário re-

correr à coerção para que houvesse um efetivo nas Forças Armadas. Tal situação embaraçosa reverberou no meio civil, especialmente jornalístico, onde foram publicadas sátiras quanto as condutas exercidas pelos donos do poder para alistar, e as tentativas dos populares de escaparem da penúria do recrutamento.

Considerando o exposto, esta pesquisa busca responder como o diálogo satírico da imprensa articulou as tensões sociais e políticas geradas pela implementação da Lei do Sorteio (1874). Para isso objetiva-se analisar as representações visuais e discursivas produzidas pela imprensa satírica acerca da implementação da Lei nº 2.556 de 1874, como um diálogo entre as publicações e as tensões sociais e políticas decorrentes da transição do recrutamento forçado para o sistema de sorteio militar no Brasil Imperial.

Metodologicamente se fundamenta nos pressupostos da Nova História Militar, privilegiando a análise da imprensa e sua



potência como fonte que apresenta os temas debatidos por uma sociedade e suas percepções. Nesse sentido, as sátiras são compreendidas não apenas como manifestações humorísticas, mas como fontes históricas capazes de revelar as tensões sociais envoltas do serviço militar, assim como os mecanismos de negociação, resistência e crítica. Considera-se que as inquietações sociais geradas pelo recrutamento tiveram relação com as características de sua concepção legislativa e comunicação com os setores populares, que compunham a maior parte do contingente afetado pelas normas de alistamento.

OS PRIMÓRDIOS DO EXÉRCITO IMPERIAL

O século XIX foi de grandes turbulências para a incipiente nação brasileira, o país foi elevado a Reino Unido com Portugal e os Algarves em 1815, superando

seu estado de colônia, recebendo, em tese, os mesmos direitos que sua antiga metrópole europeia. Em 1822, posteriormente à Revolução Liberal do Porto, houve um rearranjo político que buscava, entre outras coisas, recolocar o Brasil na posição de colônia, novamente subordinada Portugal.

Durante esses embates lusitanos pelos aspectos políticos, havia disputas bélicas em solo sul-americano contra inimigos externos, como as campanhas na Cisplatina de 1811 e 1816, o que demandava extenso alistamento de tropas para compor as fileiras do Exército.

O período que precedeu à autoproclamação de independência, composto por desconfianças perceptíveis por meio de eventos como o Dia do Fico, já deixava clara a necessidade brasileira de possuir uma tropa treinada, pronta, leal e, sobretudo, nacional.

As forças militares coloniais, de acordo com Boris Fausto (1996), eram compostas por tro-



pas regulares, de 1ª linha, auxiliares, de 2ª linha, e de ordenança, de 3ª linha. As primeiras eram pagas e profissionais, as segundas não eram remuneradas, sendo composto por homens em idade militar e mobilizadas em caso de necessidade de defesa do território ou apoio às tropas regulares, e terceira englobava os homens que não se encaixavam nas já citadas tropas, abrangendo toda a população masculina de 18 a 60 anos. Toda essa força era organizada nos moldes lusitanos.

Posteriormente, com a independência, as forças regulares se tornaram o Exército Imperial, e as tropas auxiliares e de ordenança acabaram se tornando, em 1831, a Guarda Nacional, uma força auxiliar subordinada ao Ministro da Justiça (e na prática às elites regionais), destinada a manter a ordem pública, auxiliar o Exército em conflitos bélicos e, também, cessar desconfianças quanto a possibilidade de o Exército aliar-se a revoltosos urbanos (Brasil, 1831).

O RECRUTAMENTO

A principal forma para posuir efetivo, no período anterior a 1822, era o recrutamento forçado de pessoas sem ocupação formal e sem apadrinhamento político, os ditos “vadios”, como afirmou Fausto (1996, p.37):

a primeira [linha] constituía um contingente regular e profissional permanentemente em armas. Era quase sempre composta de regimentos portugueses. Para completar os efetivos, as autoridades coloniais deveriam engajar gente branca da Colônia. Mas como poucas pessoas queriam voluntariamente ingressar na tropa em seus níveis mais baixos, as autoridades lançavam mão do recrutamento, que se tornou o espantinho da população. Na Bahia, por exemplo, em fins do século XVIII, logo que começava a ação violenta dos agentes recrutadores, constatava-se a carestia dos gêneros alimentícios porque os lavradores abandonavam as roças.



Para regulamentar as questões pertinentes ao recrutamento, instruções foram criadas pela Decisão nº 67 de 10 de julho de 1822, as quais determinavam que os recrutáveis seriam homens de 18 a 35 anos, excluindo-se os casados e cidadãos com profissões formais. Tal documento, que buscava organizar e definir com parâmetros certos quais seriam os alistados, manteve dúvida a situação de boa parte da população, pois havia empregos que eram considerados formais, porém havia uma boa parte da economia voltada à informalidade, especialmente a realizada por brancos pobres, mestiços e negros libertos.

Por outro lado, durante a Guerra de Independência do Brasil, houve a contratação de inúmeras tropas mercenárias europeias visando modelar um novo exército e marinha nacionais. Esses combatentes de outras nações, boa parte veteranos de guerras no continente europeu, receberam também a missão de treinar e disciplinar os recruta-

dos brasileiros, os quais enfrentaram a penúria da vida militar do século XIX.

Somente em 1848 foi dada atenção à situação dos recrutados, quando foi proposto pelo governo imperial um voluntariado no Exército, com duração de 6 anos (Doratioto, 2002). A falta de voluntários levou ao aumento do uso de mercenários na Guerra do Prata, em 1851 e 1852, e também motivou o governo a oferecer uma recompensa financeira maior para que desejasse se candidatar à vida castrense, porém estendia o serviço de 6 para 9 anos, situação que não melhorou a mobilização de tropas no Exército.

Visando corrigir o problema da falta de efetivo, houve uma ampliação do recrutamento da Guarda Nacional¹, composta por mais de 400 mil homens, visando aumentar as capacidades bélicas do Brasil no início da crise com o Paraguai, desencadeada na Guerra com o partido blanco uruguaio. Tal realidade quantitativa não demonstrou ser qualitativa,



já que houve inúmeros problemas de adesão dos militares da Guarda Nacional, com problemas de deserção, falta de capacidade combate e desorganização.

Esse cenário só foi ser alterado com a Guerra do Paraguai, em 1864, devido ao fato do Brasil ter sido diretamente agredido por nação estrangeira, situação que motivou extenso número de voluntários nos anos iniciais do conflito (Doratioto, 2002), especialmente com a criação dos Corpos de Voluntários da Pátria².

A VIDA NA CASERNA

O meio militar do século XIX era composto por um ambiente extremamente insalubre, devido à baixa remuneração, que não se alterou de 1825 até 1865, mesmo a moeda passando a valer o dobro. Também pelos castigos físicos, como a chibatada, e pelo fato da tropa receber somente uma refeição por dia (Doratioto, 2002). Adicionalmente, o serviço militar era utilizado como forma

de controle social, direcionando trabalhadores informais que poderiam em momento futuro se engajar em alguma revolta, ou mesmo criminosos condenados, para um ambiente de estrita disciplina, vigilância, subjugação e controle.

Em muitos casos, escravizados, atuando fora de um emprego formal devido à falta de oportunidade, sem apadrinhamento por algum membro poderoso de burocracia do Estado ou das elites regionais, eram recrutados à força, retornando a um ambiente parecido ao que estes eram sujeitos antes de serem libertos. O que deveria ser um ato de cidadania, tornava-se um fardo dado a pessoas sem condições plenas de vida e sem apadrinhamento dado por pessoas importantes no contexto da sociedade monárquica dos anos 1800.

OS DEBATES

É uma infração flagrante da Constituição, que estabelece



que todos hão de contribuir para as necessidades do Estado na proporção dos seus haveres. Digam-me todos os que estão aqui sentados e também na Câmara dos Deputados se seus filhos são recrutados. Todos os senhores não pediram alguma vez [a dispensa de seus filhos]? A Constituição não nos deu esse privilégio, não diz que os filhos dos senadores e dos deputados não são recrutados (Brasil, 2024).

A situação dos soldados foi alvo de amplos debates entre parlamentares, pois era de amplo conhecimento que havia exageros nos castigos físicos, que não ocorria equiparação nas formas de recrutamento, pois era arbitrária a forma de convocar, deixando apadrinhados com condição de recrutamento de lado. Também era sabido que a regulamentação causava casamentos indesejados por jovens dispostos a todos os sacrifícios para escapar de tal mazela (Brasil, 2024).

Durante os debates, houve uma divisão entre liberais e conservadores. Os primeiros pleite-

avam somente o alistamento voluntário, já os segundos buscavam um voluntariado que deveria ser completado com recrutamento forçado em caso de necessidade. O que veio em pauta foi a possibilidade de um sorteio, o que já trazia alguns questionamentos entre os parlamentares, como o medo de sabotagem e fraudes, com “sorteados” já escolhidos.

Por fim, os debates de 1869 foram finalizados com a sanção da Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874, que introduziu o voluntariado e, em caso de falta de candidatos, o sorteio militar para o Exército e a Armada. Tal lei isentava deficientes, eclesiásticos, graduados e estudantes, educadores de órfãos e filhos únicos de viúvas ou “pais decrépitos”, entre outros. O regulamento também tratava sobre quais seriam as autoridades elencadas para a realização do sorteio, buscando torná-lo mais idôneo.

Além disso, o estado civil de casado – que desde a Decisão nº



67 de 1822 isentava os casados –, passou a funcionar em modo progressivo que prioriza a preservação do núcleo familiar: embora não garanta isenção automática no sorteio em tempos de paz, colocava o homem no fim da fila de prioridade em caso de guerra, sendo mobilizado apenas após o esgotamento de solteiros e viúvos sem prole. A proteção atingia seu grau máximo para os casados com filhos, que poderia ser poupado na ordem de convocação para conflitos ou ainda recebia o benefício exclusivo de ser dispensado das obrigações da reserva após cumprir seu tempo de serviço regular. Assim, a legislação tratava o homem casado, especialmente o chefe de família, como um dos últimos recursos humanos a ser sacrificado pelo Estado Imperial, mas sem o isentar como era feito anteriormente.

Apesar do esforço, o citado método não foi popularizado no país, nem entre classes ricas, que julgaram haver perdido poder de decisão e apadrinhamento, nem entre os pobres, especialmente

os que viviam sob a égide do clientelismo, sendo protegidos por seus patrões. Este fator criou um fenômeno observado em diversas regiões do Brasil: o “rasga-listas”.

O RASGA-LISTAS

O novo ordenamento gerou fortes reações no seio da sociedade, com indivíduos organizados, sob “patrocínio” das elites regionais, buscando retirar as listas com nomes dos candidatos à seleção para fins de rasgá-las, impedindo a continuidade do processo, invadindo igrejas e locais públicas, armados ou não. Até mesmo mulheres participaram deste movimento, pois o fator casamento não mais impedia o recrutamento do sorteado, situação que gerou indignação nas esposas, que não pretendiam ver seus maridos nas casernas.

Além do medo de perder braços para a atividade laboral, houve quem considerasse a nova



lei como uma forma de controle e opressão do Estado sobre os indivíduos, e que o movimento de sedição fosse um “tribunal” de costumes destinado a resolver, de uma vez só, uma gama de problemas sociais relacionados à família, igreja e instituições de poder, refletindo na multidão a ideia de restauradores da ordem religiosa contra a “tirania” do poder secular:

a revolta rasga-listas não foi um protesto contra o recrutamento tout court, mas antes uma rejeição à reforma em curso em 1875, com a nova lei do alistamento. Isso está amplamente documentado pelos observadores dos protestos, mas também é possível indicar o que os próprios revoltosos afirmavam: num raro processo criminal envolvendo rasga-listas (único encontrado nessa pesquisa), todos concordaram (testemunhas e acusados) que o que motivou o conflito foi o entendimento, por parte dos sediciosos, de que aquela era uma lei “pés-sima para o povo”, uma lei “bárbara” que “vinha escravi-

zar o povo” (Cândido, 2008, p.28).

As disputas políticas e sociais sobre a implementação da nova lei foram pautadas em periódicos, inclusive por meio sátiras, que apresentavam as tensões sociais em torno da nova forma de recrutamento.

AS SÁTIRAS

A imprensa no período imperial brasileiro, especialmente durante o Segundo Reinado, possuía liberdade para noticiar o que se passava no governo e apresentar a perspectiva do editorial sobre o assunto. Esse cenário favoreceu, entre outras coisas, a aparição de sátiras gráficas e textuais sobre os mais diversos aspectos da vida pública, social e política do período.

Um dos jornais que apresentava sátiras era *O Mosquito*, marcado por um editorial de ácida oposição. Em sua edição 249, de 20 de junho de 1874, publicou



em um breve trecho da coluna intitulada “Comedia Parlamentar” (p. 3) sobre os trâmites do que seria a Lei do Recrutamento:

O Sr Candido Mendes [senador] sobre a lei do recrutamento cita não sei quantos generaes e quantas bullas, pede uma grande diminuição no tempo do serviço militar; [...] O Sr Jobim [senador] assegura que o S. M. póde ser mahometano ou evangélico, luterano ou calvinista, ou emfim optar pela religião catholica, pois é essa a letra da constituição.

Percebe-se que o periódico se atenta a agenda do alistamento, mas apresenta um tratamento de distanciamento dos políticos com a realidade da população, focado em grandes lideranças militares, questões religiosas e constitucionais. É possível notar também que o jornal apresenta os senadores como divergentes e ineficientes, visão ratificada na seção “Chronica”, da edição 262, de 19 de setembro de 1874, logo após a votação da Lei 2.556:

Embora o órgão conservador nos assegure que a sessão foi cheia de proveitos para a causa pulica, são tão pouco palpaveis esses proveitos que mesmo com exforço não é possível engulir a pilula. A custo se votou a lei de recrutamento (p. 2).

Com a aprovação da Lei, outros jornais abordaram as tensões sociais envolvidas pelas condições da legislação. É o caso da *Semana Illustrada*, que traz na capa de suas edições o personagem Dr. Semana convidando o leitor a observar condutas e males da sociedade de forma humorística (Pereira, 2015), conforme a figura 1.

Percebe-se, portanto, um foco do periódico em apresentar questões que criticam mais a sociedade do que o governo em si. Acrescenta-se o fato de seus proprietários terem mantido relação de amizade com o imperador e parte da corte.



Fig. 1 - Litografia da primeira página do periódico.



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional Digital

Na edição nº 769, de 5 de setembro de 1875, o editorial abordou na terceira página a relação do subterfúgio do casamento, utilizado pelos homens, para reduzir a possibilidade de ser cooptado ao serviço militar. Trata-se do recorte a seguir:

A perspectiva adotada pela *Semana Illustrada* pode ser interpretada como uma provocação aos casamentos realizados às pressas com fim de evitar o serviço militar, concitando as mu-

lheres a considerarem o real interesse matrimonial de seus pretendentes. Essa provocação apresenta mais um aspecto das dissensões sociais que envolviam a Lei do Recrutamento.

Outro periódico que, mesmo de tom brando (BNDIGITAL, 2014), por vezes apresentava a tensões da sociedade de modo cômico e ácido era *A Vida Fluminense*. Em sua edição de nº 382, de 24 de abril de 1875, publicou



na seção “Cousinhas” (p. 5) o seguinte texto:

Fig. 2 - Sátira sobre o casamento como meio para evasão do serviço militar

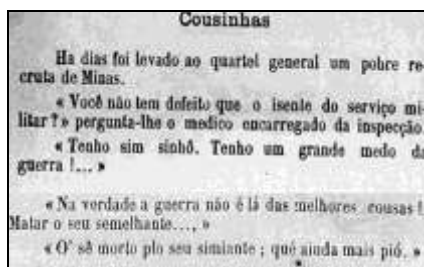


Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional Digital

Mesmo passado meses da aprovação da lei que mudou, a sátira apresentou a continuidade dos temores e críticas sociais ao recrutamento, especialmente das camadas mais pobres. Porém, apresenta uma das interpreta-

ções morais dessa parcela da população sobre a atuação militar.

Fig. 3 - Sátira sobre a percepção do recruta mineiro sobre o serviço militar



Fonte: Acervo da Biblioteca Nacional Digital

É possível perceber que não houve grande esforço governamental para legitimar ou validar a legislação perante a população, visto a partir do próprio termo “recrutamento”, que implicava em uma percepção de alistamento forçado. As autoridades não demonstraram empatia aos temores do alistamento pelas populações mais pobres, pelo contrário, é possível visualizar uma postura de indiferença pelo próprio termo escolhido para definir a “Lei de Recrutamento” (Beat-



tie, 2001). Essa falta de esforço pode ser comparada com a motivação gerada anos antes com a campanha dos “Voluntários da Pátria” – no ensejo da Guerra da Tríplice Aliança –, terminologia mais comovente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de fontes satíricas publicadas entre 1874 e 1875 leva a reflexão de que a implementação da Lei nº 2.556 não foi apenas uma reforma administrativa, mas um catalisador de tensões sociais. Ao transitar do recrutamento forçado para o sistema de sorteio, o Estado Imperial buscou modernizar as Forças Armadas, mas não teve substância suficiente para gerar estabilidade entre as elites e as classes populares. A análise das fontes revela que a nova legislação foi percebida como uma ameaça à autonomia individual e familiar, especialmente pela manutenção da coerção em casos de insuficiência de voluntários.

Isso é encontrado nas fontes de imprensa satírica, que atuou como um espaço de mediação e crítica, articulando as inquietações dos diferentes setores da sociedade frente à aprovação da Lei. Enquanto periódicos como *O Mosquito* focavam na ineficiência e no distanciamento da agenda parlamentar em relação à realidade cotidiana, a *Semana Ilustrada* e *A Vida Fluminense* capturavam o sentimento de pavor e as estratégias de sobrevivência da população. O diálogo satírico expôs a fragilidade da comunicação governamental, que falhou em legitimar o serviço militar como um dever cívico, permitindo que a lei fosse rotulada como um serviço ruim e temerário.

As respostas sociais ao sorteio, exemplificadas pelo movimento “rasga-listas” e pelo uso estratégico do matrimônio como subterfúgio legal, evidenciam a resistência ativa contra o Estado, especialmente das camadas pobres, que eram as mais afetadas. As sátiras analisadas mostram que o casamento podia a ser vis-



to, em alguns casos, menos como uma união afetiva e mais como um mecanismo de evasão da caserna, transformando a vida privada em uma extensão do campo de batalha contra o recrutamento.

Em suma, a pesquisa conclui que, por intermédio da sátira política, é possível perceber expressões de distanciamento entre a norma legislativa e a prática social. A transição para o sistema de sorteio não eliminou o estigma do recrutamento forçado, e a falta de empatia das autoridades consolidou uma postura popular evasiva, não atingindo um dos objetivos da reforma ampliar o voluntariado ao serviço militar. Assim, o olhar caricato sobre o recrutamento revela as tensões de uma nação que tentava se modernizar, mas ainda mantinha as heranças do autoritarismo e da exclusão das camadas populares, desconsiderando suas idiosincrasias.

BIBLIOGRAFIA

A VIDA FLUMINENSE. Rio de Janeiro, ano 8, n. 382, 1875. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocRea-](https://memoria.bn.gov.br/DocRea-der/docreader.aspx?bib=709662&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=2362)

[der/docreader.aspx?bib=709662&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=2362](https://memoria.bn.gov.br/DocRea-der/docreader.aspx?bib=709662&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=2362). Acesso em: 28 jan. 2026

BARROSO, Gustavo. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército (Bibliex), 2000.

BEATTIE, Peter M. *The Tribute of Blood: Army, Honor, Race, and Nation in Brazil, 1864-1945*. Durham: Duke University Press, 2001.

BNDIGITAL. *A Vida Fluminense: folha joco-séria-illustrada*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-vida-fluminense-folha-joco-seria-illustrada/>. Acesso em: 29 jan. 2026.

BRASIL. Decisão nº 67, de 10 de julho de 1822, do Ministério da Guerra. In: BRASIL. *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1822*. Rio de Janeiro:



Imprensa nacional, 1887. p. 56-58.

BRASIL. Lei de 18 de agosto de 1831. *Cria as Guardas Nacionais e dá outras providências*. Coleção das Leis do Império do Brasil - 1831, Rio de Janeiro, p. 49, 1831. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 2.556, de 26 de setembro de 1874. *Adopta o sorteio para o recrutamento do exército e armada*. Rio de Janeiro, 26 set. 1874. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-2556-26-setembro-1874-589567-publicacaooriginal-114514-pl.html>. Acesso em: 28 jan. 2026.

BRASIL. Decreto nº 57.654 de 20 de janeiro de 1966: *Regulamenta a Lei do Serviço Militar*. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d57654.htm. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. Senado Federal. Agência Senado. *Recrutamento militar no Império era 'caçada humana' e*

mirava 'vadios'. 2024. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivos/recrutamento-militar-no-imperio-era-2018caçada-humana2019-e-mirava-2018vadios2019>. Acesso em: 28 jan. 2026.

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. *Rasga-Listas no Ceará: aspectos de uma sedição sertaneja*. Fortaleza. Trajetos - Revista de História da UFC. 23-48.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2012.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 1996.

O MOSQUITO. Rio de Janeiro, n. 249 e n. 262, 1874. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=709654&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=931>. Acesso em: 25 jan. 2026.



PEREIRA, Renan Rivaben. *Semana Ilustrada, o Moleque e o Dr. Semana: imprensa, cidade e humor no Rio de Janeiro do 2º Reinado*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2012.

SEMANA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, ano 15, n. 769, 1875. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=702951&Pesq=casamento&id=4067803169367&pagfis=6206>. Acesso em: 23 jan. 2026.

¹ Nela se alistavam cidadãos de 18 a 60 anos, com renda mínima de 200 mil réis anuais. Era utilizada por pessoas que queriam suprir ambições políticas, fato que prejudicava a função operacional.

² Criado em 7 de janeiro de 1865, teve ampla gama de voluntários, tanto pelo clamor do ataque ao solo pátrio, quanto pelo incentivo financeiro de 500 réis diários, gratificação ao fim da guerra, extensão de terra e meio soldo em caso de invalidez.

Biblioteca do Exército x Estado-Maior do Exército: Projetos paralelos 1889 - 1932

Wagner Alcides de Souza ^a

Resumo: O artigo aborda a disputa intelectual entre a Biblioteca do Exército e o Estado-Maior do Exército (1889–1932). Criada no Império, a Biblioteca promovia uma formação ampla e universal (*Bildung*), integrando cultura geral e temas militares para civis e praças. Na República, o Estado-Maior passou a rivalizar com esse modelo, defendendo uma modernização estritamente técnico-profissional e rejeitando o estilo "beletrista" imperial. Essa transição resultou no esvaziamento, fechamento repentino da Biblioteca em 1925 e absorção final de seu acervo em 1932, consolidando o Estado-Maior como o polo centralizador do saber e do poder simbólico militar.

Palavras-chave: Exército Brasileiro, Pensamento Militar, Instituições Culturais

O objetivo dessa pesquisa é o de analisar esses dois espaços de pensamento dentro da instituição militar, a Biblioteca do Exército e o Estado-Maior do Exército, no período que se inicia logo após o início do Período Republicano no Brasil, mais precisamente em 1896, com a criação do Estado-Maior, e finalizando no ano de 1932, momento em que ocorreu a absorção do que

havia do acervo de livros da Biblioteca do Exército por parte da Biblioteca do Estado-Maior do Exército. Tal ação representa a supremacia de um projeto de pensar a instituição militar, em especial no aspecto da instrução, e que influenciava a ação do Exército no campo da política nacional.

Para cumprir esse objetivo, iremos analisar como se deu a

^a Tenente-Coronel do Quadro Complementar de Oficiais, mestre em História.



evolução desses dois polos de espaço cultural nesse período, em especial, naquilo que concerne uma ação de desenvolvimento de um Exército mais bem preparado, por meio do desenvolvimento de um espaço de formação de um pensamento sobre o Exército (*Bildung*), e de como se deu a supremacia de um sobre o outro dentro do campo intelectual militar.

Dessa forma devemos antes apresentar os conceitos utilizados, definindo, em primeiro lugar, que consideramos os militares, em especial os que passaram a integrar o Estado-Maior do Exército quando da sua criação, como intelectuais. Isso se dá pela circunstância de serem homens letrados em um espaço urbano e do qual, como apresenta Sirinelli, possuem uma “notoriedade eventual ou sua ‘especialização’ esta que legitima e mesmo privilegia sua intervenção no debate da cidade – que o intelectual põe a serviço da causa que defende” (Sirinelli, 2003, p. 243). Nesse sentido temos ainda o entendi-

mento que os intelectuais apresentam suas perspectivas de análise por meio de textos impressos, sendo as revistas as quais estão ligados um espaço de estudo fundamental para a compreensão desses grupos e quais as ideias que defendem.

Assim, temos de imediato uma diferença marcante entre a Biblioteca do Exército e o Estado-Maior do Exército, visto que ambos foram criados como um lugar de formulação de um pensamento sobre o Exército. Contudo, a Biblioteca do Exército, quando criada, foi idealizada como um espaço voltado para ser um centro de informação, e, a partir daí, permitir para um público letrado, independentemente de ser civil ou militar, de desenvolver um ponto de vista sobre o Exército. Daí seu criador, Franklin Américo de Meneses Dória¹, ter considerado a Biblioteca do Exército, “[no Exército] da instrução sua cupola” (Dória, 1882, p. 17). Dentro da perspectiva de centralizar esse local de pensamento em um espaço que facilitasse o



acesso aos livros, e, em especial, junto ao núcleo administrativo do Exército, foi necessária a retirada do local do 10º Batalhão de Infantaria para a instalação da Biblioteca do Exército no Quartel do Campo da Aclamação (Souza, 2022, p. 95).

No Relatório Ministerial que apresentou o Decreto de criação da Biblioteca do Exército, o então ministro Franklin Dória indicou como principal motivação que:

A criação de uma biblioteca semelhante, desde muito reclamada, como um interesse vital da classe-militar, inspirou-se na solicitude que merece do Governo a cultura intellectual de tão prestante classe. A Bibliotheca do Exército, destinada especialmente aos officiaes e praças, será uma instituição auxiliar das nossas instrução militar, cujo adiantamento se tem assinalado nos últimos annos.

Segundo o plano delineado, a Bibliotheca do Exército se comporá principalmente de publicações que, sob o aspecto da teoria ou da immediata applicação practica aproveitem ás especialidades da profissão das armas; comprehenderá porém, outras publicações concernentes a vários ramos de conhecimentos geraes (Brasil, 1882, p. 26).

Ao analisar o decreto, percebe-se a importância que dava Franklin Dória ao apoio à instrução e à leitura, e que esta deveria se dar tanto no campo profissional mais restrito, da técnica militar, quanto em um âmbito mais amplo de conhecimentos gerais, e que era a Biblioteca “desde muito reclamada”, portanto surgida não apenas de sua vontade, mas desejo de outros além dele, em especial aqueles que no âmbito militar desejavam uma mudança no campo profissional e que viam na difusão das novas técnicas e procedimentos fundamentais para o desenvolvimento do Exército.



Podemos considerar que essa visão de Dória representava uma espécie de “iluminismo ilustrado” visto que, por meio do Estado Imperial, por intermédio de livros adquiridos pelo Ministério da Guerra e dos Negócios Estrangeiros que se coadunassem com a expectativa do Imperador, seria permitido formular um pensamento que redundasse em uma melhoria por parte de uma instituição do Estado, no caso o Exército, se moldando essa ação dentro do *status quo* imperial. Contudo, tal circunstância não possuía um centro que direcionasse essa produção intelectual, permitindo que esse espaço de formulação de ideias fosse ocupado por membros da instituição militar, que, por estarem livres de um comando que os conduzisse para um objetivo de interesse do Império, permitiu que esses intelectuais se voltassem contra o Estado Imperial.

Esses intelectuais, que como vimos desejavam um melhor preparo técnico e profissional no âmbito militar, tiveram como

espaço de divulgação a *Revista do Exército Brasileiro*, onde, por meio dos seus textos, advogavam por melhorias técnicas e profissionais no Exército. Esses militares perceberam que as mudanças que queriam para a instituição militar só seriam possíveis por transformações mais profundas na administração militar e que para tal seriam necessárias mudanças políticas que viessem a permitir essa ação.

É interessante perceber que a Biblioteca do Exército passa a ser utilizada por tais intelectuais como espaço de subsídio de informações, e, dessa forma, cumpria o objetivo para o qual o Império a criou, mas, ao mesmo tempo, passava a ser utilizada como espaço de debates em que se verificavam posições bem críticas ao modo como se dava a administração do Exército por parte do governo Imperial.

Houve, portanto, uma superação por parte de perspectivas de um campo intelectual que desejava mudanças estruturais e que via que a leitura e a merito-



cracia eram fundamentais como meio de se ter um Exército mais bem preparado, em detrimento de outro grupo de pensadores, que desejavam que essa melhoria se fizesse dentro de uma melhoria individual, buscada por cada militar, mas que não levasse a mudanças mais profundas no seio da estrutura existente no Exército.

Igualmente é interessante ver que o advento da proclamação da República, em 1889, decorreu com os salões da Biblioteca utilizados como espaço de deliberações sobre os acontecimentos que se sucediam no dia 15 de novembro. Portanto, simbolicamente, ocorreu no lugar criado para se pensar um Exército imperial melhor preparado, uma nova perspectiva política na qual o Exército assumia uma posição central na mudança do regime (Souza, 2022, p. 123).

A Biblioteca do Exército continuou a existir, mas foi perdendo paulatinamente sua importância como espaço de desenvolvimento de um pensamento inte-

lectual, especialmente no Exército. Permaneceu a ser utilizada como lugar de debates, mas de modo menos frequente, inclusive, em termos administrativos, deixou de ser diretamente subordinada ao ministro da Guerra, passando a ficar sob a jurisdição do Departamento Central, em 1915. Seu acervo teve um acréscimo de obras, mas é interessante perceber que, após o período imperial, essa quantidade pouco mudou, já que em 1888 possuía 15.061 volumes e, em 1925, tinha 15.246 obras, (Brasil, 1925, p. 51), é bastante provável que tenha ocorrido uma falta de renovação do acervo. Nessa época seu espaço passou a ter mais relevância como lugar de eventos para o Exército que fossem necessários um espaço maior para atender as necessidades da situação que se apresentava. Dessa forma, temos seu uso para banquetes², o sorteio militar que devido a sua importância para o Exército, sempre demandava a utilização de um salão mais amplo, assim como para uso do



Conselho de Guerra, para “a banca de exames de oficiais da Escola Militar” (Peregrino, [s.d.], p. 39), debates ou conferências como a proferida pelo General Gamelin³.

Dessa forma, percebe-se que a Biblioteca perdeu sua relevância como espaço de difusão de ideias, função que passou a ser progressivamente assumida pelo Estado-Maior do Exército, órgão que se tornou fundamental na formação e disseminação do pensamento militar. Criado em 1896, o Estado-Maior passou a atuar de forma efetiva a partir de 1899.

Já na sua lei de criação observa-se a determinação de ser um órgão formulador de um saber militar, pois tinha entre as suas atribuições o de ser editor da *Revista Militar*, ou seja, diferente do que ocorreu com a *Revista do Exército Brasileiro* de 1882⁴, que criada por iniciativa de militares fora de um órgão da administração do Exército e se dedicava a pensar o meio militar, nesse novo momento o Exér-

cito avoca para si essa função por meio do Estado-Maior do Exército, ou seja, de possuir no seu espaço administrativo um grupo de pensadores que vão se voltar a pensar o Exército tendo a Revista como polo de difusão.

Nesse sentido para uma melhor base de análise, o Estado-Maior necessitava possuir uma biblioteca que servisse de apoio intelectual à formulação do Exército que buscava planejar. Para tal, no mesmo ano de sua efetiva criação, teria ocorrido uma primeira tentativa de se apoderar do acervo da Biblioteca do Exército, que segundo consta no *Jornal do Commercio*, iria receber uma visita de oficiais do Estado-Maior com esse objetivo⁵. Pouco tempo após essa notícia, no mesmo periódico há uma declaração anônima de um leitor reclamando dessa atitude do Estado-Maior do Exército para com a Biblioteca do Exército (Jornal do Commercio, 1899, p. 2). O autor da mesma pondera que não há a necessidade para tal devido à proximidade existente entre as



instituições militares, sendo separadas por “parede e meia”. Em outra argumentação o reclamante informa que o objetivo do Estado-Maior seria o de restringir o conhecimento de um público mais amplo, retirando o acesso de obras de interesse não só dos militares do Exército, mas também dos integrantes da Marinha e dos civis e centrá-los em “benefício de um grupo insignificantisimo”. Em outra parte do texto declara que a saída das obras para o acervo da Biblioteca do Estado-Maior facilitaria o extravio delas, visto que se na Biblioteca do Exército já ocorria problemas eles seriam potencializados em um local que esse controle seria mais complicado. Ainda segundo o autor, caso o Estado-Maior do Exército necessitasse de uma biblioteca própria, deveria constituí-la mediante a aquisição de novos livros, e não pelo desfalque do acervo da Biblioteca do Exército. Tal procedimento contrariaria, inclusive, os princípios que nortearam a criação da instituição por Franklin Dória.

Para o autor, não haveria mérito em ampliar a capacidade intelectual do Estado-Maior à custa da transferência das melhores obras de outra biblioteca, pois, como afirma, “Isso de chamar para si o *fino e bom*, com o expediente de elevar-se sobre os que ficarão com a *escória e refugo*, não parece muito correcto.”

Certamente é provável que o autor da reclamação deva ter sido um integrante da Biblioteca do Exército, pois apresenta não só um conhecimento da localização das unidades no Quartel-General bem como o da razão de ser da fundação da mesma. Suas ponderações explicitam uma realidade de disputa do campus intelectual dentro da instituição militar, indicando que, com as ações realizadas pelo Estado-Maior do Exército, de adquirir livros para o cumprimento de suas missões, em detrimento de outros órgãos que tinham a posse dessas obras, representavam a primazia do mesmo no espaço de legítimo formulador de uma perspectiva intelectual sobre o



Exército, ocupando o lugar da Biblioteca do Exército que fora criada por Franklin Dória com essa atribuição.

Interessante perceber que esse espaço de formação intelectual, se tornou menos geral, retirando os demais militares e civis que viessem a se dedicar ao tema, centrando em um grupo que se desejava que fosse seletivo, um espaço de formação (*Bildung*) para a compreensão e aplicação de uma nova formulação do Exército que se pretendia, dessa forma, se aproximava da maneira de pensar a razão de ser do Estado-Maior, em especial o formulado na Prússia (posteriormente Alemanha) por Moltke⁶. Esse movimento por parte do Estado-Maior se identifica com que preconiza Bourdieu, de que o

campo literário é simultaneamente um campo de forças e um campo de lutas que visa transformar ou conservar a relação de forças estabelecida: cada um dos agentes investe a força (o capital) que adquiriu pelas lutas anterior-

res em estratégias que dependem, quanto à orientação, da posição desse agente nas relações de força, isto é, de seu capital específico. Em termos concretos, trata-se, por exemplo, das lutas permanentes que opõem as vanguardas sempre renascentes à vanguarda consagrada. (Bourdieu, 2004, p. 172)

Posteriormente, segundo o relatório do ministro da Guerra de 1900, mesmo diante da reclamação publicada no *Jornal do Commercio*, a Biblioteca foi obrigada a ceder, por determinação do ministro da Guerra, algumas obras do seu acervo⁷ para o Estado-Maior representando um decréscimo dos livros sob sua guarda (Brasil, 1900, p. 44). Apesar da quantidade não ser grande, já se apresenta como um demonstrativo da perda de importância da Biblioteca em um cenário de valorização do Estado-Maior como centro de intelectuais do Exército.

Assim, na realidade, o Estado-Maior já estava agindo para possuir o que Bourdieu (2025)



considerava um capital simbólico, pois, ao retirar livros de diversas instituições militares, em especial da Biblioteca do Exército, ato determinado pelo ministro da Guerra, se apresentava como o legítimo formulador de uma cultura profissional militar, em virtude de sua ação política de agir para deter obras que o consolidassem como o mais capacitado intelectualmente para tal, e que por possuir esse conhecimento o tornava o órgão *sine qua non* do saber no meio militar.

Apesar de o Estado-Maior no seu primeiro regulamento não ter a determinação de possuir uma biblioteca há observância da necessidade de livros que estavam sob a responsabilidade da terceira seção para sua aquisição e de que o arquivista (um oficial de estado-maior) seria o responsável pela organização e controle dos mesmos. Dessa forma, demonstrava-se a importância do uso de obras que viessem a apoiar o serviço de Estado-Maior nas suas diretrizes. Assim, não é de se estranhar que o Relatório do

Ministro da Guerra de 1900 informa, quando cita os livros cedidos pela Biblioteca do Exército, que havia uma biblioteca no Estado-Maior.

Dez anos depois, com o segundo regulamento do Estado-Maior de 1909 já existe a previsão de uma biblioteca, sendo que, efetivamente, já possuía uma. Contudo, como já indicado, diferente da Biblioteca do Exército, a ela tinham acesso apenas o pessoal do Estado-Maior do Exército, transformando esse saber em algo exclusivo para a formação dos seus integrantes. A presença dessa biblioteca levou a edição de um catálogo no ano de 1922 pela Imprensa Militar, órgão sob o comando do Estado-Maior do Exército, responsável pela publicação e difusão das produções oriundas do Estado-Maior. Esse catálogo apresenta como estava organizado o acervo da biblioteca do Estado-Maior e quais os temas de interesse do mesmo a poucos anos antes do fechamento da Biblioteca do Exército.



Apesar de haver uma defasagem de mais de vinte anos entre os catálogos da biblioteca do Estado-Maior do Exército (1922) e o último publicado da Biblioteca do Exército (1895), que nada mais é que uma complementação do catálogo de 1885, percebemos como são distintas as propostas formativas de ambos.

A biblioteca do Estado-Maior do Exército era marcadamente voltada para a formação de um militar técnico-profissional, sem ter preocupações com uma formação mais universal do militar que desejavam desenvolver⁸. Já a Biblioteca do Exército tinha, quando foi criada, uma perspectiva mais ampla de desenvolvimento não só profissional mas também de um público mais amplo, tendo o acesso a seu acervo de toda a população, e não só restrita aos militares da própria unidade, como ocorria com a do Estado-Maior. Inclusive, houve por parte do ministro Franklin Dória uma determinação de que as praças fossem liberadas por seus comandantes para irem à

Biblioteca do Exército, com o objetivo de melhorar seus conhecimentos pelo acesso aos livros (Souza, 2022).

Essa perspectiva de formação objetivada pelo Estado-Maior se coaduna com que foi apresentado por Paula Cidade, que lá serviu, e que teve como uma das suas responsabilidades a biblioteca. Ao analisar o livro do general Tasso Fragoso, *A Batalha do Passo do Rosário*, editado pela Imprensa Militar em 1922, comenta: “Tendo escrito para um meio antes técnico-profissional do que letrista, este aspecto de sua obra tem escapado aos pesquisadores civis” (Cidade, 1998, p. 556). A busca de um militar mais técnico-profissional era o objetivo do Estado-Maior, em contraponto aos militares formados no Império, onde uma cultura mais geral era natural em decorrência da inserção desses militares na cultura letrada que havia na corte.⁹

Nesse sentido o Estado-Maior passa a deter cada vez mais aquilo que Bourdieu (2025)



considerava como poder simbólico, como detentor/especialista de um capital cultural, de um conhecimento que passa a ser mais valorizado na função da evolução técnica da realidade existente no espaço militar em que ele atua. E também, dentro dessa perspectiva, em detrimento de outros espaços de pensamento da instituição militar e, com a exclusão dos civis desse campo de saber, se torna autônomo no que concerne a esse campo de conhecimento na sociedade como um todo.

Em relação à Biblioteca do Exército, é interessante observar que, apesar da perda de prestígio após o advento da República, não havia indícios de que a instituição seria encerrada. Seu fechamento ocorreu, contudo, por determinação do Aviso de 6 de maio de 1925, cuja publicação não foi registrada nas publicações militares, particularmente nos *Atos Oficiais Gerais*, sendo mencionada apenas no *Catálogo de Publicações do Exército* e no *Consultor Militar*, ambos de for-

ma bastante sucinta. A extinção da Biblioteca foi, portanto, determinada pelo então Ministro da Guerra, General Setembrino de Carvalho, que, em sua obra autobiográfica *Memórias*, publicada em 1950, não faz qualquer referência à instituição nem ao ato que determinou seu fechamento (Carvalho, 1950). Esse silêncio, por si só, constitui um elemento relevante para a análise, pois pode ser interpretado como indicativo da reduzida importância atribuída à Biblioteca pelo ministro naquele contexto.

Porém, na obra citada, existe uma referência de um fator que deve ter concorrido para a sua decisão de fechar a Biblioteca do Exército. Ao assumir o Estado-Maior do Exército em meio a Revolta da Escola Militar em 1922, ele se deparou com o verdadeiro pandemônio que ocorria no Gabinete do Ministro da Guerra, afirmando que

Incerteza geral. Do General Ribeiro da Costa, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria,



com seu Quartel General na Vila, nada de informações. Do esquadrão do 1º Regimento de Cavalaria que, às primeiras notícias do levante, a Região enviara a Realengo em reconhecimento. Nada se sabia. Em meio uma desorientação geral, onde reinava a desordem, resolvo assumir uma atitude decisiva, à revelia do Comando da Região, sempre invisível (Carvalho, 1950, p. 183-184).

Dessa forma o General Setembrino de Carvalho, que viria a ser ministro da Guerra do Governo Arthur Bernardes, demonstra que a falta de um controle efetivo sob tropas poderia ser fatal no caso de novo levante militar contra o presidente da República e que, dessa maneira, era fundamental antecipar qualquer circunstância que pudesse vir a ocorrer.

Assim já em março de 1924 o periódico *O Jornal* apresenta a possibilidade do General Setembrino de Carvalho fechar a Biblioteca do Exército¹⁰ e transferir seu acervo para o Estado-Maior do Exército. O argumento apre-

sentado, contudo, foi de que haveria maior economia por parte do Exército e um melhor uso dos livros por parte do Estado-Maior, o que consolidaria a percepção de que era o Estado-Maior o centro de pensamento do Exército.

A perspectiva para o fechamento da Biblioteca se viu incrementada quando o cenário político se agravou diante da nova revolta ocorrida em meados de 1924. Nesse sentido o ministro Setembrino de Carvalho procurou trazer para dentro do seu controle tropas que viessem a dar maior segurança de pronta ação na defesa militar do presidente, e, sem comunicado prévio, fechou subitamente a Biblioteca do Exército, de tal forma que o Aviso que o determina só é citado, como já apresentado, no Índice da Legislação do Exército (T 27-290)¹¹ e no Consultor Militar, não constando outras publicações oficiais sobre o destino da Biblioteca¹². Tal fato é corroborado pela notícia do Jornal *O Paiz*, que informa da transferência do “quartel general da 2ª brigada



de infantaria, que se acha na Praia Vermelha, vai ser transferido para o salão superior da biblioteca do exercito, no quartel-general da 1ª região militar” (O Paiz, 195).

Ainda, o Relatório do Ministério da Guerra de 1926, informa que com a remoção da Biblioteca do Exército foram transferidas para dentro do Quartel-General os quartéis-generais da “2ª brigada de infantaria e da 1ª de artilharia” (Brasil, 1926, p. 81), duas unidades importantes para garantir a manutenção da ordem ficando sob maior controle do Ministro em caso de necessidade. Dessa forma, vemos uma circunstância contrária a da criação da Biblioteca do Exército em 1881, que, para ser alocada necessitou da retirada de uma unidade (10º Batalhão de Infantaria) que se encontrava instalada no então Quartel do Campo da Aclamação.

Tão súbito foi o fechamento da Biblioteca do Exército, que mesmo o chefe do Estado-Maior do Exército foi surpreendido com o acontecido, conforme demons-

tra Francisco de Paula Cidade que informa que preocupado com a dispersão do acervo procurou o General Tasso Fragoso¹³ que lhe disse que “nem ao menos o tinham ouvido a respeito de acabar com a velha biblioteca. Isso o impedia de intervir” (Cidade, 1998, p. 476). Daí em diante ocorreu a dispersão do acervo da Biblioteca do Exército tendo surgido denúncias de que o mesmo estava sendo desviado e vendido, não havendo um efetivo controle de seu destino.

Dentre os poucos textos disponíveis sobre os objetos que haviam no salão de leitura da Biblioteca do Exército, temos a de dois ex-diretores, Umberto Peregrino e Francisco de Paula Cidade, que possuem percepções distintas sobre o acervo existente na Biblioteca, quando fechada em 1925.

Peregrino traz um relato que vai além da situação do acervo, indicando também algumas poucas informações sobre os objetos existentes na Biblioteca, informando que, os bustos¹⁴ que esta-



vam no salão de leitura, foram para o Museu Histórico Nacional, assim como a placa de bronze da inauguração, a qual foi devolvida para a Biblioteca nos anos 1950 (Peregrino, 1967, p. 96). Já o livro de atas da Biblioteca que consta as assinaturas de D. Pedro II, Conde D'Eu e Franklin Dória, entre outras personalidades, foi devolvida para a Biblioteca do Exército apenas nos anos 1990, quando da sua cessão por comodato do mesmo pelo Museu Histórico Nacional a pedido do então diretor Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho.

Quanto aos livros, Peregrino primeiro lamenta da maneira como ocorreu o encerramento das atividades da Biblioteca, “fecharam-na como se fecha um clube recreativo” e que “assim fragmentaram-se as suas estantes, cujos volumes, muitos dos quais preciosíssimos, foram ter, à sorte, a diversos estabelecimentos militares e a destinos particulares [...]” (Peregrino, 1967, p. 97).

Sobre o mesmo assunto, Paula Cidade traz outras informações. Cita que após o fechamento, seus livros tiveram diversos destinos e que “apenas uma pequena parte foi salva, pela intervenção de chefes militares, que recolheram certas obras e as incluíram nas bibliotecas de suas repartições” (Cidade, 1998, p. 476). Contudo, divergindo de Peregrino, Cidade afirma que a maioria das obras existentes no acervo da Biblioteca eram ruins ou obsoletas, “Poucas, muito poucas mereciam realmente esse funeral de primeira classe [...]. Houve uns restulhos que ninguém quis. Muitos livros desapareceram, dizendo-se que haviam sido desviados criminosamente” (Cidade, 1998, p. 476).

Nos jornais do período do fechamento da Biblioteca há relatos de que alguns livros e mapas foram vendidos para a Biblioteca Nacional, por parte de “comerciantes de livros usados”¹⁵. E em 1928 há reportagens em que trazem uma acusação ao General Setembrino de Carvalho pela



malversação dos livros, indicando que houve por parte de um deputado a compra de diversos exemplares das obras da Biblioteca¹⁶.

Mesmo estando fechada, ainda surge pagamento a integrantes da Biblioteca nos relatórios do Exército, muito provavelmente para o controle do acervo que ficou sob a responsabilidade do Estado-Maior do Exército. Mais uma vez recorremos a Francisco de Paula Cidade, que informa que, ao procurar uma documentação que iria posteriormente fazer parte do Arquivo do Exército, se deparou com esse acervo e com esse pessoal responsável pela sua guarda em São Cristóvão. Afirmar ainda que, as obras estavam em um velho edifício mais de ano após o fechamento da Biblioteca: “Amontoados no chão, [...] entregues a oficiais reformados que haviam servido na Biblioteca do Exército” (Cidade, 1998, p. 476), informando que, a seu pedido ao Coronel Rego Monteiro, elas foram levadas para a Região Mili-

tar, mas que tais livros eram em “pequena quantidade [...] e desvaliosos, como logo depois pude verificar” (Ibid.).

Assim, o acervo da Biblioteca foi disperso: parte dos exemplares foi encaminhada à Biblioteca Nacional, enquanto outras obras foram redistribuídas entre as unidades do Exército, processo que provavelmente resultou na perda de parte do patrimônio bibliográfico. Em 1932, o periódico *O Jornal* informou que a responsabilidade pelo acervo remanescente e pelo pessoal encarregado de sua guarda passou ao Estado-Maior do Exército¹⁷ (*O Jornal*, 1932). O mesmo periódico registrou ainda que os livros pelos quais o Arquivo do Exército, então em formação, não demonstrava interesse foram entregues à Biblioteca Nacional (*O Jornal*, 1935).

Foi somente com a criação da Biblioteca Militar em 1937, quando foi determinada por parte do ministro da Guerra, General Eurico Dutra, o retorno do acervo da antiga Biblioteca do Exérci-



to que ocorreu uma movimentação em torno desse acervo que, segundo informa Peregrino, citando Paula Cidade:

A Biblioteca conseguiu reaver, não sem sacrifícios e aborrecimentos, cerca de dois terços do seu rico patrimônio bibliográfico. Nesse trabalho, os encarregados podem ter perdido algumas amizades porque livro emprestado é livro perdido [...] mas o certo é que muitas obras foram exumadas de lugar incerto e não sabido (Peregrino, s.d. p. 78).

Um aspecto relevante é que essa constitui a única manifestação elogiosa de Paula Cidade em relação às obras pertencentes à antiga Biblioteca. A dificuldade de localizar esse acervo, mencionada pelo autor, pode ser exemplificada por um documento existente na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no qual se registra a presença de diversas obras da antiga Biblioteca em diferentes unidades do Exército. A listagem também menciona livros que se encontravam em

um laboratório, embora não seja possível identificar com precisão a que estabelecimento o termo se refere. É possível que se tratasse de um laboratório da própria Biblioteca Nacional, mas a ausência de informações adicionais no documento impede uma conclusão definitiva¹⁸.

Dentro dessa apresentação, concluímos que houve uma substituição na forma de como deveria ser a formação dos militares no Exército. Quando da criação da Biblioteca do Exército, existia uma perspectiva onde o Estado providenciava o conhecimento, mas dentro de uma ação mais ampla, com a inserção de indivíduos que, por intermédio da leitura, favoreceria não só um Exército mais preparado, como permitiria uma melhoria social por meio do conhecimento adquirido. Assim o seu acervo, mesmo priorizando temas militares, se abria para outras áreas de conhecimento, reforçando essa perspectiva por meio da determinação, em 1884, de que todas as obras produzidas na Corte,



tivesse que obrigatoriamente ter um exemplar enviado para a Biblioteca do Exército, fato que já ocorria coma Biblioteca da Marinha e a Biblioteca Nacional. (Souza, 2022, p. 85)

Dessa forma, a Biblioteca se tornava aquilo que Franklin Dória chamou de “cúpula da instrução” visto ter, no seu ponto de vista, a função de facilitar o acesso do conhecimento a todos os militares que o desejassem, o que por meio de suas ações levaria ao desenvolvimento de uma força militar mais capacitada para as atribuições da guerra moderna, diferente do que ocorrera no Paraguai, onde, segundo ele, a falta de uma melhor instrução redundou em um aumento do tempo de conflito (Dória, 1882, p. 42). A Biblioteca seria, assim, o espaço de produção e difusão de um saber a ser disseminado pela ação dos próprios usuários dela, sem haver um direcionamento efetivo por meio do Estado, da aplicabilidade do mesmo, nem o incentivo de que seu uso redun-

daria em melhoria profissional para os mesmos.

Na sociedade da Corte do Rio de Janeiro, onde grassava o analfabetismo, ser um homem de letras era algo a ser atingido, por prestígio profissional e social (Ferreira, 1999). Assim era natural que a Biblioteca do Exército, criada sob a égide de um membro da alta esfera do espectro político e social, visse nessa formação intelectual um padrão desejável para os militares, que como vimos nas leituras dos alunos da Escola Militar, não estava fora da realidade.

Contudo, com a República, a formação dos militares vai passar por uma mudança, onde o Estado-Maior do Exército veio a ser o espaço de se pensar essa reformulação.

Procurando ter em sua administração militares gabaritados e tendo uma revista sob sua égide, temos um novo local de difusão de pensamento. Neste, a divulgação das ideias e a procura pela sua aplicabilidade se faz dentro de um círculo fechado de



profissionais que, sem outra influência de grupos não militares, e até mesmo sem ingerência de militares não inseridos na administração do Estado-Maior, passam a cada vez mais ampliar essa capacidade de elaboração de um pensamento que legitimava essa posição, em detrimento de outros setores do meio militar que pudessem disputar essa primazia. Daí o paulatino esvaziamento da Biblioteca do Exército e uma maior valorização do Estado-Maior, gerando, em primeiro lugar, uma disputa pelo acervo de livros da Biblioteca e posteriormente um direcionamento de aquisições de livros que melhorassem a capacidade formulação de ideias do Estado-Maior, na criação e desenvolvimento de um Exército mais profissional e menos preocupado com os belezismos, que não se coadunavam com a perspectiva de guerra moderna que se apresentava.

Contudo, apesar da perda de prestígio da Biblioteca do Exército, seu acervo continuou a despertar o interesse de diferentes

órgãos militares e civis, sendo objeto de disputa e redistribuição. Nesse processo, a transferência de sua guarda para o Estado-Maior do Exército evidencia a consolidação da posição deste órgão no novo projeto republicano de Exército, em substituição ao modelo herdado do período imperial. Ao assumir a responsabilidade pelo acervo, o Estado-Maior reforçava sua posição como espaço privilegiado de produção, organização e difusão do pensamento militar, consolidando sua atuação no campo intelectual do Exército.

FONTES

Biblioteca Nacional

Aviso nº 264, de 7 de maio de 1925. (Consta na lista dos livros da biblioteca no manuscritos da BN).

“Relação de livros da antiga Biblioteca do Exército e sua localização”. Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, coleção Mário Barreto, Referência (34.03.001 nº 058).



Biblioteca do Exército

BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Catálogo da biblioteca* (ordem alfabética de autores). Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922.

BRASIL. *Índice da Legislação do Exército (T 27-290)*. Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1962.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1925.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1926.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

Periódicos

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1927

A Esquerda, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1928.

O Estado, Santa Catarina, 17 de fevereiro de 1928

O Jornal, Rio de Janeiro, 20 de março de 1924

O Jornal, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1932

O Jornal, Rio de Janeiro, 1 de março de 1935.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1892.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1899.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro de 13 de outubro de 1899

A Notícia, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1899

O Paiz, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1925

Revista Dom Quixote, Rio de Janeiro, 1895



BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Microcosmos: teoria dos campos*. São Paulo: EDUSP, 2025.

CIDADE, Francisco de Paula. *Síntese de três séculos de literatura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. *Memórias – dados para a história do Brasil*. Rio de Janeiro: s/ed, 1950.

DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. *Discursos sobre os negócios do Ministerio da Guerra pronunciados na Camara dos Deputados de 1882*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger & Filhos, 1882.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., V.1, 1994.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. *Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

KNOX, MacGregor. Política das massas e nacionalismo como revolução militar: a Revolução Francesa e subsequência. In MURRAY, Williamson e KNOX, MacGregor (Org.). *A evolução da arte da guerra: das guerras medievais aos ataques relâmpago 1300 – 2050*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022.

MATTOS, Joaquim Alves da Costa. *Catálogo da Bibliotheca do Exercito Brasileiro precedido de seu regulamento e leis que lhe dizem respeito acompanhado de um índice alphabetico dos autores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

PEREGRINO, Umberto. *História e projeção das instituições culturais do exército*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967.

PEREGRINO, Umberto. *História da Bibliotheca do Exército*, [S.l.: s.n.,1995?].

SANTOS, Juvenal Rodopiano Gonçalves dos. *Catálogo da Bibliotheca do Exercito Brasileiro acompanhado de um índice alphabetico dos auctores organizado pelo bibliothecario... bibliogra-*



fia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

SOUZA, Wagner Alcides. *A Bibliotheca do Exército 1881 - 1889: um caminho pela leitura*. Rio de Janeiro: Letras e Versos, 2022.

¹ Franklin Américo de Meneses Dória, o Barão de Loreto (1888), bacharel em Direito pela faculdade do Recife (1859), poeta, amigo do Imperador D. Pedro II, foi membro do Partido Liberal e exerceu diversos cargos públicos além de ministro da Guerra e interino dos Negócios Estrangeiros (1881-1882), foi Presidente das Províncias de Piauí (1864), Maranhão (1867) e Pernambuco (1880). Foi Presidente da Câmara dos Deputados por um curto período (1885), Conselheiro e Ministro do Império. Exerceu também o magistério no Colégio Pedro II, a partir de 1877, como professor de retórica e acompanhou com sua esposa, o Imperador e sua família no exílio retornando em 1890. Foi membro do IHGB

entre outras instituições culturais e criou, além da Biblioteca do Exército, o Museu Escolar (1883) e a Associação dos Homens de Letras (1883), um protótipo da Academia Brasileira de Letras, da qual veio a ser um dos membros fundadores, ocupando a cadeira número 25, escolhendo como patrono, o padre Junqueira Freire, a quem admirava (Souza, 2022).

² Já em 1890 a Biblioteca foi espaço de um banquete em comemoração ao primeiro aniversário da República, conforme noticiou o *Jornal do Commercio* de 11 de novembro de 1890, tendo ocorrido esse tipo de atividade em seu salão de leitura em outras ocasiões.

³ A palestra tratou da comemoração do aniversário de morte de Napoleão, de suas campanhas militares e a Primeira Guerra Mundial, conforme noticiou o jornal *O Paiz* em 7 de maio de 1921.

⁴ A *Revista do Exército Brasileiro*, devido a dificuldades financeiras, passa a receber um subsídio por parte do Estado Imperial, por iniciativa do senador Henrique D'Ávila a partir de 1886 (Souza, 2022, p. 110). Contudo isso não significava uma ingerência da administração da Biblioteca nos artigos a serem publicados. Posteriormente conforma consta no *Jornal do Brasil* de 2 de janeiro de 1892, a Biblioteca passa a receber um orçamento



maior para realizar a publicação da Revista da Comissão Technica Militar. O Relatório do Ministro da Guerra de 1898, corrobora que a *Revista do Exercito*, editada mensalmente com a função de estar “destinada á propaganda de medidas militares oportunas e a resenha do que mais importante se encontra nas revistas estrangeiras” (Brasil, 1898, p. 37). Interessante notar que em 1895, a revista *Dom Quixote* já a nomeia não como *Revista do Exercito*, mas como *Revista da Commissão Technica Militar*, estando já no terceiro ano de edição (*Dom Quixote*, 1895, p. 7).

⁵ No *Jornal do Commercio* de 5 de abril de 1899 (p. 2) há uma notícia da formação de uma comissão para análise das obras existentes no acervo da Biblioteca do Exército e de demais estabelecimentos militares que deveriam ser levadas para o acervo do Estado Maior do Exército, faziam parte da mesma os capitães Jose Leandro Braga Cavalcante, Cunha Pires, Tasso Fragoso e o tenente Domingues Alves Leite.

⁶ Vemos aqui a aplicação do conceito de *Bildung* no sentido apresentado por Norbert Elias de formação intelectual do indivíduo (Elias, 1994, p. 43), visto que Knox se refere a essa formulação do Estado-Maior prussiano como *Bildung*, em resposta à Revolução Francesa e em especial a Napoleão

Bonaparte. “Os reformadores militares apresentaram duas respostas revolucionárias a Napoleão: os combatentes inteligentes que só o serviço militar universal poderia oferecer e um oficialato racional associado a um sistema de estado-maior aguçado pela *Bildung* – o estudo profissional sistemático e o cultivo da habilidade no processo decisório” (Knox, 2022, p. 105-106).

⁷ Segundo o Relatório do Ministro, foram 70 obras em 113 volumes cedidos para o Estado-Maior do Exército.

⁸ No Relatório do Ministro da Guerra de 1925, consta que a biblioteca do Estado-Maior possuía 3317 volumes. (Brasil, 1925, p. 44).

⁹ Na profusão de leituras que ocorriam na Escola Militar, os autores mais lidos na Praia Vermelha eram, como aponta Peregrino (1967, p. 32): Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, Dumas, Macedo, Alencar, Julio Verne, Comte, Spencer, Renan, Bichat, Flamarion, Calvo, Teixeira de Freitas, Lafaiete, Lagrange, Bertrand, Platão. Isso demonstra, além da influência efetiva do positivismo e do evolucionismo no meio da “juventude militar”, o surgimento de um grupo de intelectuais que irá influenciar seus pares, tanto no campo do pensamento quanto no da ação política. (Souza, 2022, p. 60).



¹⁰ *O Jornal*, 20 de março de 1924.

¹¹ O Índice da Legislação do Exército (T 27-290) é um manual que contém os assuntos referentes a administração do Exército, informando quando o referido assunto foi tratado e onde se encontra a legislação referente ao mesmo.

¹² O *Consultor Militar* traz mais detalhes, como vemos na sua edição de 1928, que tem a seguinte informação: “Manda-se fechar a Biblioteca do Exército, até que seja conveniente instalada em edifício próprio, adequado a esse fim.” (Branco, 1928, p. 99).

¹³ Interessante perceber que Tasso Fragoso, como capitão, fez parte da comissão que nos primórdios da existência do Estado-Maior do Exército, foi responsável pela retirada de livros da Biblioteca para a realização dos trabalhos do Estado-Maior.

¹⁴ O jornal *A Notícia*, em 12 de agosto de 1899, informa a ocorrência de um jantar realizado no salão da Biblioteca do Exército em homenagem às autoridades argentinas presentes quando da visita do presidente da Argentina Julio Roca ao Rio de Janeiro. Segundo o jornal havia no salão os seguintes bustos: “duque de Caxias, general Polydoro, conde de Porto Alegre, conde D’Eu, Joaquim José Ignacio, barão do Triumpho, barão de Angra, barão do Amazonas, visconde de Pelo-

tas, marquez de Tamandaré, barão de Itapeirica e Osorio”.

¹⁵ *Correio da Manhã*, 22 de dezembro de 1927. A notícia informa, ainda, que fora aberto um inquérito por parte do ministro da Guerra para averiguar essa dissolução do acervo.

¹⁶ O jornal *O Estado de Santa Catarina* em sua edição de 17 de fevereiro de 1928 informa que o deputado Berbert de Castro obteve livros da Biblioteca do Exército e informou ao presidente Arthur Bernardes do ocorrido, e que o mesmo determinou que as obras fossem para a Biblioteca Nacional, contudo, o ministro da Guerra Setembrino de Carvalho informou que as mesmas haviam sido distribuídas pelas unidades do Exército, mas o deputado não as encontrou. Já o jornal *A Esquerda*, de 9 de fevereiro de 1928, replicando uma notícia oriunda do jornal *O Globo* de dois dias antes, acusa o deputado Berbert de Castro de ter-se apropriado dos livros da Biblioteca: “Depois de levar ao conhecimento do então presidente da República o desvio dos livros do Ministério da Guerra, depois de adquirir muitos deles”. *O Jornal* ainda critica a manutenção da Biblioteca no orçamento do Exército apesar dela “não existir”.

¹⁷ O acervo estava na Escola de Intendência.



¹⁸ Na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, coleção Mário Barreto, referência (34.03. 001 nº 058), se encontra uma listagem datilografada com o título: “Relação de livros da antiga Biblioteca do Exército e sua localização”. As unidades indicadas são: Diretoria de Contabilidade da Guerra, Colégio Militar do Rio de Janeiro e Distrito de Artilharia de Costa. Há ainda uma referência à presença de livros em um Laboratório, sem, contudo, dar maiores informações onde o mesmo estaria. Há uma possibilidade de se tratar do Laboratório Químico Farmacêutico Militar, visto que, segundo o Relatório do Ministro da Guerra de 1925, entre as melhorias que havia realizado, estava a de ter inaugurado uma biblioteca (Brasil, 1925, p. 75).

Fogo e mobilidade: a artilharia de campanha dos EUA na Guerra do Vietnã

Carlos Roberto Carvalho Daróz ^a

Resumo: O artigo analisa a artilharia de campanha dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã a partir de uma abordagem sistêmica, que integra dimensões materiais, organizacionais, doutrinárias e logísticas. Argumenta que a artilharia deve ser compreendida não apenas como instrumento de apoio de fogo, mas como um sistema de combate complexo, cuja eficácia dependia da interação entre mobilidade aeromóvel, redes de comando e controle, observação avançada e uma base logística altamente sofisticada. A análise demonstra que, embora a artilharia tenha alcançado elevado desempenho no nível tático-operacional, evidenciado pela rapidez de resposta, volume de fogo e capacidade de sustentação das operações, seus resultados estratégicos foram limitados, sobretudo em um contexto de guerra irregular. O estudo também examina o processo de vietnamização, evidenciando as dificuldades na transferência desse sistema ao Exército da República do Vietnã, em razão de limitações organizacionais, logísticas e de formação de pessoal. Conclui-se que a experiência vietnamita revela tanto o potencial quanto os limites do poder de fogo, destacando a dependência de condições institucionais específicas para sua eficácia e a dissociação entre sucesso tático e resultados estratégicos.

Palavras-chave: Guerra do Vietnã; artilharia de campanha; aeromobilidade; logística militar; vietnamização.

INTRODUÇÃO

A Guerra do Vietnã (1961-1973)¹ tem sido amplamente analisada como um laboratório

de transformação da guerra contemporânea, particularmente no que se refere à relação entre tecnologia, doutrina e estratégia. Nesse contexto, a artilharia de

^a Coronel de Artilharia, doutor em História. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



campanha dos Estados Unidos da América (EUA) ocupa uma posição central, constituindo não apenas um instrumento de apoio ao combate, mas um elemento estruturante do modo norteamericano de conduzir operações terrestres. Ainda assim, a historiografia tende a tratar a artilharia de forma subsidiária, subordinando-a a narrativas mais amplas sobre contrainsurgência, mobilidade aeromóvel ou emprego do poder aéreo.

Parte significativa dessa literatura insere-se no debate sobre o chamado *American way of war*, conforme formulado por Russell Weigley, para quem a tradição militar dos EUA privilegia o uso massivo de poder de fogo e a busca por decisões rápidas, por meio da superioridade material (Weigley, 1973). No caso do Vietnã, essa interpretação foi aprofundada por Andrew Krepinevich Jr., que argumenta que o Exército dos EUA aplicou uma doutrina inadequada de guerra de atrito, excessivamente dependente de fogos, e incapaz de se adaptar

plenamente à natureza política e irregular do conflito (Krepinevich, 1986).

A ênfase no apoio de fogo observada nesta investigação dialoga diretamente com a interpretação de S. L. A. Marshall em *Men Against Fire* (Marshall, 1947), segundo a qual apenas uma parcela dos combatentes efetivamente engaja o inimigo com seus fogos. No Vietnã essa limitação foi compensada pelo uso intensivo de artilharia e apoio aéreo, produzindo uma relação desproporcional entre efetivos, volume de fogo e baixas. Assim, o predomínio do fogo indireto da artilharia pode ser entendido como uma resposta institucional às restrições humanas e operacionais do combate.

Embora tais interpretações sejam fundamentais, elas apresentam uma limitação relevante: ao enfatizarem o papel do poder de fogo em termos agregados, tendem a negligenciar a análise da artilharia como sistema técnico-operacional específico. Estudos institucionais produzidos



Fig. 1 – A investigação histórica baseada em fontes primárias, entre as quais este relatório de lições aprendidas, produzido em 1970 pelo quartel-general do Exército dos EUA no Vietnã.



Fonte: U.S. Army

pelo *U.S. Army Center of Military History* e pela *Marine Corps History Division* oferecem descrições detalhadas do emprego da artilharia, mas, frequentemente, adotam uma perspectiva descritiva e normativa, com menor problematização crítica².

Uma vertente intermediária, representada por autores como J.B.A. Bailey (2003) e Robert H.

Scales Jr. (1995), busca integrar análise técnica e reflexão estratégica, destacando o papel da artilharia como elemento-chave em guerras limitadas. Scales, em particular, argumenta que o Vietnã demonstrou simultaneamente a eficácia tática e os limites estratégicos do poder de fogo, ao mostrar que a capacidade de destruir alvos não se traduz automaticamente em controle político do território. Ainda assim, mesmo nesses estudos, a articulação entre organização, logística e transferência de capacidades permanece insuficientemente explorada.

Além dessas obras, a investigação contou com fontes primárias produzidas pelo Exército e pelo Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA (USMC), incluindo relatórios, apreciações e estudos de lições aprendidas (figura 1).

O presente capítulo parte da premissa de que a artilharia de campanha no Vietnã deve ser compreendida como um sistema de combate integrado, cuja eficácia dependia da interação entre



múltiplos componentes: meios materiais (canhões, obuseiros, munição), estruturas organizacionais (batalhões, baterias), redes de comando e controle (centrais de tiro, sistemas de observação), e uma base logística altamente sofisticada. Essa abordagem permite superar a dicotomia entre interpretações que enfatizam, de um lado, a superioridade tecnológica americana e, de outro, sua inadequação estratégica.

A análise proposta sustenta a seguinte tese: a artilharia de campanha dos EUA no Vietnã constituiu um sistema altamente eficaz em nível tático-operacional, mas estruturalmente limitado em termos estratégicos, sendo sua eficácia dependente de um ecossistema organizacional e logístico cuja transferência para o Exército da República do Vietnã (ARVN)³ revelou-se incompleta e problemática. Em outras palavras, o problema central não residia apenas no emprego do poder de fogo, mas na impossibilidade de reproduzir, em curto prazo, as condições

institucionais que o tornavam eficaz.

Essa interpretação encontra respaldo em fontes primárias produzidas durante o conflito. Relatórios operacionais do período indicavam de forma recorrente que a eficácia da artilharia dependia de sua integração sistêmica. Uma análise do quartel-general do Exército dos EUA no Vietnã observou que “a eficácia da artilharia está diretamente relacionada à eficiência do sistema de apoio, incluindo a logística e a direção de fogo”⁴. De maneira semelhante, documentos de assessoria do Comando de Assistência Militar no Vietnã (*Military Assistance Command Vietnam, MACV*) destacaram que as forças sul-vietnamitas enfrentavam dificuldades não apenas no emprego dos sistemas, mas na sua sustentação: “a capacidade da artilharia das forças armadas do Vietnã é limitada mais por fatores organizacionais e logísticos do que pela disponibilidade de armas”⁵.



Ao integrar essas evidências com o debate historiográfico, o artigo propõe deslocar o foco da análise do “uso excessivo de poder de fogo” para a compreensão da artilharia como um sistema complexo, cuja eficácia era contingente a condições específicas dificilmente replicáveis. Essa perspectiva permite reinterpretar a vietnamização não apenas como um processo político-militar, mas como um experimento de transferência de capacidades organizacionais, no qual a artilharia ocupa lugar privilegiado.

A ARTILHARIA DE CAMPANHA DOS EUA NO VIETNÃ – ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

A organização da artilharia de campanha dos EUA no Vietnã entre 1961 e 1973 deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de adaptação institucional a um ambiente operacional que desafiava pressupostos centrais da doutrina

convencional Pós-Segunda Guerra Mundial. Longe de constituir uma estrutura estática, essa organização evoluiu em resposta à transformação do próprio conflito, passando de um modelo de assessoria limitado a uma configuração altamente flexível, orientada para operações descentralizadas e apoiada por uma complexa rede de comando, controle e logística. Nesse contexto, a artilharia deixou de ser apenas um elemento de apoio subordinado à manobra, para assumir um papel estruturante no campo de batalha, contribuindo para a definição do espaço operacional e para a sustentação de operações em larga escala.

A análise dessa evolução, em termos de periodização do emprego, organização das unidades e construção de uma “geografia do fogo”, permite evidenciar como a artilharia se tornou um dos principais instrumentos de adaptação das forças norteamericanas às especificidades do conflito no Vietnã, ao mesmo tempo em que revela as tensões



entre flexibilidade, controle e vulnerabilidade inerentes a esse processo.

a) Periodização do emprego da artilharia: da assessoria à centralidade operacional

A evolução do emprego da artilharia de campanha no Vietnã acompanha a transformação do envolvimento dos EUA de uma missão consultiva para uma guerra convencional limitada, seguido de um processo de re-tração e transferência de responsabilidades.

Na fase inicial (1961–1964), a presença de artilharia norte-americana estava subordinada ao papel consultivo do MACV, a qual era empregada de forma indireta, sobretudo no treinamento e assessoramento de unidades do ARVN. Um relatório do MACV de 1963 destaca que “o pessoal de artilharia dos EUA atua principalmente como conselheiros e instrutores, com controle operacional limitado sobre os disparos”⁶. Essa limitação implicava que o potencial técnico da arti-

lharia americana ainda não era plenamente explorado no teatro de operações.

A partir de 1965, com a introdução de grandes unidades terrestres, após o Incidente do Golfo de Tonkin⁷, ocorreu uma inflexão decisiva. A artilharia tornou-se o principal instrumento de apoio às operações aeromóveis e de busca e destruição. O relatório de lições aprendidas do Exército dos EUA no Vietnã (*United States Army Vietnam, USARV*) referente a 1966 observa que “a artilharia se tornou o meio mais confiável e ágil de apoio de fogo em operações com forças amplamente dispersas. O pessoal da artilharia dos EUA atua principalmente como conselheiro e instrutor, com controle operacional limitado sobre os disparos”⁸. Essa centralidade derivava diretamente da incapacidade de estabelecer linhas contínuas de frente, exigindo uma forma de apoio capaz de responder rapidamente a contatos esporádicos e difusos.



Fig. 2 - Guarnição da Bateria Bravo, 1º Batalhão, 77º Regimento de Artilharia de Campanha, da 1ª Divisão de Cavalaria (Aeromóvel), dispara um obuseiro M102 na Zona de Pouso Fátima, em 26 de agosto de 1966.



Fonte: U.S. National Archives

A fase de maturidade (1966–1968) representa o auge do emprego da artilharia (figura 2). Nesse período, consolidou-se o modelo de bases de apoio de fogo (*Fire Support Bases*, FSBs) e o uso intensivo de fogos de interdição. Durante operações como Junction City⁹, relatórios indicam que

a artilharia foi empregada não apenas em apoio direto, mas como instrumento de controle territorial, com “fogos pré-planejados que cobrem as rotas e áreas de base suspeitas do inimigo”¹⁰.

Por fim, na fase de vietnamização (1969–1973), observa-se



uma redução gradual da presença americana, mas não de sua centralidade funcional. Um relatório de lições aprendidas de 1969 enfatiza que “apesar da redução das forças americanas, a artilharia continua a fornecer a maior parte do fogo de apoio eficaz”¹¹. Essa persistência revela tanto a eficácia do sistema quanto a dificuldade de sua substituição.

b) Organização e unidades: flexibilidade e modularidade

A organização da artilharia norte-americana no Vietnã caracterizou-se por elevada flexibilidade, refletindo a necessidade de adaptação a um ambiente operacional não linear. No Exército, a estrutura divisional era centrada no comando de artilharia divisionária (DIVARTY), responsável por coordenar batalhões equipados com diferentes calibres. No entanto, a rigidez formal dessa estrutura era frequentemente superada pela necessidade e realidade operacionais. Unidades eram destacadas, reforçadas ou

reorganizadas conforme as necessidades táticas. Um relatório da I Força de Campanha registrou que “os batalhões de artilharia são frequentemente destacados e colocados em apoio direto às brigadas de manobra que operam de forma independente”¹².

Além das unidades divisionárias, grupos de artilharia independentes operavam em nível de Corpo, permitindo a concentração de fogos em operações de maior centralização. Essa capacidade foi particularmente evidente em operações no Planalto Central, onde unidades de diferentes divisões foram coordenadas para produzir efeitos de massa de fogo.

No caso do USMC, a organização apresentava maior coesão interna. Regimentos de artilharia estavam organicamente integrados às divisões, favorecendo relações permanentes entre a artilharia e a infantaria. Durante o cerco de Khe Sanh, em 1968, essa integração permitiu uma coordenação extremamente eficaz entre unidades de artilharia e



forças de defesa da base. Relatórios do USMC indicam que “as unidades de artilharia mantiveram relações contínuas de apoio direto com os batalhões de infantaria durante todo o cerco”¹³. Tal diferença organizacional sugere uma tensão entre flexibilidade (Exército) e coesão orgânica (USMC), ambas com vantagens e desvantagens específicas, dependendo do contexto operacional.

c) Ambiente operacional: a construção de uma “geografia do fogo”

No Vietnã, a artilharia desempenhou um papel ativo na produção do espaço de combate. A ausência de uma frente contínua levou à criação de uma rede de FSBs, que funcionavam como pontos nodais de projeção de poder. Essas bases eram posicionadas de modo a maximizar a cobertura de fogos. Um relatório de lições aprendidas de 1968 descreve que “foram estabelecidas bases de apoio de artilharia para garantir que todos os ele-

mentos de manobra permanecessem dentro do alcance efetivo da artilharia”¹⁴. Essa lógica criou uma verdadeira “geografia do fogo”, na qual o controle territorial era definido não pela presença física contínua, mas pela capacidade de engajar alvos por meio de fogos indiretos.

Um exemplo emblemático é a rede de FSBs estabelecida pela 1ª Divisão de Cavalaria Aeromóvel no vale de A Shau, onde bases sucessivas permitiam apoiar operações em profundidade. Relatórios indicam que “as sucessivas bases de fogo permitiram uma cobertura contínua de artilharia durante as operações de manobra em áreas remotas”¹⁵.

Entretanto, essa configuração implicava vulnerabilidades. As FSBs eram frequentemente atacadas por forças norte-vietnamitas, como ocorreu com a FSB Ripcord¹⁶. Nessas situações, a artilharia precisava apoiar, simultaneamente, operações externas e defender a própria posição, evidenciando a dualidade de sua função.



Fig. 3 – Uma peça M107 de 175mm fornece apoio de fogo crucial às tropas norte-americanas contra as forças do Vietcongue, durante a Guerra do Vietnã, em 1968



Fonte: U.S. Army

SISTEMAS DE COMBATE, ADAPTAÇÃO DOUTRINÁRIA E LIMITES OPERACIONAIS

A análise da artilharia de campanha dos EUA na Guerra do Vietnã exige deslocar o foco de uma abordagem descritiva, centrada em calibres ou unidades, para uma compreensão sistêmi-

ca, na qual material, tecnologia, doutrina e ambiente operacional interagem de forma dinâmica. A doutrina de emprego da artilharia herdada do pós-Segunda Guerra Mundial pressupunha um campo de batalha relativamente linear, no qual a concentração de fogos poderia ser organizada em profundidade, apoiando grandes



formações em avanço. No Vietnã, entretanto, a ausência de uma frente contínua, a dispersão do inimigo e a complexidade do terreno tropical impuseram uma reconfiguração profunda desse modelo.

Nesse contexto, o material de artilharia não pode ser compreendido isoladamente. Os obuseiros de 105 mm, como o M101 e o M102, tornaram-se centrais, não apenas por suas características balísticas, mas porque se integravam perfeitamente à emergente doutrina aeromóvel. A possibilidade de transporte por helicópteros, particularmente pelos Boeing CH-47 Chinook, permitia que baterias fossem rapidamente deslocadas para áreas remotas, criando uma capacidade inédita de projeção de fogos. Segundo relatório de lições aprendidas de 1966, “o obus de 105 mm é a arma principal da artilharia aerotransportada devido ao seu peso e à sua capacidade de rápida entrada em posição”¹⁷. Assim, a mobilidade não era apenas um atributo técnico,

mas um elemento doutrinário central, que redefinia o papel da artilharia como instrumento de resposta imediata em um campo de batalha fluido.

Por outro lado, sistemas de maior calibre, como os obuseiros de 155 mm e os canhões de 175 mm, mantinham a lógica tradicional de alcance e potência, sendo empregados em missões de interdição e apoio em profundidade, geralmente enquadrados pela DIVARTY. O emprego do M107 (175 mm) contra alvos ao longo da Trilha Ho Chi Minh exemplifica essa função, permitindo atingir áreas fora do alcance de sistemas mais leves (figura 3). Um relatório operacional observou que “o artilharia de longo alcance é utilizada para interromper as linhas de comunicação inimigas além das áreas táticas imediatas”¹⁸. No entanto, a dependência de posições relativamente fixas e de uma logística robusta limitava a flexibilidade desses sistemas, criando uma tensão entre mobilidade e poder de fo-



go, tensão central na adaptação da artilharia ao Vietnã.

A introdução de novas tecnologias, como o computador de tiro FADAC¹⁹ e radares de contrabateria, deve ser entendida nesse mesmo quadro. Esses sistemas buscavam reduzir o tempo de resposta e aumentar a precisão, elementos críticos em um ambiente no qual o contato com o inimigo era frequentemente breve e imprevisível. Um relatório técnico do período registrou que “os sistemas automatizados de comando de fogo reduzem significativamente o tempo de resposta, aumentando a eficácia da artilharia em combates de curta duração”²⁰. No entanto, tais tecnologias eram eficazes apenas quando integradas a redes de comando e controle e a sistemas de observação avançada, reforçando o caráter sistêmico da artilharia.

Essa integração atingiu sua expressão mais acabada na adoção das FSBs, que representaram uma verdadeira inovação operacional (figura 4). Em vez de apoi-

ar uma linha de frente contínua, a artilharia passou a estruturar o espaço de combate por meio de uma rede de bases distribuídas, capazes de fornecer cobertura de fogos em amplas áreas. Relatório do USARV de 1968 indicou que “as bases de apoio de fogo estão posicionadas de forma a garantir cobertura contínua de artilharia para as unidades de manobra que operam em formações dispersas”²¹. Nesse sentido, as FSBs substituíram funcionalmente a linha de frente tradicional, redefinindo o conceito de controle territorial: não se tratava mais de ocupar continuamente o terreno, mas de manter a capacidade de engajá-lo por meio de fogos indiretos.

Paralelamente, o emprego sistemático de fogos de inquietação e interdição (*harassment and interdiction*, H&I) evidenciou a adaptação da artilharia a uma guerra de atrito e desgaste. Esses fogos, frequentemente realizados à noite e com padrões aleatórios, buscavam negar ao inimigo a liberdade de movimento e



Fig. 4 – FSB Crook, localizada a 18 km a noroeste de Tây Ninh e a aproximadamente 10 km da fronteira cambojana. Em 1969, quando sofreu um ataque do Exército Popular do Vietnã do Norte, era guarnecida pelo 7º Batalhão do 11º Regimento de Artilharia de Campanha.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

impor pressão constante, inclusive prejudicando seu sono. Um relatório de lições aprendidas de 1967 observa que os “fogos de H&I são realizados de forma aleatória para evitar a previsibilidade e maximizar o efeito psicológico”²². A doutrina subjacente

refletia uma concepção de guerra de atrição, na qual o desgaste contínuo do inimigo era considerado um objetivo em si.

A integração da artilharia com os elementos de manobra atingiu níveis elevados de sofisticação, particularmente no que se



refere ao tempo de resposta. Em combates como a Batalha do Vale do Ia Drang, a capacidade de concentrar fogos em poucos minutos foi decisiva para evitar o colapso de unidades cercadas. Relatórios pós-ação indicam que “os fogos de artilharia foram decisivos para repelir os ataques inimigos e estabilizar a situação”²³. Essa capacidade dependia, entretanto, da atuação dos observadores avançados²⁴, cuja habilidade em identificar e ajustar alvos era fundamental. A dependência desses elementos humanos introduzia uma variabilidade significativa no desempenho do sistema.

Apesar de sua eficácia tática, a artilharia enfrentava limitações estruturais profundas. A dificuldade de aquisição de alvos em um ambiente de guerra irregular reduzia a eficiência dos fogos, frequentemente baseados em informações incompletas ou indiretas. Um relatório do USARV reconheceu que “a busca de alvos continua sendo um dos principais obstáculos à eficácia da arti-

lharia em operações de contrainsurgência”²⁵. Essa limitação tornava-se ainda mais evidente em ambientes urbanos, como durante a Ofensiva do Tet, quando restrições políticas e o risco de danos colaterais limitaram severamente o emprego da artilharia.

No plano do comando, a artilharia operava em um sistema complexo de coordenação que refletia tensões doutrinárias entre centralização e descentralização. Sob o comando do general William Westmoreland²⁶, predominou uma abordagem que privilegiava a concentração de fogos como instrumento de atrição. Posteriormente, sob a liderança do general Creighton Abrams²⁷, observou-se maior ênfase na integração com operações de pacificação e no apoio a forças locais. Os centros de coordenação de apoio de fogo (*Fire Support Coordination Centers*, FSCC) desempenhavam papel central nesse sistema, coordenando diferentes meios de apoio de fogo. Um manual doutrinário afirma que “uma coordenação



eficaz do apoio de fogo é essencial para garantir a capacidade de resposta e evitar a duplicação de esforços”²⁸.

O desempenho operacional da artilharia confirma essa ambivalência. Em situações como o cerco de Khe Sanh, a concentração massiva de fogos contribuiu decisivamente para a defesa da base, demonstrando o potencial destrutivo do sistema. Relatórios do USMC indicam que “os fogos da artilharia foram contínuos e fundamentais para o sucesso da defesa de Khe Sanh”²⁹. No entanto, essa eficácia não se traduziu em resultados estratégicos duradouros, uma vez que o controle territorial e político permanecia precário.

A base dessa eficácia residia, em grande medida, na logística. O emprego intensivo de helicópteros permitiu uma mobilidade sem precedentes, viabilizando o deslocamento rápido de peças e o reabastecimento de munição. Essa dependência, contudo, também criava vulnerabilidades, especialmente em condições

climáticas adversas ou sob ameaça inimiga.

Tais fragilidades tornaram-se particularmente evidentes no processo de vietnamização. A tentativa de transferir a artilharia ao ARVN revelou que sua eficácia dependia de um conjunto de capacidades organizacionais e logísticas dificilmente replicáveis. Relatórios do MACV indicam que as unidades de artilharia do Exército do Vietnã do Sul permaneciam dependentes do apoio dos EUA para suas operações. Problemas de manutenção, treinamento e direção de tiro limitavam o desempenho das unidades sul-vietnamitas, apesar da transferência de material.

A LOGÍSTICA DA ARTILHARIA: MOBILIDADE, CONSUMO E VULNERABILIDADE

A eficácia da artilharia de campanha dos EUA no Vietnã não pode ser compreendida sem considerar sua base logística, que constituiu, a nosso ver, o funda-



mento invisível do poder de fogo. Diferentemente de conflitos convencionais anteriores (Segunda Guerra Mundial, Guerra da Coreia), nos quais a artilharia operava a partir de linhas relativamente estáveis de suprimento, geralmente realizado por meio de comboios de viaturas, o ambiente operacional vietnamita, marcado por dispersão, mobilidade e fragmentação territorial, exigiu a construção de um sistema logístico altamente flexível, intensivo em meios aéreos e capaz de sustentar níveis excepcionais de consumo de munição. Nesse contexto, mobilidade, consumo e vulnerabilidade não são dimensões separadas, mas elementos interdependentes de um mesmo sistema.

A mobilidade logística representou, talvez, a transformação mais significativa. A introdução sistemática do transporte por helicópteros, especialmente plataformas como o CH-47 Chinook, o CH-54 Flying Crane e o UH-1 Huey, permitiu superar limitações impostas pelo terreno

e pela precariedade da infraestrutura viária. Mais do que um meio de transporte, o helicóptero tornou-se um elemento estruturante da doutrina de emprego da artilharia (figura 5). Relatório do USARV enfatiza essa capacidade, nos seguintes termos: “a capacidade de transporte por helicóptero permite a rápida mobilização e deslocamento de unidades de artilharia em áreas que, de outra forma, seriam inacessíveis por transporte terrestre”³⁰.

Essa capacidade foi fundamental para o funcionamento das FSBs, frequentemente instaladas em regiões remotas e de difícil acesso. A mobilidade aérea permitia não apenas a inserção inicial das peças, mas também sua redistribuição conforme a evolução das operações. Durante campanhas no Planalto Central e no vale de A Shau, por exemplo, baterias de 105 mm foram deslocadas em ciclos relativamente curtos, acompanhando o movimento das unidades aeromóveis.

Entretanto, essa mobilidade implicava uma dependência es-



Fig. 5 – Helicóptero CH-54 Flying Crane transportando um obus M114 de 155mm da Bateria Alpha, do 2º Batalhão da 11ª Brigada de Artilharia de Campanha, da FSB Spear para a FSB Fury, em março de 1969



Fonte: U.S. National Guard

trutural de meios aéreos. Diferentemente de teatros convencionais, onde a logística terrestre poderia assumir papel predominante, no Vietnã o transporte aéreo era frequentemente a única opção viável. Isso implicou em custos elevados, desgaste acelerado de equipamentos e vulnerabilidade a condições meteorológicas adversas. Durante períodos de monções, por exemplo, a

redução da visibilidade e as dificuldades de voo comprometiam o fluxo logístico, afetando diretamente a capacidade de sustentação do fogo.

O segundo elemento central da logística da artilharia era o consumo extraordinário de munição. A doutrina americana de emprego de fogos, baseada em volume e rapidez de resposta, implicava em níveis de gasto sem precedentes em conflitos anteriores. Esse consumo era impulsionado não apenas por operações de combate direto, mas também por práticas sistemáticas, como os fogos H&I, que demandavam disparos regulares, muitas vezes sem alvos claramente identificados.

Em operações de grande escala, como a Junction City ou durante o cerco de Khe Sanh, o volume de fogos atingiu níveis particularmente elevados. No caso de Khe Sanh, relatórios do USMC indicaram que “foi utilizada artilharia e fogo de apoio em grande escala durante longos períodos para repelir o ataque



inimigo”³¹. Esse padrão de consumo exigia uma logística capaz de manter fluxos contínuos de munição, frequentemente por via aérea, para bases isoladas sob constante ameaça (figura 6).

A gestão desse consumo implicou em desafios significativos. O armazenamento de munição nas FSBs exigia medidas de segurança rigorosas, enquanto o transporte contínuo aumentava a exposição a ataques inimigos. Além disso, a necessidade de equilibrar disponibilidade e economia de recursos levou à adoção de práticas como programas rotativos de fogo, especialmente no caso dos H&I.

O terceiro elemento, as vulnerabilidades logísticas, decorria diretamente da combinação entre mobilidade aérea e consumo elevado de munições. As FSBs, embora eficazes como plataformas de projeção de fogos, eram frequentemente isoladas e dependentes de linhas de suprimento aéreas. Essa dependência criava pontos críticos de fragilidade. Tal vulnerabilidade mani-

festava-se de diversas formas. Em primeiro lugar, a interdição das rotas aéreas, seja por condições climáticas ou por ação inimiga, podia comprometer rapidamente a capacidade operacional das unidades. Em segundo lugar, a concentração de munição em bases avançadas criava riscos significativos em caso de ataque. Episódios como os ataques às FSBs no norte do Vietnã do Sul demonstram que a destruição de depósitos de munição podia ter efeitos devastadores sobre a capacidade de combate local.

Além disso, a própria necessidade de manter um fluxo constante de suprimentos implicava um esforço logístico contínuo e intensivo. Helicópteros operavam em ciclos quase ininterruptos, transportando munição, peças de reposição e suprimentos gerais. Esse ritmo operacional elevava o desgaste dos equipamentos e aumentava a exposição a acidentes e perdas.



Fig. 6 – A difícil logística da artilharia provida pelo ar: um helicóptero Boeing CH-34 Chinook transporta munição de artilharia para a FSB Maureen, estabelecida com vistas para o Vale de A Shau, 32 km a sudoeste de Huê. A base foi inicialmente instalada pela 101ª Divisão Aerotransportada em maio de 1970, para apoiar a Operação Texas Star.



Fonte: Fonte: 101st Airborne Division.

Do ponto de vista doutrinário, a experiência no Vietnã revela que a eficácia da artilharia estava intrinsecamente ligada à capacidade de sustentar o fluxo logístico necessário ao seu funcionamento. O poder de fogo não era apenas uma função do número de peças ou da precisão dos

sistemas, mas da capacidade de alimentar continuamente as baterias com munição, informações e suporte técnico. Nesse sentido, a logística não era um elemento secundário, mas constitutivo do próprio sistema de combate.

Em síntese, a logística da artilharia norte-americana no Viet-



nã pode ser compreendida como um sistema altamente integrado, no qual mobilidade aérea, consumo intensivo e vulnerabilidades estruturais formavam um conjunto interdependente. A análise desse sistema revela que o poder de fogo, frequentemente interpretado como expressão de superioridade tecnológica, dependia, na realidade, de uma infraestrutura logística complexa e intensiva, cuja sustentabilidade constituía-se como desafio central do conflito.

A VIETNAMIZAÇÃO DA ARTILHARIA: TRANSFERÊNCIA, LIMITES E DIFICULDADES

A política de vietnamização, implementada a partir de 1969 sob a administração de Richard Nixon e operacionalizada no teatro pelo general Creighton Abrams, implicou não apenas na retirada progressiva das forças terrestres dos EUA, mas na tentativa de transferir ao ARVN um

sistema de combate altamente complexo. Entre os diversos componentes desse processo, a artilharia de campanha destacou-se como um dos mais críticos, tanto pela sua centralidade no modo americano de conduzir a guerra, quanto pelas exigências técnicas e logísticas envolvidas em sua operação.

Do ponto de vista organizacional, a vietnamização da artilharia consistiu em três eixos principais:

- 1) transferência de material;
- 2) treinamento e assessoria;
- 3) reestruturação das unidades do ARVN.

Relatórios operacionais registram que, embora o ARVN já dispusesse de artilharia orgânica, sua expansão foi limitada durante a fase de maior envolvimento das forças militares dos EUA.

A transferência de material constituiu o aspecto mais visível da vietnamização. Sistemas como os obuseiros de 105 mm e 155 mm foram progressivamente entregues ao ARVN. No entanto,



relatórios de assessoria enfatizam que o problema central não era o equipamento em si, mas sua integração sistêmica. Um documento do U.S. Army Center of Military History sintetiza essa dificuldade ao afirmar que “a eficácia da artilharia dependia do sistema como um todo, e não apenas das armas”³². Essa observação foi corroborada por relatórios de lições aprendidas,

que registraram dificuldades recorrentes na manutenção e operação dos sistemas: “a manutenção do equipamento de artilharia pelas unidades da República do Vietnã do Sul continua abaixo dos padrões desejados”³³.

O treinamento constituiu o segundo pilar da vietnamização, sendo conduzido por equipes de assessores americanos em múltiplos escalões. Esses programas

Fig. 7 – Bateria de obuses do ARVN em ação: enfrentando o difícil processo de vietnamização da artilharia de campanha.



Fonte: U.S. National Archives



incluíam instrução em direção de tiro, coordenação de fogos e integração com forças de manobra. Contudo, avaliações de instrutores apontam limitações persistentes na formação de quadros especializados. Um relatório de assessoria de 1970 registra que “a competência dos observadores avançados é desigual e, muitas vezes, insuficiente para uma direção de tiro eficaz”³⁴. Tal deficiência comprometia diretamente a capacidade de resposta rápida, elemento central da doutrina americana de apoio de fogo.

Do ponto de vista operacional, a vietnamização implicou na transferência progressiva de responsabilidades sobre as FSBs e missões de apoio de fogo. No entanto, relatórios pós-ação indicam variações significativas de desempenho. Em um relatório referente a operações conjuntas, observa-se que “as unidades de artilharia sul-vietnamitas eram menos ágeis e menos precisas do que as unidades norte-americanas”³⁵. Essa avaliação sugere que, embora funcional, o

sistema operava com menor eficiência, particularmente em contextos que exigiam coordenação rápida e precisa.

A dimensão logística revelou-se particularmente crítica. O modelo norte-americano baseava-se em uma infraestrutura altamente sofisticada, incluindo transporte aéreo intensivo e sistemas avançados de controle de estoques. A transferência desse modelo mostrou-se problemática. Um relatório de lições aprendidas de 1969 registra que “o reabastecimento de munições para as unidades de artilharia do Vietnã do Sul sofre atrasos frequentes devido a restrições logísticas”³⁶. Além disso, dificuldades de manutenção agravavam o problema: “a falta de peças de reposição e de pessoal qualificado afeta a prontidão operacional”³⁷. Essas limitações comprometiam diretamente a capacidade de sustentação do fogo, reduzindo a eficácia operacional das unidades.

Do ponto de vista histórico-gráfico, a vietnamização da arti-



lharia reforça a interpretação de Andrew Krepinevich (1986) de que a estratégia norte-americana no Vietnã dependia de um modelo de guerra intensivo em poder de fogo e tecnologia. No entanto, a documentação primária permite refinar essa análise, ao evidenciar que o problema não era apenas o uso do poder de fogo, mas sua natureza sistêmica. Em determinadas circunstâncias, relatórios indicam que unidades do ARVN podiam operar de forma eficaz, especialmente quando apoiadas por assessores experientes: “o desempenho melhora significativamente quando há consultores experientes presentes”³⁸.

Em termos de resultados, a vietnamização da artilharia produziu um quadro ambíguo. Por um lado garantiu a continuidade do apoio de fogo após a retirada do Exército dos EUA, por outro, revelou limitações estruturais profundas. Essas limitações tornaram-se mais evidentes à medida que o apoio logístico dos EUA diminuiu. Assim, a experiência

da vietnamização ilustra os desafios inerentes à transferência de capacidades militares complexas, especialmente em contextos de guerra irregular.

Em síntese, a análise da vietnamização da artilharia de campanha demonstrou que o poder de fogo moderno constitui um sistema altamente integrado, cuja eficácia depende de fatores organizacionais, logísticos e doutrinários dificilmente transferíveis em curto prazo. Nesse sentido o processo não representou apenas uma transição operacional, mas um teste dos limites institucionais da transferência de capacidades militares em larga escala.

LIÇÕES APRENDIDAS: MOBILIDADE, INTEGRAÇÃO DE FOGOS E LIMITES DO PODER DE FOGO

A experiência da artilharia de campanha dos EUA na Guerra do Vietnã produziu um conjunto de lições que transcendem o ní-



vel estritamente técnico, alcançando dimensões táticas, doutrinárias e estratégicas. Essas lições emergiram não apenas da observação empírica do desempenho da arma, mas também de um intenso processo de reflexão institucional conduzido ainda durante o conflito e aprofundado no período pós-guerra. Nesse sentido, a artilharia no Vietnã constituiu um laboratório privilegiado para a compreensão dos limites e possibilidades do poder de fogo em guerras de caráter irregular.

No plano tático, duas dimensões destacam-se como fundamentais: a mobilidade e o tempo de resposta. A mobilidade, particularmente viabilizada pelo uso intensivo de helicópteros, permitiu à artilharia operar em um ambiente caracterizado pela dispersão e pela ausência de linhas de frente definidas. Como observado em relatórios do USARV, “a capacidade de deslocar rapidamente unidades de artilharia é essencial para manter um apoio de fogo contínuo em operações

dinâmicas”³⁹. Essa possibilidade tática não apenas ampliou o alcance operacional da artilharia, mas redefiniu sua função, transformando-a em um instrumento de presença indireta capaz de compensar a fragmentação do campo de batalha.

Associado a isso, o tempo de resposta emergiu como elemento central da eficácia tática. A capacidade de engajar alvos em questão de minutos, frequentemente decisiva em situações de contato fortuito com o inimigo, tornou-se um dos principais indicadores de desempenho do sistema. Em combates como a Batalha do Vale do Ia Drang (1965), a rapidez na concentração de fogos foi determinante para evitar o colapso de unidades isoladas. Relatórios pós-ação indicam que “a rapidez da resposta da artilharia foi fundamental para estabilizar a situação tática”⁴⁰. Essa ênfase na rapidez implicava não apenas eficiência técnica, mas também a integração de comunicações, observação avançada e procedimentos padronizados.



No plano doutrinário, a principal lição diz respeito à necessidade de integração de fogos, aquilo que, posteriormente, seria conceituado de forma mais sistemática como *joint fires*⁴¹. No Vietnã, a artilharia operava em estreita coordenação com aviação tática, apoio aéreo aproximado e, em menor medida, fogo naval. Essa integração era coordenada por estruturas como os FSCC, que buscavam sincronizar diferentes meios de apoio.

Entretanto, a experiência vietnamita revelou que essa integração era tanto uma necessidade quanto um desafio. A coexistência de múltiplos sistemas de comando, regras de engajamento e cadeias logísticas distintas frequentemente gerava fricções. Ainda assim, o esforço de coordenação estabeleceu as bases para desenvolvimentos doutrinários posteriores, nos quais a integração de fogos se tornaria um princípio central.

Se, no plano tático e doutrinário, a artilharia demonstrou elevada eficácia, no plano estra-

tégico emergiu uma lição mais ambígua e, em muitos aspectos, mais significativa: os limites do poder de fogo como instrumento de controle político. A capacidade de destruir alvos e infligir perdas ao inimigo não se traduziu automaticamente em controle territorial ou em legitimidade política. Como observa Andrew Krepinevich (1986), a estratégia americana permaneceu excessivamente centrada na atrição, sem considerar adequadamente a dimensão política do conflito.

Fontes primárias corroboram essa percepção. Relatórios do período reconheceram que “apesar dos elevados níveis de poder de fogo, as forças inimigas mantêm a capacidade de operar e influenciar a população”⁴². Essa constatação evidencia uma dissociação entre eficácia tática e resultados estratégicos, sugerindo que o poder de fogo, embora necessário, não era suficiente para alcançar os objetivos políticos da guerra.

Esse conjunto de lições foi progressivamente internalizado



pelas forças armadas americanas no período pós-Vietnã. No Exército, a reflexão doutrinária contribuiu para o desenvolvimento da doutrina *AirLand Battle*, formalizada nos anos 1980⁴³. Embora concebida para um cenário convencional europeu, essa doutrina incorporou elementos derivados da experiência vietnamita, particularmente no que se refere à importância da rapidez de resposta, da integração de fogos e da coordenação entre diferentes escalões. Como observa Robert Scales Jr., “as lições do Vietnã reforçaram a necessidade de um poder de fogo sincronizado e ágil, integrado às manobras”⁴⁴.

No caso do USMC, a internalização dessas lições assumiu uma forma distinta, mais diretamente relacionada à sua vocação expedicionária. A experiência no Vietnã reforçou a importância da integração orgânica entre artilharia e infantaria, bem como da capacidade de operar em ambientes austeros e descentralizados. Essa evolução contribuiu para o desenvolvimento do con-

ceito de *expeditionary fires*⁴⁵, no qual a artilharia é concebida como um elemento altamente móvel, integrado e adaptável a diferentes contextos operacionais.

Ao mesmo tempo, a experiência vietnamita também gerou uma reflexão crítica sobre os limites do emprego de fogos em ambientes politicamente sensíveis. A necessidade de considerar efeitos colaterais, restrições de engajamento e impacto sobre a população tornou-se mais evidente, influenciando debates posteriores sobre regras de emprego da força e operações em ambientes urbanos.

Em síntese, as lições aprendidas com o emprego da artilharia de campanha no Vietnã revelam uma dualidade fundamental. Por um lado, confirmam a eficácia do poder de fogo quando integrado a sistemas de mobilidade, comando e controle e logística avançada. Por outro, evidenciam seus limites intrínsecos em conflitos nos quais a dimensão política e social desempenha papel central. Essa tensão entre



capacidade destrutiva e eficácia estratégica permanece como um dos legados mais duradouros da experiência da Guerra do Vietnã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da artilharia de campanha dos EUA no conflito do Vietnã permite compreender não apenas o desempenho de uma arma específica, mas, sobretudo, a lógica de funcionamento de um sistema militar complexo em um ambiente operacional profundamente desafiador. Ao longo deste estudo, argumentou-se que a artilharia deve ser entendida menos como um conjunto de peças e mais como um sistema integrado, no qual material, tecnologia, doutrina, comando e logística operavam de forma interdependente. Essa abordagem revela que a eficácia da artilharia norte-americana no Vietnã foi, ao mesmo tempo, notável em nível tático e limitada em termos estratégicos.

Do ponto de vista técnico-operacional, a artilharia demonstrou uma capacidade de adaptação significativa. A combinação entre mobilidade aérea, especialmente por helicópteros, e a utilização de sistemas de diferentes calibres permitiu a construção de uma arquitetura de fogos flexível, capaz de operar em um ambiente caracterizado pela dispersão e pela ausência de linhas de frente definidas. A adoção das FSBs representou, nesse sentido, uma inovação central, substituindo a linearidade do campo de batalha convencional por uma rede de projeção de poder baseada no alcance dos fogos indiretos. Nesse arranjo, o controle do espaço não se dava pela ocupação contínua, mas pela capacidade de engajamento, uma transformação que redefiniu, na prática, a função da artilharia.

Essa eficácia, entretanto, dependia de um conjunto de condições estruturais que extrapolavam o nível puramente tático. A integração entre sistemas de comando e controle, observação



avançada e tecnologias, como o FADAC e radares de contrabateria, permitiu reduzir o tempo de resposta e aumentar a precisão dos fogos, elementos decisivos em um ambiente de combate fluido. Ao mesmo tempo, a logística, frequentemente invisível nas narrativas tradicionais, emergiu como o verdadeiro fundamento do poder de fogo. A capacidade de sustentar níveis elevados de consumo de munição, garantir a mobilidade das peças e manter o funcionamento contínuo do sistema revelou-se tão importante quanto o desempenho balístico das armas.

Contudo, essa mesma complexidade constituiu uma de suas principais limitações. A dependência de redes logísticas intensivas, particularmente de transporte aéreo, e a necessidade de pessoal altamente treinado, tornavam o sistema difícil de reproduzir fora do contexto institucional norte-americano. Essa limitação tornou-se evidente no processo de vietnamização, quando a transferência de material e

responsabilidades ao ARVN expôs a dificuldade de transplantar um sistema de alta densidade organizacional sem a correspondente infraestrutura, cultura institucional e base técnica.

Mais profundamente, a experiência vietnamita revelou uma tensão fundamental entre eficácia tática e resultados estratégicos. Em operações como a Batalha do Vale do Ia Drang ou o cerco de Khe Sanh, a artilharia demonstrou capacidade decisiva de influenciar o resultado imediato dos combates, frequentemente atuando como elemento estabilizador em situações críticas. No entanto, essa capacidade de produzir efeitos destrutivos não se traduziu automaticamente em controle territorial duradouro ou em sucesso político. A dificuldade de identificação de alvos, as restrições em ambientes urbanos, evidenciadas durante a Ofensiva do Tet, e a resiliência das forças adversárias limitaram o impacto estratégico do poder de fogo.



Nesse sentido, a artilharia de campanha norte-americana no Vietnã ilustra, de forma paradigmática, os limites da guerra de atrição quando aplicada a conflitos de natureza irregular. A superioridade tecnológica e a capacidade de concentrar fogos não foram suficientes para compensar a ausência de uma estratégia eficaz de controle político e social do território. Essa constatação, amplamente reconhecida em análises posteriores, reforça a necessidade de compreender o poder militar como parte de um sistema mais amplo, no qual fatores políticos, sociais e culturais desempenham papel decisivo.

As lições extraídas dessa experiência tiveram impacto duradouro na doutrina militar dos EUA. A ênfase na mobilidade, na rapidez de resposta e na integração de fogos contribuiu para o desenvolvimento de conceitos posteriores, como a *Air Land Battle*, bem como para a evolução do emprego de fogos expedicionários no Corpo de Fuzileiros Navais. Ao mesmo tempo, o con-

flito do Vietnã deixou um legado crítico, ao evidenciar que a eficácia operacional de sistemas avançados de combate não garante, por si só, o sucesso estratégico.

Em síntese, a artilharia de campanha dos EUA no Vietnã deve ser compreendida como um sistema complexo, cuja eficácia dependia da integração de múltiplas dimensões e cuja experiência revelou tanto o potencial quanto os limites do poder de fogo moderno. Ao analisar esse caso, este artigo buscou contribuir para uma compreensão mais ampla das relações entre tecnologia, doutrina e ambiente operacional, ressaltando a necessidade de abordagens que articulem os níveis tático, operacional e estratégico. Nesse sentido, o Vietnã permanece não apenas como um episódio histórico, mas como um campo de reflexão fundamental para o estudo da guerra contemporânea.



FONTES

MILITARY ASSISTANCE
COMMAND VIETNAM. *Advisory Report on RVNAF Artillery Capabilities*. Saigon: MACV, 1970.

MILITARY ASSISTANCE
COMMAND VIETNAM. *Command History*. Saigon: MACV, 1963.

MILITARY ASSISTANCE
COMMAND VIETNAM. *Logistics Evaluation Report: RVNAF Artillery Units*. Saigon: MACV, 1971.

MILITARY ASSISTANCE
COMMAND VIETNAM. *Senior Advisor Debriefing Reports*. Saigon: MACV, 1971.

U.S. ARMY. Department of Army. *FM 3-09: Fire Support and Field Artillery Operations*. Washington: U.S. Army, 2020.

U.S. ARMY. Department of the Army. *FM 100-5: Operations*. Washington: U.S. Army, 1982.

U.S. ARMY. Headquarters 1st Cavalry Division. *After Action Report: Ia Drang Valley Operation*. San Francisco: 1st Cavalry Division, 1965

U.S. ARMY. Headquarters 25th Infantry Division. *Senior Officer*

debriefing report. Washington: Department of the Army, 1970.

U.S. ARMY. Headquarters I Field Force. *Operational Report - Lessons Learned*, period ending 30 April, 1970. Washington: Department of the Army, 1970.

U.S. ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Field Artillery Technical Report*. Saigon: USARV, 1969.

U.S. ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Fire Support Coordination Manual*. Saigon: USARV, 1968.

U.S. ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Operational Report - Lessons Learned*, quarterly period ending 31 October 1969. Saigon: USARV, 1969.

U.S. ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Operational Report - Lessons Learned*, quarterly period ending 31 July 1966. Saigon: USARV, 1966.

U.S. ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Operational Report - Lessons Learned*. Saigon: USARV, 1967.

U.S. ARMY. *JFIRE*: multi-service tactics, techniques, and procedures for the joint application of



firepower. Washington: Department of the Army, 2019.

U.S. ARMY. U.S. Army Center of Military History. *The final years, 1965–1973*. Washington: Department of the Army, 1988.

U.S. ARMY. U.S. Army Center of Military History. *U.S. Army in Vietnam Series*. Washington: Department of the Army, vários volumes.

UNITED STATES MARINE CORPS. Marine Corps History Division. *Command Chronology: Khe Sanh*. Washington: USMC History Division, 1968.

UNITED STATES MARINE CORPS. Marine Corps History Division. *U.S. Marines in Vietnam Series*. Washington: USMC History Division, vários volumes.

UNITED STATES OF AMERICA. Joint Chiefs of Staff. *Joint Fire Support*. Washington: Joint Chiefs of Staff, 2019

BIBLIOGRAFIA

BAILEY, J. B. A. *Field Artillery and firepower*. Annapolis: Naval Institute Press, 2003.

HERRING, George. *America's longest war: the United States and Vietnam, 1950-1975*. New York: McGraw-Hill, 2002.

KREPINEVICH Jr, Andrew. *The Army and Vietnam*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

MARSHALL, S. L. A. *Men against fire: the problem of battle command*. Norman: University of Oklahoma Press, 1947.

SCALES Jr, Robert. *Firepower in limited war*. Novato: Presidio Press, 1995.

SORLEY, Lewis. *Abrams: The Battle for Vietnam*. New York: Simon & Schuster, 1999

WEIGLEY, Russell F. *The american way of war*. Bloomington: Indiana University Press, 1973.

WESTMORELAND, William. *A soldier reports*. New York: Doubleday, 1976.

¹ A Guerra do Vietnã (c. 1955–1975) foi um conflito no contexto da Guerra Fria que opôs o Vietnã do Norte, apoiado por potências socialistas, ao Vietnã do Sul, sustentado pelos EUA e seus aliados. Mais do que uma guerra



convencional, tratou-se de um conflito híbrido, combinando insurgência, guerra de guerrilha e operações convencionais, no qual os norte-americanos intervieram progressivamente para conter a expansão do comunismo no Sudeste Asiático. Apesar de sua superioridade tecnológica e militar, os EUA enfrentaram dificuldades operacionais em converter vitórias táticas em resultados estratégicos, culminando na retirada de suas forças e na reunificação do Vietnã, sob o regime do Norte, em 1975. Ver HERRING, George. *America's longest war: The United States and Vietnam, 1950–1975*. New York: McGraw-Hill, 2013.

² US ARMY. U.S. Army Center of Military History. *U.S. Army in Vietnam Series*. Washington: Department of the Army, vários volumes; e UNITED STATES MARINE CORPS. Marine Corps History Division. *U.S. Marines in Vietnam Series*. Washington: History Division, USMC, vários volumes.

³ O Exército da República do Vietnã (ARVN), ativo entre 1955 e 1975, foi a força terrestre do Vietnã do Sul, sustentada pelos EUA, que combateu o *Vietcong* e o Exército do Vietnã do Norte. Enfrentando corrupção e liderança deficiente, sofreu mais de 1 milhão de baixas antes da queda de Saigon, e foi desmantelado após a derrota ante o Vietnã do Norte. Cf.

BRIGHAM, R. K. *ARVN: Life and Death in the South Vietnamese Army*. Modern War Studies. Lawrence: University Press of Kansas, 2006.

⁴ Do original em língua inglesa, "artillery effectiveness is directly related to the efficiency of the supporting system, including logistics and fire direction." Tradução livre do autor. Cf. US ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. Operational Report – Lessons Learned, quarterly period ending 31 October 1969. Saigon: USARV, 1969, p. 48.

⁵ Do original em língua inglesa "RVNAF artillery capability is limited more by organizational and logistical factors than by availability of weapons", tradução livre do autor. Cf. MILITARY ASSISTANCE COMMAND VIETNAM. *Advisory Report on RVNAF Artillery Capabilities*. Saigon: MACV, 1970, p. 11.

⁶ Do original em língua inglesa "“U.S. artillery personnel function primarily as advisors and trainers, with limited operational control over fires”, tradução livre do autor. Cf. MILITARY ASSISTANCE COMMAND VIETNAM. Command History. Saigon: MACV, 1963, p. 45.

⁷ O Incidente do Golfo de Tonkin consistiu em dois episódios relatados em agosto de 1964, nos quais destroieres dos Marinha dos EUA (especialmente



o USS *Maddox*) teriam sido atacados por lanchas norte-vietnamitas no Golfo de Tonkin. Enquanto o primeiro confronto é geralmente aceito como real, o segundo é amplamente considerado duvidoso ou resultado de erro de interpretação. O incidente foi rapidamente utilizado pelo governo de Lyndon Johnson para obter do Congresso a Resolução do Golfo de Tonkin, que concedeu amplos poderes para o uso da força no Sudeste Asiático sem declaração formal de guerra. Como consequência, houve uma escalada massiva da participação militar dos EUA na Guerra do Vietnã, com intensificação dos bombardeios e envio de tropas terrestres, marcando a transformação de um conflito limitado em uma guerra de grande escala. Ver HERRING, George. *America's Longest War: The United States and Vietnam, 1950–1975*. New York: McGraw-Hill, 2002.

⁸ Do original em língua inglesa "artillery has become the most reliable and responsive means of fire support in widely dispersed operations", tradução livre do autor. Cf. US ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Operational Report – Lessons Learned*, quarterly period ending 31 July 1966. Saigon: USARV, 1966, p. 22.

⁹ A Operação Junction City foi uma grande ofensiva conduzida entre fevereiro e maio de 1967 pelas forças dos

Exército dos EUA e do Vietnã do Sul na província de Tây Ninh, próxima à fronteira com o Camboja. Seu objetivo era localizar e destruir um suposto quartel-general do Vietcong e desarticular suas estruturas logísticas. A operação destacou-se pelo uso massivo de mobilidade aérea, além de intenso apoio de artilharia e bombardeios aéreos. Embora tenha infligido perdas significativas ao inimigo e destruído bases e depósitos, não conseguiu capturar o comando central do inimigo, que evitou o confronto decisivo, evidenciando os limites das operações convencionais frente à guerra de guerrilha, e contribuindo para a continuidade do conflito sem resultados estratégicos duradouros. Cf. KREPINEVICH, op. cit.

¹⁰ Do original em língua inglesa "pre-planned fires covering suspected enemy routes and base areas", tradução livre do autor. Cf. US ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Operational Report – Lessons Learned*. Saigon: USARV, 1967, p. 30.

¹¹ Do original em língua inglesa "despite reductions in U.S. forces, artillery continues to provide the majority of effective supporting fires", tradução livre do autor. Cf. US ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Operational Report – Lessons Learned*. Saigon: USARV, 1969, p. 48.



¹² Do original em língua inglesa "artillery battalions are frequently detached and placed in direct support of maneuver brigades operating independently", tradução livre do autor. Cf. US ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Operational Report – Lessons Learned*. Saigon: USARV, 1970, p. 14.

¹³ Do original em língua inglesa "artillery units maintained continuous direct support relationships with infantry battalions throughout the siege", tradução livre do autor. Cf. UNITED STATES MARINE CORPS. Marine Corps History Division. *Command Chronology: Khe Sanh*. Washington: USMC History Division, 1968, p. 11.

¹⁴ Do original em língua inglesa "fire support bases are established to ensure that all maneuver elements remain within effective artillery range", tradução livre do autor. Cf. US ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Operational Report – Lessons Learned*. Saigon: USARV, 1968, p. 33.

¹⁵ Do original em língua inglesa "successive fire bases allowed continuous artillery coverage during maneuver operations in remote areas", tradução livre do autor. Cf. US ARMY. 1st Cavalry Division. *After Action Review: A Shau Operations*, 1968. Saigon: USARV, 1968, p. 9.

¹⁶ A batalha pela Base de Apoio de Fogo (FSB) Ripcord foi o último grande confronto terrestre entre as forças dos EUA e o Exército do Vietnã do Norte (PAVN) durante a Guerra do Vietnã. Ocorreu entre 1º e 23 de julho de 1970, em uma remota colina no Vale A Shau, na província de Thua Thien.

¹⁷ Do original em língua inglesa "the 105mm howitzer is the primary weapon for airmobile artillery due to its weight and rapid emplacement capability", tradução livre do autor. Cf. US ARMY, 1966, op.cit., p. 25.

¹⁸ Do original em língua inglesa "long-range artillery is used to disrupt enemy lines of communication beyond immediate tactical areas", tradução livre do autor. Cf. US ARMY, 1969, op.cit., p. 41.

¹⁹ O FADAC (*Field Artillery Digital Automatic Computer*) era um computador portátil desenvolvido para o Exército dos EUA na década de 1960, com o objetivo de automatizar e acelerar os cálculos de tiro de artilharia, substituindo métodos manuais. Operando no campo de batalha, ele calculava rapidamente os elementos de tiro (deriva e elevação) para obuseiros, foguetes e mísseis.

²⁰ Do original em língua inglesa "automated fire direction systems significantly reduce response time, enhance



cing the effectiveness of artillery in fleeting engagements", tradução livre do autor. Cf. U.S. ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Field Artillery Technical Report*. Saigon: USARV, 1969, p. 12.

²¹ Do original em língua inglesa "fire support bases are positioned to ensure continuous artillery coverage for maneuver units operating in dispersed formation", tradução livre do autor. Cf. US ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Operational Report – Lessons Learned*. Saigon: USARV, 1968, p. 63..

²² Do original em língua inglesa "H&I fires are conducted on a random basis to avoid predictability and maximize psychological effect", tradução livre do autor. Cf. US ARMY, 1967, op.cit., p. 18.

²³ Do original em língua inglesa "artillery fires were decisive in repelling enemy assaults and stabilizing the situation", tradução livre do autor. Cf. U.S. ARMY. Headquarters 1st Cavalry Division. *After Action Report: Ia Drang Valley Operation*. San Francisco: 1st Cavalry Division, 1965, p. 7.

²⁴ O observador avançado de artilharia é o militar responsável por atuar junto aos elementos de manobra (infantaria e cavalaria), com a função de identificar alvos, determinar sua localização e transmitir essas informações às uni-

dades de tiro, que operam em posições recuadas e, em geral, sem contato visual direto com o inimigo. Por meio de comunicações, normalmente via rádio, esse combatente acompanha os impactos dos disparos e realiza correções sucessivas, ajustando o tiro até que atinja o objetivo com precisão, sendo, portanto, elemento essencial para a eficácia do fogo indireto no campo de batalha. Ver U.S. Army. Department of the Army. FM 3-09: Fire Support and Field Artillery Operations. Washington: U.S. Army, 2020.

²⁵ Do original em língua inglesa "target acquisition remains a major constraint on artillery effectiveness in counterinsurgency operations", tradução livre do autor. Cf. US ARMY, 1969, op.cit., p. 44.

²⁶ William Westmoreland (1914-2005) foi um general do Exército dos EUA formado pela United States Military Academy (West Point), cuja carreira militar incluiu participação destacada na Segunda Guerra Mundial, onde comandou unidades de artilharia e infantaria, e, posteriormente, na Guerra da Coreia. Tornou-se mais conhecido por sua atuação na Guerra do Vietnã, durante a qual serviu como comandante das forças norte-americanas no Vietnã do Sul entre 1964 e 1968, liderando a estratégia baseada no emprego intensivo de poder de fogo e na condução de ope-



rações de busca e destruição (*search and destroy*), com o objetivo de desgastar o inimigo por meio de superioridade material. Seu comando coincidiu com a escalada do envolvimento dos EUA no conflito e com episódios decisivos, como a Ofensiva do Tet, que expôs os limites da estratégia adotada e teve forte impacto na opinião pública norte-americana. Após deixar o Vietnã, Westmoreland exerceu o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército (1968–1972), encerrando sua carreira. Cf. WESTMORELAND, William. *A Soldier Reports*. New York: Doubleday, 1976.

²⁷ Creighton Abrams (1914–1974) foi um general do Exército dos EUA, formado pela United States Military Academy, com destacada atuação na Segunda Guerra Mundial, no comando de unidades blindadas. Em 1968, durante a Guerra do Vietnã, substituiu William Westmoreland no comando das forças norte-americanas, tornando-se o principal responsável pela condução da política de “vietnamização” do conflito, que buscava transferir progressivamente o esforço de guerra às forças sul-vietnamitas, ao mesmo tempo em que ajustava a estratégia com maior ênfase na contrainsurgência e na proteção da população. Ver SORLEY, Lewis. *Abrams: The Battle for Vietnam*. New York: Simon & Schuster, 1999.

²⁸ Do original em língua inglesa “effective fire support coordination is essential to ensure responsiveness and avoid duplication of effort.”, tradução livre do autor. Cf. US ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam. *Fire Support Coordination Manual*. Saigon: USARV, 1968, p. 12.

²⁹ Do original em língua inglesa “artillery fires were continuous and critical to the successful defense of Khe Sanh”, tradução livre do autor. Cf. UNITED STATES MARINE CORPS. Marine Corps History Division, 1968, op.cit., p. 15.

³⁰ Do original em língua inglesa “helicopter lift capability allows rapid deployment and displacement of artillery units in areas otherwise inaccessible by ground transport”, tradução livre do autor. Cf. US ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam, 1966, op.cit., p. 27.

³¹ Do original em língua inglesa “artillery and supporting fires were delivered in massive quantities over extended periods to repel enemy assaults”, tradução livre do autor. Cf. UNITED STATES MARINE CORPS. Marine Corps History Division, 1968, op.cit., p. 15.

³² Do original em língua inglesa “the effectiveness of artillery depends on the total system, not merely the weapon”. Cf. U.S. ARMY. U.S. Army Center of Military History. *The final years*,



1965–1973. Washington: Department of the Army, 1988, p. 423.

³³ Do original em língua inglesa "maintenance of artillery equipment by RVNAF units remains below desired standards", tradução livre do autor. Cf. US ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam, 1969, op.cit., p. 37.

³⁴ Do original em língua inglesa "forward observer proficiency is uneven and often inadequate for effective fire direction", tradução livre do autor. Cf. MILITARY ASSISTANCE COMMAND VIETNAM, 1970, op.cit., p. 15.

³⁵ Do original em língua inglesa "RVNAF artillery fires were less responsive and less accurate than comparable U.S. units". tradução livre do autor. Cf. U.S. ARMY. Headquarters 25th Infantry Division. *Senior Officer debriefing report*. Washington: Department of the Army, 1970, p. 8.

³⁶ Do original em língua inglesa "ammunition resupply for RVNAF artillery units is frequently delayed due to logistical constraints", tradução livre do autor. Cf. US ARMY, 1969, op.cit., p. 52.

³⁷ Do original em língua inglesa "shortages of spare parts and trained personnel affect operational readiness", tradução livre do autor. Cf. MILITARY ASSISTANCE COMMAND VIETNAM. *Logistics Evaluation Report: RVNAF*

Artillery Units. Saigon: MACV, 1971, 1971, p. 21.

³⁸ Do original em língua inglesa "performance improves significantly when experienced advisors are present", tradução livre do autor. Cf. MILITARY ASSISTANCE COMMAND VIETNAM. Senior Advisor Debriefing Reports. Saigon: MACV, 1971, p. 9.

³⁹ Do original em língua inglesa "the ability to rapidly displace artillery units is essential to maintaining continuous fire support in fluid operations", tradução livre do autor. Cf. US ARMY. Headquarters U.S. Army Vietnam, 1966, op.cit., p. 26.

⁴⁰ Do original em língua inglesa "the speed of artillery response was critical in stabilizing the tactical situation", tradução livre do autor. Cf. U.S. ARMY. Headquarters 1st Cavalry Division, 1965, op.cit., p. 7.

⁴¹ De acordo com a recente doutrina militar dos EUA, o conceito de *joint fires* consiste no emprego coordenado e sincronizado de fogos (letais e não letais) por dois ou mais componentes militares para atingir objetivos comuns, integrando capacidades terrestres, aéreas e navais ao plano de manobra. Ver UNITED STATES OF AMERICA. Joint Chiefs of Staff. *Joint Fire Support*. Washington: Joint Chiefs of Staff, 2019; e U.S. ARMY. *JFIRE: multi-service tactics, techniques, and*



procedures for the joint application of firepower. Washington: Department of the Army, 2019.

⁴² Do original em língua inglesa "despite high levels of firepower, enemy forces retain the ability to operate and influence the population", tradução livre do autor. Cf. U.S. ARMY, 1969, op.cit., p. 44.

⁴³ A doutrina *Air-Land Battle* (Batalha ar-terra) foi desenvolvida durante a Guerra Fria e consistia na integração estreita entre forças terrestres e aéreas para enfrentar inimigos numericamente superiores. Baseava-se em ataques simultâneos em profundidade contra a linha de frente e os escalões de apoio, comando e reservas do adversário, buscando desorganizar seu sistema de combate e reduzir sua capacidade de manobra. Cf. U.S. ARMY. Department of the Army. *FM 100-5: Operations*. Washington: U.S. Army, 1982.

⁴⁴ Do original em língua inglesa "the lessons of Vietnam reinforced the need for synchronized, responsive firepower integrated with maneuver", tradução livre do autor". Cf. SCALES Jr., op.cit., 1995, p. 112..

⁴⁵ A chamada *Expeditionary fires doctrine* refere-se ao emprego de fogos, especialmente de artilharia, mísseis e apoio aéreo, de forma integrada, precisa e rapidamente projetável em

teatros de operações distantes, com o objetivo de apoiar forças expedicionárias leves e altamente móveis. Cf. U.S. ARMY. Department of Army. *FM 3-09: Fire Support and Field Artillery Operations*. Washington: U.S. Army, 2020.

Zilda Nogueira Rodrigues: memórias e traumas de uma veterana de guerra

Daniel Mata Roque ^a

Fernando Porto ^b

Resumo: Este artigo analisa a trajetória de Zilda Nogueira Rodrigues, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial, a partir de uma abordagem micro-histórica e biográfica, com ênfase em sua condição de mulher, militar, profissional de saúde e veterana diagnosticada com neurose de guerra. A pesquisa baseia-se em investigação documental em arquivos militares, universitários, judiciais, cartoriais e hemerográficos, combinando fontes médicas, administrativas e jornalísticas. O desenvolvimento examina sua formação como obstetritz, a experiência de discriminação racial no contexto segregacionista norte-americano, conflitos disciplinares, atuação hospitalar e posterior adoecimento psíquico, culminando na reforma por invalidez e nas promoções inéditas que a tornaram a primeira capitã do Exército Brasileiro. Discute-se ainda sua inserção pública, militância associativa e os desafios simbólicos da presença feminina no meio militar, bem como a permanência da memória traumática. Conclui-se que a trajetória de Zilda evidencia as intersecções entre gênero, raça, saúde mental e instituição militar, revelando a singularidade de sua experiência histórica.

Palavras-chave: Força Expedicionária Brasileira; História da Enfermagem; Neurose de guerra; micro-história; biografia.

INTRODUÇÃO

Com uma abordagem no modelo micro-histórico (Ginzburg, 1989) e utilizando a estrutura da narrativa biográfica

(Bourdieu, 1996; Borges, 2021), objetivamos neste artigo analisar a trajetória de Zilda Nogueira Rodrigues, enfermeira da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mun-

^a Cineasta e historiador, doutor em Ciências. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

^b Professor, historiador e enfermeiro, doutor em Enfermagem.



dial, como militar veterana, profissional, mulher e figura pública a partir do diagnóstico como neurótica de guerra, recebido em 1950.

A pesquisa documental ocorreu principalmente no Arquivo Histórico do Exército, no Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares e no Arquivo Central da UNIRIO, localizando históricos profissionais, acadêmicos e laudos médicos. Outros acervos incluem a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, com matérias jornalísticas relacionadas; o Portal *FamilySearch*, com documentos cartoriais; e o Arquivo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com processos judiciais de aderência.

A MULHER

Zilda Nogueira nasceu no então Distrito Federal (hoje município do Rio de Janeiro-RJ) em 29 de janeiro de 1919, filha de Deocleciano Raymundo Nogueira e Josepha Figueiredo Nogueira

(Cansanção, 2003, p. 221). Era “filha de pais pobres, mas teve uma infância tranquila, sem maiores acontecimentos ou conflitos emocionais”¹.

Sua mãe era dona de casa, nascida em 4 de setembro de 1899 no estado do Rio de Janeiro, e, segundo memória familiar, era descendente de indígenas e também trabalhava como parteira, sem formação específica. O pai de Zilda, Deocleciano, era carioca, investigador de polícia, e faleceu em 17 de junho de 1936, aos 41 anos, vítima de colapso cardíaco, deixando a viúva e duas filhas menores². Zilda tinha então 17 anos de idade.

Em 19 de julho de 1938 casou-se com Manoel Pastora Rodrigues e adotou seu último sobrenome, passando a assinar Zilda Nogueira Rodrigues. O casal teve um filho, Sérgio Nogueira Rodrigues, nascido no Rio de Janeiro em 8 de maio de 1939 – ano em que teria início a Segunda Guerra Mundial e dia em que, seis anos depois, ela terminaria na Europa. Manoel Rodrigues



faleceu em 10 de junho de 1942, de tuberculose pulmonar. Segundo a certidão de óbito³, tinha 32 anos de idade, também era carioca e trabalhava como industrial. Zilda ficou viúva aos 23 anos de idade, com um filho de três anos.

Algum tempo depois, ainda antes da guerra, Zilda teve novo relacionamento, com Renato Reis de Athayde, mas não se casou legalmente. O casal ficou junto por cerca de dezesseis anos e teve uma filha, Elizabeth Christina Nogueira de Athayde, nascida em 24 de fevereiro de 1952⁴. Seis anos depois Zilda teve seu primeiro neto, Sérgio Roberto Guterres Rodrigues, nascido no Hospital Central do Exército em 16 de dezembro de 1958, fruto do casamento de seu primogênito⁵. No final da década de 1950, separou-se de Renato.

A PARTEIRA, OBSTETRIZ, ENFERMEIRA

Conforme revela em formulário médico⁶, Zilda teve pouco

estudo formal: ingressou na escola aos sete anos de idade, concluindo o curso primário no Colégio 6-3 Estados Unidos⁷, da Prefeitura do Distrito Federal, em dezembro de 1932, aos treze anos. Kursou depois mais dois anos de ginásio, não concluindo-o.

Segundo memória familiar, Zilda começou a atuar como parteira sem formação específica, principalmente nos bairros do subúrbio carioca. No início de 1943, após ficar viúva, ingressou no curso de Enfermagem Obstétrica da Escola de Medicina e Cirurgia do Instituto Hahnemanniano do Brasil, estabelecimento de ensino privado vinculado à associação voltada para o estudo da homeopatia (Borges, 2008). Era o caminho da parteira oficialmente reconhecida.

A formação de parteiras no Brasil esteve atrelada às faculdades de medicina desde a reforma do ensino médico de 1832, tornando-se uma atividade auxiliar e regulamentada, exercida quase exclusivamente por mulheres



(Riesco; Tsunechiro, 2002). A partir da década de 1910 houve uma mudança de nomenclatura, e os cursos passaram a formar obstetrizes (nomenclatura então mais comum no estado de São Paulo) ou enfermeiras obstétricas (principalmente no Rio de Janeiro), destinadas às mesmas funções de auxiliar os partos domésticos (Ibid., 2002).

A partir da Lei nº 775, de 6 de agosto de 1949, que regulamentou o ensino da enfermagem no Brasil, padronizou-se a nomenclatura da função como enfermagem obstétrica, mas com uma mudança importante: a atuação dessa profissional do parto passou a ser uma especialização exclusiva dos enfermeiros diplomados, preparando-se a extinção das funções de parteira e obstetriz como carreiras autônomas (Ibid., 2002).

No curso que concluiu na Escola de Medicina e Cirurgia em 1944, portanto já no período final da formação de parteiras/obstetrizes/enfermeiras obstétricas como uma carreira

separada da enfermagem profissional, Zilda estudou sete disciplinas: no primeiro ano aprendia-se Fisiologia, Anatomia, Prática de Enfermagem e Obstetrícia; no segundo havia Puericultura e, novamente, Prática de Enfermagem e Obstetrícia. Em todas as disciplinas Zilda foi aprovada com o grau “simplesmente”, as notas finais oscilando entre quatro e seis⁸.

Nos parece que os critérios de avaliação eram bastante rígidos, visto que, dentre as outras onze formandas em 1944, só encontramos duas alunas que obtiveram conceito superior a “simplesmente” – “plenamente” – ao longo de todo o curso: uma delas em apenas uma matéria e a outra em duas, e nenhuma com nota superior a sete. Por outro lado, diversas alunas foram reprovadas em disciplinas e precisaram refazê-las – às vezes mais de uma vez.

Diante do voluntariado para a guerra, que aceitava enfermeiras com qualquer tipo de diploma ou qualquer experiência na



área, Zilda pôde apresentar-se para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) como obstetriz/enfermeira obstétrica. Ainda estava cursando o segundo e último ano, mas, já convocada, recebeu autorização para antecipar a formatura em dois meses, realizando os exames finais em 14 de outubro de 1944 (Formatura..., 1944, p. 32). O diploma só lhe seria entregue em 1947.

Como as demais colegas, fez a adequação militar no Curso de Emergência de Enfermeiras da Reserva do Exército (CEERE), na segunda turma do Rio de Janeiro, iniciada em 26 de maio e concluída em 21 de julho de 1944. Zilda formou-se com média final 8,51, em 10º lugar dentre vinte e uma alunas (Cansação, 1987, p. 45). Uma semana depois, foi nomeada enfermeira de 3ª classe do Quadro de Enfermeiras da Reserva do Exército⁹.

A ENFERMEIRA NEGRA VOLUNTÁRIA NA GUERRA

Convocada, Zilda seguiu para a Itália por via aérea com o 15º Grupo de Enfermeiras. Partiu do Rio de Janeiro (Aeroporto Santos Dumont) em 29 de outubro de 1944, com escalas em Natal-RN e diversas cidades no norte da África, até chegar a Nápoles. Serviu nas enfermarias de clínica médica de alguns hospitais norte-americanos, com destaque para o 7º *Station Hospital*, em Livorno, e o 45º *General Hospital*, em Nápoles (Valadares, 1976, p. 78).

Na Itália, como as colegas, foi arvorada ao posto de 2º tenente por publicação no Boletim Interno de 25 de novembro de 1944, assinado pelo comandante da FEB, General Mascarenhas de Moraes, passando a ser oficial do Exército Brasileiro, com seus direitos e deveres inerentes – só durante a guerra, pois não havia previsão de confirmação do posto militar e o pagamento recebido continuou equiparado ao dos



sargentos, de graduação mais baixa.

A enfermeira Altamira Pereira Valadares, que partira do Brasil dois meses antes de Zilda, registra em seu diário que, já no embarque para a Itália, quando fizeram a primeira parada na Base Aérea de Parnamirim, administrada pelos militares norte-americanos, houve percepção de discriminação racial contra a enfermeira Nair Paulo de Melo, que viajava no mesmo grupo: "começaram os rumores e comentários sobre as enfermeiras de cor, motivo esse que não vi grande razão"¹⁰. Altamira registra que o grupo de enfermeiras foi até o quartel-general brasileiro em Natal para comunicar ao Diretor de Saúde do Exército, possivelmente por telegrama, sobre o ocorrido.

Lúcio Muniz Barretto, farmacêutico da FEB no 7º *Station Hospital*, também relata o desconforto dos militares brasileiros com a má recepção dos americanos a um colega do Serviço de Saúde "cuja epiderme não é

branca" e conclui de forma mais ampla: "é conhecido o preconceito de raça entre eles" (Barreto, 1946, p. 40).

Segundo relato da enfermeira Elza Cansanção Medeiros (2003, p. 221), também veterana da FEB, Zilda sofreu discriminação dos militares e enfermeiras norte-americanos por ser parda (então chamada mulata), considerando que à época as Forças Armadas dos EUA ainda eram formalmente segregadas, com unidades exclusivas para soldados negros – mas comandadas por oficiais brancos (Fernandes, 2011, p. 111).

Um exemplo muito citado em entrevistas e memórias de veteranos brasileiros é o da 92ª Divisão de Infantaria (DI) norte-americana, unidade com a qual a FEB teve bastante contato e que substituiu em algumas posições. Pela tensão inerente, aliada à baixa motivação e ao baixo moral da tropa discriminada, pairavam sérias dúvidas sobre a capacidade técnica de combate da 92ª DI, tanto por parte dos comandantes



americanos quanto dos próprios companheiros de outras unidades (Fernandes, 2011, p. 111).

A segregação racial oficial chocava a muitos brasileiros (Maximiano, 2010, p. 338). Um veterano da FEB relatou que ouviu textualmente de um combatente da 92ª DI: "O que eu faço aqui? O que um negro faz aqui, se não tem direito nenhum nos Estados Unidos e não chega nem a comandante de batalhão? Defendendo que democracia?" (Lopes *in* Motta, 2001, p. 201). E o brasileiro complementa, nesse mesmo depoimento: "Com isso, se pode ter uma ideia do racismo muito forte no Estados Unidos e o desengajamento total daquela divisão" (Lopes *in* Motta, 2001, p. 201).

Segundo Elza, essa segregação, como chegava aos hospitais e ao atendimento dos feridos, começou a gerar problemas entre americanos e brasileiros, já que "nós insistimos em enviar enfermeiras de cor, o que nos criou um imenso problema" (Medeiros *in* Motta, 2001, p.

281). Como o comando brasileiro recusou-se a proceder à segregação racial, algumas adequações diplomáticas precisaram ser feitas, com enfermeiras negras transferidas de hospitais e, em outros casos, destinadas à sala de cirurgia, ambiente mais reservado, distante do atendimento nas enfermarias coletivas.

Elza diz que a presença de Zilda "incomodava aos americanos, pois ela, apesar de não ser preta, era mulata, o que para eles era a mesma coisa" (Cansanção, 2003, p. 222). Observamos que as certidões de nascimento dos dois filhos de Zilda registram que as crianças eram brancas, assim como as certidões de óbito de seu pai, sua mãe e seu marido¹¹.

Era comum nas primeiras décadas do século XX que a identificação de cor ou raça fosse feita pelo funcionário do cartório de registro civil sem consulta ao próprio interessado ou ao declarante formal do documento, e que a identificação de pessoas hoje (auto)classificadas como pardas, mas então registradas



como brancas ou negras no documento, levasse em conta aspectos econômicos, além da infinita possibilidade de gradações de cor na população parda, neste “espectro da mestiçagem” (Barros, 2014, p. 208). Nas fichas do Exército, inclusive em sua interação na Itália, consta que Zilda era branca.

Para o historiador José D’Assunção Barros (2014), em um ensaio sobre a construção social da cor na formação brasileira, os sistemas de percepção racial e seus critérios variam em cada sociedade e ao longo do tempo, permitindo que um indivíduo que se vê e é visto no Brasil como branco seja identificado como negro em outro país – e Barros indica exatamente os Estados Unidos da América como exemplo nessa dualidade –, especialmente no caso do mulato/pardo, essa mistura de brancos com negros que gera uma “categoria de fato extremamente complexa” (Barros, 2014, p. 101).

É essa mistura que o sociólogo Gilberto Freyre considera a

marca fundadora da nacionalidade brasileira e classifica como o fenômeno do “mulatismo” (Freyre, 2006, p. 390). Para Freyre, no entanto, o termo “mulato” é geralmente empregado de forma “depreciativa da moral, da cultura ou da situação social do indivíduo” (Freyre, 2006, p. 151) em nossa sociedade colonial e mesmo nas primeiras décadas republicanas, fazendo com que os brasileiros com características físicas mais marcadas pela mestiçagem preferissem se identificar como caboclos descendentes de indígenas (Freyre, 2006, p. 107).

No caso da autoidentificação de Zilda, há um dado significativo no relatório do Inquérito Sanitário de Origem (ISO) conduzido pelo Exército após a guerra, preenchido por um psiquiatra durante uma internação: apesar do documento dizer na qualificação inicial que Zilda é branca, ao longo da análise o médico identifica dentre as características autodepreciativas que a paciente exter-



na, no quadro depressivo, justamente seu “complexo racial”.

Isso nos leva a inferir que Zilda, em que pese ter a tez mais clara, tinha características fenotípicas negras evidentes, não se identificava como branca e também percebia que, no dia a dia, não era identificada socialmente como branca – e por essa razão sofria discriminação, ao menos na experiência europeia, mas possivelmente em outros contextos nacionais. Podemos inferir que a própria experiência traumática junto aos norte-americanos durante a guerra tenha influído para alterar ou sedimentar a autopercepção socio-racial de Zilda.

Dentro do modelo militar segregado durante a guerra, havia enfermeiras negras na tropa norte-americana, algumas poucas até atingiram o posto de capitães durante a guerra, mas esse total de mulheres chamadas afro-americanas chegou a apenas um por cento do efetivo de quase cinquenta mil enfermeiras mobilizadas pelos EUA durante os

quatro anos em que estiveram no conflito, e cotas restringindo sua participação estiveram em vigor (King, 2021, p. 191). Essas enfermeiras negras eram destinadas a atender apenas as tropas negras, constituídas em batalhões e divisões segregados.

No Exército dos EUA de então pouquíssimos negros chegavam ao oficialato, e dificilmente ascendiam além das posições iniciais. O escritor Martin King afirma que a discriminação oficial era tão aprofundada que no início da guerra não eram aceitas doações de sangue de pessoas negras e, quando isso foi revisto em 1942, o sangue de doadores negros só podia ser transfundido em pacientes também negros. Soldados norte-americanos brancos feridos e hospitalizados na zona de guerra não podiam receber o sangue doado por seus compatriotas negros (King, 2021, p. 192).

Há variado registro na historiografia brasileira da surpresa e da inspiração que, no sentido inverso, sentiram os militares



norte-americanos ao testemunharem a convivência fraternal entre o grupo etnicamente heterogêneo de brasileiros. Um veterano da FEB relata que teria visto um soldado negro americano demonstrar grande surpresa ao testemunhar um sargento negro brasileiro dar ordens a soldados branco (Gonçalves *in* Motta, 2001, p. 318).

O General Mascarenhas de Moraes, comandante da FEB durante toda a campanha, registra em suas memórias que recebeu, em seu quartel-general na cidade italiana de Porretta Terme, a visita de um funcionário do Departamento de Justiça dos EUA, acompanhado de generais norte-americanos, que realizavam junto à tropa da FEB uma "pesquisa sobre a não segregação racial brasileira", observando a relação harmoniosa entre os combatentes de diversas origens raciais. Segundo Mascarenhas, o pesquisador que visitou tropas brasileiras em posição na frente de combate "apresentava sinais de ser pardo" (Moraes, 2014, p. 408).

O historiador Cesar Campiani Maximiano (2010) diz que a integração racial da FEB, lutando junto às tropas norte-americanas, também chamou a atenção de jornalistas correspondentes de veículos ligados aos movimentos por direitos civis nos EUA, chegando a aparecer em manchetes como exemplos a serem seguidos: "O Brasil mostra como uma democracia deve funcionar". Para Campiani, "é certo que as notícias sobre a FEB revigoraram o questionamento do sistema de segregação existente na sociedade americana" (Maximiano, 2010, p. 345), que seria formalmente extinto no meio militar em 1948.

Os brasileiros do Serviço de Saúde atendiam indistintamente os Aliados e até os inimigos capturados, e entre a tropa da FEB não havia qualquer segregação racial, social ou geográfica. Segundo Elza, Zilda teria tido problemas disciplinares e se envolvido em conflitos com pacientes e superiores, supostamente chegando ao ponto de um paciente



“quebrar um disco em sua cabeça” (Cansanção, 2003, p. 222). Acredita-se que os ocorridos eram oriundos da discriminação, além das personalidades dos envolvidos. A autora lhe atribui por isso “comportamento indesejável”, bem como alguma falta de perícia técnica, ao destacar a sua formação como parteira de forma pejorativa (Cansanção, 1987, p. 45) e dizer que “não se sabe como” chegou a um posto de chefia (Cansanção, 2003, p. 222).

Elza afirma que os militares americanos teriam solicitado formalmente o desligamento de Zilda e seu retorno ao Brasil, o que não ocorreu. Após “uma briga muito feia” (Medeiros *in* Motta, 2001, p. 281) entre oficiais brasileiros e americanos, o desligamento foi substituído por uma troca de hospital, motivada também pelos problemas de relacionamento pessoal já registrados.

Em 20 de fevereiro de 1945, Zilda recebeu uma punição por uma “transgressão grave”¹²: falta ao serviço sem justo motivo, conforme previsto no Regulamento

Disciplinar do Exército. Foi condenada a vinte dias de prisão, mas, segundo relatam outras enfermeiras, as punições desse tipo durante a guerra, especialmente aos integrantes do Serviço de Saúde, eram convertidas em pagamento de multa e suspensão das saídas em folga, sem detenção (Cansanção, 2003, p. 118).

Na mesma data e pela mesma razão foram punidas algumas outras enfermeiras da FEB. Seria um atraso no retorno do dia de folga. Esse caso é narrado pela Major Elza, que relata ter sido ela própria a autora do pedido de punição, pois ocupava uma função equivalente a oficial de ligação com a chefia brasileira. Elza diz que foi chamada à função justamente para coibir faltas disciplinares de algumas enfermeiras brasileiras.

O tema é polêmico, e no pós-guerra gerou tensões e afastamentos entre alguns grupos de veteranas, que não reconheciam esse poder de chefia alegado por Elza e reclamavam de favoritismos e perseguições nos relacio-



namentos com o comando brasileiro imediato, exercido por maiores médicos. Percebe-se também as dificuldades de adaptação à rigidez imposta pelo meio militar, em um momento que muitas daquelas jovens mulheres desfrutavam de liberdade física pela primeira vez na vida.

Na mesma data de fevereiro, Zilda foi transferida do 7º *Station Hospital*, onde Elza Cansanção servia e o Major-Médico Ernestino Gomes de Oliveira era o chefe brasileiro, para o 45º *General Hospital*. Em 10 de junho Zilda foi designada enfermeira-chefe da Seção Brasileira de Hospitalização (SBH) deste último hospital, e, quinze dias depois, recebeu expressivo elogio individual assinado pelo chefe da SBH, Major-Médico Azais de Freitas Duarte:

A Enfermeira Zilda Nogueira Rodrigues, hábil profissional, destacou-se soberbamente, revelando capacidade extraordinária, energia e lealdade em suas atitudes. Salientou-se na sala de operações e anestesias e no próprio serviço de

enfermagem. E, agora como enfermeira-chefe, tem demonstrado o espírito de organização, firmeza nas suas decisões, perseverança no serviço e dedicação, qualidades essas indispensáveis ao cargo que ocupa e que são inerentes ao seu caráter. O desempenho exemplar de suas funções torna-a digna de citação especial e com o encerramento das atividades militares, consigno meu profundo agradecimento pessoal e o da SBH em Nápoles, por tudo que lhe foi possível fazer dentro dos mais elevados sentimentos e desejo que a felicidade lhe acompanhe em todas as situações que o destino lhe reservar.¹³

Apesar das polêmicas, Zilda recebeu formalmente outros elogios de chefes brasileiros em suas folhas de alteração como militar e foi promovida pelo comandante da FEB, como outras poucas colegas, à enfermeira de 1ª classe. As promoções, no entanto, não seriam reconhecidas pelo Ministério da Guerra e todas as enfermeiras, quando dispen-



sadas do serviço ativo, voltaram à 3ª classe.

No formulário enviado por Zilda à colega Altamira, na década de 1950, quando esta preparava o livro *Álbum biográfico das febianas*, a primeira informa que ficou doente e baixou ao hospital na Itália em duas oportunidades, em Livorno e em Nápoles, por “distúrbio nervoso”¹⁴. Suas folhas de alteração registram uma internação em 6 de dezembro de 1944, com duração de dois dias e sem informar a causa, e uma semana de “repouso a conselho médico” na região de Montecatini, onde funcionava o Hospital de Convalescentes e a reabilitação de feridos graves, no período final da guerra, entre 29 de abril e 8 de maio de 1945.

Em documento posterior consta que foi afastada de suas funções pelo chefe brasileiro, que lhe observou “irritabilidade, insônia, angústia” e que “apresentava depressão e acentuado desinteresse, gostando de ficar sozinha”¹⁵. Diante do quadro, foi indicada para repouso por um

psiquiatra americano, Major Johnson, do mesmo hospital.

Zilda permaneceu na Itália até o fim da guerra, retornando para o Brasil em 7 de julho de 1945. Na sequência, foi agraciada com as medalhas de Campanha e de Guerra (Valadares, 1976, p. 79). Em 1972 receberia a Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes, pelos serviços prestados às associações e à memória dos veteranos da FEB.

A NEUROSE DE GUERRA

Com o fim da guerra e de volta ao Rio de Janeiro, Zilda Nogueira Rodrigues foi internada no Hospital Central do Exército (HCE), com alegados problemas emocionais, uma crise de estresse e nervosismo. Após ter alta, sem vínculo formal com o serviço público, Zilda trabalhou como massagista no HCE, na condição de civil extranumerário, admitida em fevereiro de 1946¹⁶. Mas os problemas de saúde, com fundo psiquiátrico, se agravavam.



Em entrevista para uma reportagem especial sobre as enfermeiras da FEB (As grandes esquecidas..., 1956, p. 10), a veterana relatou que sofria com sonhos apavorantes, tendo por efeito seus gritos de pavor durante o sono. Segundo registro militar, foi “diversas vezes repreendida e suspensa por atritos e desajustes com companheiras e superiores hierárquicos”¹⁷.

Em março de 1949, ainda trabalhando no HCE, Zilda foi examinada por uma junta médica do próprio hospital e recebeu o diagnóstico de “neurose de angústia”, com parecer de incapacidade temporária para o serviço e licença de noventa dias para tratamento. Dois meses depois, peticiona ao Ministro da Guerra dando início ao seu pedido de reforma por invalidez, alegando “incapacidade por distúrbios nervosos”, cujas causas considera “serem consequentes do serviço em campanha”.

Internada no Pavilhão de Neurologia e Psiquiatria do HCE em julho de 1949, Zilda é avalia-

da pelo psiquiatra militar Hugo Kammsetzer, responsável pelo ISO, que apresenta um quadro bastante grave da paciente, com surtos, depressão e tentativas de suicídio:

Apresenta irritabilidade fácil, que se manifesta a propósito de causas funcionais. Queixa-se ainda de insônia, de pesadelos e medo sem causa. De seis meses para cá tem apresentado depressão, desinteresse, chegou ao ponto de atentar contra a vida, ora com cibalena [medicamento analgésico], ora com gasolina.¹⁸

O psiquiatra relata que a paciente está orientada, lúcida e sem delírios ou distúrbios de raciocínio, mas apresenta “humor grandemente deprimido”, “não gosta da vida”, “tem medo, é tomada de pânico” e “quer ficar sozinha”. O médico relata ainda que, na entrevista para a anamnese, Zilda declarou ter uma tia com doença mental, internada há anos na Colônia de Jacarepaguá, e um tio-avô também com distúrbios mentais.



O parecer, assinado também por Thales Estrázulas de Oliveira, chefe do Pavilhão de Neurologia e Psiquiatria, conclui pelo diagnóstico de “psiconeurose de angústia”¹⁹ e usa o código de doença 361 no formulário.

No ISO também sobressai a consciência da paciente diante dos preconceitos contra os veteranos como neuróticos de guerra e, especialmente sendo mulher e não tendo estado em combate, as acusações discriminatórias de que seria uma interesseira:

Em uma das sessões chorou, lastimando-se amargamente em consequência da sua situação, onde todos a julgavam uma interessada exclusiva em receber os benefícios de uma reforma. Dizia nessa ocasião não querer coisa alguma e somente se ver livre dessa vida. Em seguida demonstra intenso interesse em se ver livre da angústia que experimenta, por não saber o que vai fazer.²⁰

Prosseguindo na análise documental do ISO sobre o estado

mental de Zilda, podemos observar que o relatório psiquiátrico é extenso e segue com grande número de termos técnicos e avaliações, discorrendo sobre classificações como personalidade narcísica, sentimento de inferioridade, idade mental infantil, distúrbios e desvios, psicogênese, ressentimentos, esgotamento e muitas outras questões da personalidade humana. A documentação também apresenta exames de sangue e de tireoide, além de apontar um quadro de obesidade da paciente: com 1,57m de altura, pesava mais de 70kg.

O relatório final do ISO, assinado pelo médico Samuel dos Santos Freitas, conclui que o quadro neurótico da paciente tem origem endócrina (diagnósticos de síndrome timogênica depressiva e endocrinopatia pluriglandular), que pode ser curado com tratamento e que não foi causado pelo ambiente da guerra, mas que este colaborou parcialmente para a eclosão dos sintomas mais graves então registrados.



Após alguns meses de tratamento e ainda afastada do trabalho, Zilda faz novo requerimento, em abril de 1950, solicitando outra inspeção para controle de seu quadro neurótico, uma vez que o tratamento para a glândula tireoide não surtiu efeito.

Foi afinal inspecionada pela Junta Central de Saúde em 9 de junho de 1950, sendo considerada “incapaz definitivamente para o serviço do Exército”²¹, tendo a doença “relação de causa e efeito” com seu trabalho na guerra (Cansanção, 2003, p. 221) – que, segundo o ISO, não gerou, mas agravou os problemas psíquicos e possibilitou a explosão aguda dos sintomas. O diagnóstico final, assinado por três médicos militares, apresenta a mesma nomenclatura “neurose de angústia” e o mesmo código de doença 361. Segundo a análise, seria ainda capaz de prover a própria subsistência no meio civil, o que não se confirmou.

Sem apresentar melhora e considerada por isso incapaz

para o serviço, Zilda Nogueira Rodrigues foi reformada aos 31 anos como 1º tenente, um posto acima do que tinha na guerra, em 23 de novembro de 1950 (com antiguidade a contar de 9 de junho do mesmo ano, data da declaração médica de sua incapacidade de saúde)²², com base no Decreto-Lei nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946, uma vez que foi considerada inválida para o serviço ativo mediante o diagnóstico de neurose. Quatro anos depois, em decreto presidencial datado de 14 de dezembro de 1954, foi promovida na reserva ao posto de capitão, reconhecida historicamente como a primeira mulher a atingir tal posto nas Forças Armadas do Brasil (Flores..., 1955, p. 09).

A então Tenente Zilda, reformada após quatro colegas²³, foi, no entanto, a primeira enfermeira veterana da FEB a solicitar e conseguir o enquadramento na interpretação cumulativa das leis de amparo, permitindo uma segunda promoção na inatividade.



O aspecto legal para esta segunda promoção foi a Lei nº 1.156, de 12 de julho de 1950, que faz referência à Lei nº 616, de 02 de fevereiro de 1949, que por sua vez remete à Lei nº 288, de 08 de junho de 1948. Essa legislação de 1948 regulamenta as promoções ao posto imediatamente superior de todos os oficiais veteranos da Segunda Guerra Mundial – das três Forças, tendo ou não saído do território brasileiro durante o conflito – quando transferidos para a reserva ou reformados, independente de problemas de saúde.

O Major Araken Arerê da Cunha Torres, veterano da FEB e então chefe da Seção Especial da FEB no Ministério da Guerra, destinada a tratar dos assuntos referentes aos direitos e ao amparo dos veteranos, diz em parecer que “a questão das promoções acumulativas tem suscitado amplos debates, envolvendo vários órgãos da alta administração”²⁴, destacando uma decisão favorável do Supremo Tribunal Federal – Mandado de Segurança

2.105 – e o fato de outros veteranos já terem logrado êxito no mesmo tipo de pleito.

O Major Araken conclui favoravelmente ao pleito da Tenente Zilda, no que é seguido pelos pareceres de todas as outras instâncias militares, que citam também posições dos consultores jurídicos da pasta. Um desses juristas, Demosthenes Madureira de Pinho, conclui assim o parecer positivo sobre as promoções cumulativas: “Quanto ao fato de tratar-se de promoção de enfermeira, não vemos impedimento, pois ela goza das prerrogativas de posto militar”.

Surgiu, assim, de fato e de direito, a figura da Capitã Zilda, forma como a enfermeira passaria sempre a se identificar e se apresentar, inclusive utilizando a farda, as medalhas e as insígnias correspondentes quando participava de eventos públicos ou realizava palestras.

Em toda a documentação analisada no AHEx e no vasto número de ofícios e pareceres próprios da burocracia interna e



dos trâmites administrativos, não é possível perceber nenhum interesse ou tentativa do Exército, como instituição, ou de algum militar de qualquer posto, individualmente, em não reconhecer os direitos legais das enfermeiras como ex-combatentes ou de dificultar seu reconhecimento como portadoras de uma sequela de guerra que culminou com o posto e o soldo militares. Toda a documentação se prende à legislação vigente e, embora por vezes demorada e com recursos a outras instâncias, parece avançar sem nenhum entrave sério. O resultado é que os sucessivos pleitos – reconhecimento da condição de saúde, reforma em posto acima e promoção já na inatividade – foram todos atendidos no âmbito interno militar, sem ações judiciais.

Zilda Nogueira Rodrigues, ao envolver-se em diversas atividades públicas/políticas em sua condição de ex-combatente, procurando apresentar-se como porta-voz desse grupo, ganha destaque em matérias jornalísti-

cas no pós-guerra, principalmente nas décadas de 1950 e 1960. Desses textos jornalísticos emerge e se destaca a inédita situação de uma mulher oficial do Exército, quando podemos perceber as dificuldades de tratamento e as diferentes formas usadas pelos jornalistas para se referir àquela mulher militar.

Assim sendo, por vezes ela era mencionada como a capitã, mais frequentemente como capitão (usando-se o artigo tanto no feminino como no masculino), e em um dos textos, por exemplo, como “o capitão (mulher) Zilda Nogueira Rodrigues” (Friburgo..., 1958, p. 12). Há um caso de menção como “capitão” (Os pracinhas, 1978, p. 03), já na década de 1970.

Na revista *O Cruzeiro*, em 1967, Zilda foi objeto de uma matéria de página inteira, narrando suas experiências na guerra e sua atuação nas associações de ex-combatentes. A matéria é ilustrada com uma fotografia de Zilda no salão de beleza, com bobes nos cabelos e com as



unhas sendo tratadas, acompanhada da legenda: “Um capitão vai à manicure. A boa apresentação pessoal também é um dever de que Dona Zilda não se descuidou” (Capitão Zilda..., 1967, p. 126). Nesse caso, opta-se pela flexão do posto militar genérico no masculino e, quando se fala o nome de Zilda, o jornalista a chama de “dona”, tradicional forma de tratamento respeitosa para senhoras, mas não para militares.

Podemos observar a confusão do inusitado em diversos documentos oficiais, que comumente, nessa época, utilizam o artigo e o posto no masculino, assim como qualquer outro substantivo ou adjetivo que os acompanha. No despacho do Ministro da Guerra que oficializou a emissão de sua carta patente, em 1954, constam todas as palavras no masculino, mesmo aquela referente à enfermagem: “Lavresse decreto considerando promovido ao posto de Capitão, o 1º Tenente Enfermeiro reformado Zilda Nogueira Rodrigues”²⁵.

Mas também há casos oficiais de utilização do artigo feminino e – bastante raro – até da flexão do posto também no feminino, particularmente a partir dos anos 1960, talvez quando começa certa normalização das mulheres militares desde a reconvocação para o serviço ativo de quarenta e seis veteranas da FEB (65% do total), em 1957, que puderam servir nos hospitais e colégios militares, seguindo na carreira (Oliveira, 2010).

A mescla e a confusão atravessam todo o período, mas percebemos que as enfermeiras, na maioria das vezes, procuram utilizar o posto no masculino, dentro do regulamento disciplinar do Exército e na forma que constava em suas cartas-patentes, como militares que eram.

A VIDA ASSOCIATIVA E MILITANTE

No pós-guerra, Zilda tornou-se uma mulher pública. Sobre o



uso da expressão “mulher pública” cabe aqui uma reflexão: segundo a historiadora francesa Michelle Perrot (2019, p. 136), a diferença no uso e no significado atribuído ao termo quando utilizado para definir homens ou mulheres é sintomática da dificuldade destas para se apresentarem no espaço social coletivo: “homem público é uma honra; mulher pública é uma vergonha, mulher da rua”. Por muito tempo, o espaço reservado às mulheres era o doméstico, restrito, familiar.

A seara pública política e social era privilégio masculino. Algumas mulheres que tentaram furar tal bloqueio e tornar-se mulheres públicas na acepção honrosa e militante do termo encontraram impedimentos legais e detrações morais. Conscientes de tal significado, apon-tamos a carreira de mulher pública adotada – também conscientemente – pela biografada, e a autonomia que a condição de veterana de guerra lhe proporcionou.

Zilda dedicou-se à memória e à assistência aos colegas ex-combatentes, integrando as diretorias da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil (AECB) e da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) por diversos mandatos, principalmente no Departamento Feminino, e o Clube de Oficiais Enfermeiras de Guerra (COEGUE), que fundou e presidiu. Na área política, geriu a Associação Brasileira de Obstetrias (ABO).

Nessas funções, foi mencionada em diversas matérias de jornal entre as décadas de 1950 e 1970, como em reportagens sobre homenagens aos combatentes mortos (Friburgo..., 1958, p. 12) e às suas mães (Mães dos pracinhas..., 1955, p. 08), sobre as eleições e outras disputas políticas na AECB (O contrato..., 1956, p. 05) e seu apoio à campanha presidencial do Marechal Henrique Lott, atuando no grupo de ex-combatentes como vice-presidente da coordenação (Campanha..., 1960, p. 08).



Em 1956 Zilda aparecia em reportagem d'*O Jornal*, com fotografia sua, e o subtítulo “não sou comunista” (O contrato..., 1956, p. 05). O texto trata de uma disputa na AECB do Distrito Federal, que arrecadava recursos para construir uma sede própria e viveu denúncias de desvio. O presidente da seção foi deposto pelos associados, e solicitou uma intervenção do Conselho Nacional dos Ex-Combatentes. Zilda, que era diretora do Departamento Feminino então, também se afastou e acusou o ex-presidente de tentar disfarçar as denúncias com “uma cortina de fumaça” contra os companheiros. Dizendo ter sido “acusada” de ser comunista justamente pelas brigas entre as correntes internas da associação, declara “que não é, nem nunca foi, comunista nem filiada a qualquer partido político” (O contrato..., 1956, p. 05).

Em sua função no Departamento Feminino, ligado à assistência social – e por isso a algumas disputas políticas e ideológicas –, Zilda coordenara em 1955

a ceia de Natal oferecida pela AECB para cerca de cento e cinquenta veteranos da FEB incapacitados fisicamente e necessitados de amparo. O assunto também ganhou matéria n'*O Jornal*, ilustrado por duas fotos em que destaca-se a enfermeira (Natal..., 1955, p. 08). Para o historiador José D'Assunção Barros, o acompanhamento fotográfico agrega relevância ao texto jornalístico, além de lhe potencializar o significado, atraindo a atenção do leitor para aquele ponto do jornal e, dentro da matéria, destacando aquele personagem fotografado (Barros, 2023, p. 112).

Em 1958, quando integrava a diretoria da AECB de Nova Friburgo-RJ, Zilda envolveu-se em uma polêmica aparentemente menos política com o então presidente da AECB do Distrito Federal, Jamil Amiden, sobre o envio ao Cemitério Militar de Pistoia de flores brasileiras ou de dinheiro para comprá-las na Itália, em homenagem aos pracinhas mortos (Friburgo..., 1958, p. 12). O assunto ganhou os jornais



e envolveu contatos de Zilda com militares e políticos. Acabou decidido o envio das flores, posição defendida pela enfermeira. Três anos antes, Zilda tinha integrado a comitiva que realizou a mesma cerimônia, levando as flores para a Itália em avião da Panair (Flores..., 1955, p. 09).

Na segunda metade da década de 1950, Zilda aparece sempre em destaque frente a outras enfermeiras nos eventos de ex-combatentes, por ter sido a primeira promovida ao posto de capitão – e a única por quase um ano. Também em 1956 a Capitão Zilda ganhou destaque nos jornais ao participar das eleições do Clube Militar, onde ela e outras duas enfermeiras da FEB já reformadas foram as primeiras mulheres a se associarem, dois anos antes, e tornavam-se então as primeiras eleitoras da entidade (Primeiras mulheres..., 1956, p. 13).

Ainda na década de 1950, Zilda fundou e passou a presidir o COEGUE, com sede em seu apartamento residencial no bairro

carrioca do Leme, com o mesmo espírito de congregar as colegas veteranas e, principalmente, junto com diversas outras ações do grupo, realizar articulações com políticos e militares a fim de aprovar a legislação que permitisse o retorno das mulheres ao Exército, o que ocorreu em 1957 (Oliveira, 2010, p. 141). Zilda não foi uma das que retornou à ativa, em virtude da reforma por invalidez, mas foi figura destacada para as articulações.

O COEGUE foi o responsável por realizar dois congressos nacionais que visavam reunir as veteranas da FEB e discutir o futuro da enfermagem militar e da mulher nas Forças Armadas: em 1978, no Rio de Janeiro-RJ, e em 1982, em Brasília-DF – este último já depois da legislação que permitiu o ingresso das mulheres na Marinha para seguirem carreira em várias áreas profissionais. Da programação dos congressos também constavam palestras de caráter técnico-científico, com a apresentação de trabalhos sobre novidades da



área da saúde. Era um evento público para “reafirmar e reelaborar sua identidade veterana” (Oliveira, 2010, p. 255).

Segundo o pesquisador Alexandre Barbosa de Oliveira, a atuação pública do COEGUE – que incluiu a criação de diversos símbolos objetivos, como canecas, chaveiros e camisas estampados com sua logomarca: uma mulher fardada prestando continência à bandeira nacional – demonstra “uma luta pela manutenção e perpetuação de uma identidade coletiva e, em consequência, de um poder simbólico” (Oliveira, 2010, p. 252).

Na estratégia de aproximar-se das autoridades constituídas, de inserir-se plenamente como mulheres militares e de assim serem vistas publicamente, o COEGUE prestou sucessivas homenagens aos chefes da FEB, aos políticos interessados na causa da reintegração e do reconhecimento das enfermeiras e a oficiais militares de destaque (Homenagens, 1962, p. 08). Exemplo é um anúncio no Jornal dos

Sports de 1981, em que o COEGUE convida publicamente os ex-combatentes e amigos para uma missa em ação de graças ao presidente da República João Baptista Figueiredo, que sofrera um infarto (Missa..., 1981, p. 02).

Dentre a atuação política do COEGUE é interessante ressaltar o abaixo assinado de nove veteranas, datado de 1989 e dirigido ao então Diretor de Saúde do Exército, pleiteando a promoção conjunta de todas as antigas enfermeiras da FEB ao posto de major, uma vez que ao menos quatro delas já haviam conseguido e, durante a guerra, todas tinham o mesmo posto e atuaram de forma equiparada. Apenas enfermeiras que retornaram à ativa em 1957 e anos depois foram reformadas comprovando sequelas da guerra agravadas com o tempo conseguiram chegar ao posto de major. No acervo, não há registro de que o pleito do COEGUE tenha recebido resposta²⁶.

Ciosas de sua imagem pública como veteranas de guerra, as



enfermeiras reunidas no COEGUE dedicavam-se não apenas a divulgar essa memória, em combate contra o esquecimento, mas também tentavam impedir versões de sua história que considerassem erradas ou deturpadas, resistindo aos ataques e ao deboche, muitas vezes dirigidos às Forças Armadas em geral e atingindo a FEB em particular, por questões ideológicas (Ferraz, 2012). Um exemplo é a queixa-crime movida na justiça do Rio de Janeiro por um grupo de nove veteranas²⁷, sob a liderança de Zilda e com sua filha Elizabeth como advogada, contra o escritor e publicitário paulista Décio Pignatari²⁸.

Em 1992, Pignatari publicou o romance *Panteros*, em que declara misturar autobiografia, ficção e histórias que ouviu. Em um trecho, narra o retorno ao Brasil de um sargento da FEB, desembarcando no Rio de Janeiro e tomando o trem para São Paulo. Contando histórias da guerra dentro do vagão, diz o personagem que “das enfermei-

ras, só se lembrava de uma: as outras só queriam foder com os americanos, desprezavam os brasileiros, que eram melhor tratados pelas enfermeiras ianques”. Exatamente este trecho ganhou destaque em uma matéria do *Jornal do Brasil*, de página inteira, que noticiava o lançamento do livro e trazia uma entrevista com o autor.

O grupo de enfermeiras reunido no COEGUE processou Décio Pignatari por injúria e difamação contra todo o coletivo de veteranas da FEB, vivas e falecidas, exigindo retratação pública. Anexaram ao processo a cópia da reportagem de jornal, declarações de veteranos presidentes de associações e um exemplar integral do livro, destacando a frase citada como ofensiva à honra coletiva, embora não mencione o nome de nenhuma enfermeira em particular.

Após meses de tentativas para citar o escritor em seu endereço paulista, houve uma audiência de conciliação, em que Pignatari não compareceu e foi re-



presentado por seu advogado. Foi apresentada uma carta de três páginas, transmitida via fax, em que o autor não pedia desculpas, mas afirmava que o texto era pura ficção (“não um depoimento ou um relato histórico”) e que não pretendeu ofender ninguém, “interessando-lhe apenas e tão somente o efeito literário de seus esforços de linguagem, trama e enredo”. Segundo seus advogados, o autor reconhece “as nobres e senhoras enfermeiras” e seu trabalho importante na luta contra o nazifascismo.

As enfermeiras aceitaram o que o juiz chamou de “retratação cabal”, ressaltando que o texto do fax com a explicação ahistórica poderia ser publicizado livremente, e o processo foi arquivado em agosto de 1995, sendo celebrado pelo grupo como uma vitória das enfermeiras e de todos os veteranos da FEB na luta muito mais longa que se seguiu ao fim da guerra: a(s) batalha(s) da(s) memória(s).

Outra atividade associativa em que Zilda se destacou foi no

aspecto profissional, na busca por reconhecimento e status de sua profissão de obstetriz: entre 1967 e 1992 presidiu a ABO, da qual era sócia fundadora.

A ABO foi fundada em 4 de agosto de 1954 com o nome de Associação das Enfermeiras Obstetras do Brasil, alterado em 27 de agosto de 1957 em virtude das disputas políticas entre as obstetrizes, formadas em cursos anexos às faculdades de medicina e destinadas a trabalharem como parteiras, e as enfermeiras diplomadas, formadas nas escolas de enfermagem e que reivindicavam a obstetrícia como uma especialidade de sua área, e não como um curso separado (Mouta, 2014, p. 74). Destaca-se como um importante campo de disputa simbólica a nomenclatura própria: eram obstetrizes, o que era diferente de ser enfermeira, e assim queriam demarcar no nome da associação.

Para o pesquisador Ricardo Mouta, a criação da ABO e sua filiação à Confederação Internacional de Parteiras deve ser vista



como uma “estratégia das obstetrizes para fortalecer politicamente sua categoria na luta com as enfermeiras e médicos pela ocupação de espaços no campo obstétrico brasileiro, que caminhava para a hospitalização do parto” (Mouta, 2014, p. 73).

O jornal *O Fluminense*, ao divulgar o V Congresso Latino-Americano e I Encontro Mundial de Obstetrizes, a se realizarem no Rio de Janeiro em outubro de 1976 sob a coordenação da ABO, traz entrevista com a presidente Zilda, em que esta reclama da falta de preparo técnico das “parteiras curiosas” e da desvalorização das obstetrizes com os fins dos cursos de nível superior e o não aproveitamento da função no serviço público: “desgraçadamente a nossa profissão ainda não é bem entendida no Brasil” (Obstetriz..., 1976, p. 23).

Podemos observar como as duas principais titulações de Zilda – militar ex-combatente da FEB e obstetriz/enfermeira – se misturam, tanto no âmbito privado quanto no aspecto público.

Suas ações se acumulam e correm, não em paralelo, mas entremeadas e tendo a si própria como o ponto de conexão, voltadas para o mesmo objetivo: memória, reconhecimento, valorização, auxílio aos companheiros da mesma área. Em ambas as funções, como presidente da ABO ou diretora da AECB, ANVFEB, COEGUE, Zilda surge nas páginas jornalísticas com campanhas caritativas de arrecadação de agasalhos ou alimentos, distribuição de sopas e missas de ação de graças, por exemplo, além de discursos incisivos.

No *Diário de Notícias*, cuja última página da edição é dedicada a notas sobre as Forças Armadas, consta a posse de Zilda na presidência da ABO. Na seção “Notícias dos Veteranos da FEB” informa-se que a Capitão Zilda foi eleita presidente da ABO durante um congresso de obstetrizes no Chile e que foi empossada no Rio de Janeiro em uma cerimônia com a presença de diversos militares e presidida pelo Coronel Paulo Ramos, veterano



da FEB e presidente da Associação Nacional dos Veteranos da FEB, onde ela exercia então a função de diretora de recreação (Notícias..., 1970, p. 44). Cremos aí um exemplo significativo da combinação de áreas e políticas.

O período da presidência de Zilda à frente da ABO, em que apareceu diversas vezes na imprensa e realizou congressos nacionais e internacionais no Rio de Janeiro (V Congresso..., 1976, p. 03), coincide com o chamado Regime Militar (1964-1985), em que o posto militar da enfermeira e seu bom relacionamento com diversos oficiais do Exército em altos postos da administração pode ter trazido ganhos para a categoria – inferência que ainda não foi possível comprovar documentalmentemente, apontada como lacuna a ser sanada com novas pesquisas.

Sua gestão também coincide com a promulgação da Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que regulamenta o exercício profissional da enfermagem no Brasil – é a legislação atualmente em

vigor – e que dispõe em seu artigo 6º, inciso II, que são também enfermeiros todos aqueles que possuem “diploma ou certificado de Obstetriz ou de Enfermeira Obstétrica, conferido nos termos da lei”.

Assim, a legislação colocou um fim jurídico – mas não político – à disputa de espaço e representatividade, reconhecendo todos os exercícios como de enfermagem, igualados entre si e aos enfermeiros diplomados pelas escolas de nível superior. Na época não se formavam mais parteiras ou obstetrizas em escolas e o grupo estava em extinção, apesar da tradição lhe garantir uma “forte representatividade e força política” (Mouta, 2014, p. 86) na associação e no sindicato.

Em 1989 tem início um processo de renovação na ABO, visando uma sucessão transformadora e a inclusão de novas associadas, com alguma tensão e disputa de poder. No mesmo ano Zilda ainda participa do VIII Congresso Interamericano de Obstetrias, no Chile, organizado pela



Federação Interamericana de Obstetrizes (FIO), que ajudara a fundar.

Em 15 de outubro de 1992, Zilda Nogueira Rodrigues transfere a presidência da ABO – que, com poucas associadas sobreviventes e em estado de quase hibernação, também funcionava em seu endereço residencial – para um novo grupo de enfermeiras obstétricas. Na sequência, já com a saúde bastante debilitada, afasta-se definitivamente da ABO, que é transformada em Associação Brasileira de Obstetrizes e Enfermeiros Obstetras (ABENFO), reunindo simbolicamente os dois grupos profissionais (Mouta, 2014, p. 91).

A partir da década de 1990, com a saúde física também debilitada, Zilda afastou-se da vida pública, das associações e dos companheiros. A Capitã Zilda começou a apresentar indícios de senilidade por volta de 2003, e faleceu no Rio de Janeiro-RJ em 22 de junho de 2006, aos 87 anos, com infecção pulmonar.

Propomos observar sua dedicação no pós-guerra às associações de ex-combatentes, ao COEGUE e à classe de obstetrizes, com gana e intensidade, como parte dos sintomas da neurose adquirida no ambiente destrutivo da guerra. O conflito jamais terminou em sua mente e em seu espírito. Durou o restante da vida. Pela lente micro-histórica, trata-se de reunir indícios para compreender um caso inserido em contexto amplo, portanto sempre atrelado à visão macro da guerra e do grupo de enfermeiras, todas de alguma forma transformadas pela experiência.

Está claro que, apesar da intensa atividade que exerceu, a Capitã Zilda nunca se recuperou da guerra. Em parecer emitido em 1997 por uma médica civil, que a acompanhava desde 1973, consta que a paciente ainda tinha grave quadro de depressão e utilizava uma grande variedade de medicamentos antidepressivos, com um histórico de tentativas de suicídio e tratamentos com choques elétricos e insulino-



terapia, os quais lhe teriam agravado o estado traumatizado. Na opinião da médica, Zilda guardava ainda aquelas sequelas e estigmas, já aos quase oitenta anos de idade. No mesmo ano, a análise periódica da clínica psiquiátrica da Policlínica Militar da Praia Vermelha a diagnosticava, modernamente, com transtorno bipolar.

Ainda segundo a médica, apesar de ter mantido a lucidez e o raciocínio, a não aceitação da patologia psiquiátrica, pelo receio do estigma, trouxe “transtornos socioafetivos graves”²⁹ à militar, que melhoraram um pouco após muitos anos de terapia. A veterana jamais abandonou a guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos ter cumprido o objetivo de analisar a trajetória da enfermeira Zilda Nogueira Rodrigues, uma veterana de guerra brasileira que apresentou

sequelas psicológicas que lhe acompanharam por toda a vida.

Podemos observar na trajetória de Zilda a necessidade de permanecer vinculada à guerra, aos companheiros e companheiras da Itália, com quem seria possível partilhar aquelas experiências e dores, incompreensível – e talvez risível, sendo esse um grande medo – para aqueles que tiveram a sorte de não precisar lutar. A impossibilidade de se afastar das lembranças da guerra, de forma íntima ou pública, e continuar vivendo as sensações do conflito como parte do presente são sequelas, parte indissociável da neurose.

A conquista do espaço social por aquela que foi a primeira capitã do Exército Brasileiro significou também sacrifício. Ao ter garantido seu sustento e sua respeitabilidade pública com a farda militar, dedicou-se ao auxílio social e pecuniário aos demais veteranos desassistidos, às colegas que desejavam retornar ao serviço ativo e ao reconhecimento profissional de sua classe. Cer-



tamente deixou um legado profissional e pessoal, que homenageamos e reavivamos neste contexto dos 80 anos da Força Expedicionária Brasileira.

FONTES

Biblioteca Nacional

Aviso nº 264, de 7 de maio de 1925. (Consta na lista dos livros da biblioteca no manuscritos da BN).

“Relação de livros da antiga Biblioteca do Exército e sua localização”. Seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, coleção Mário Barreto, Referência (34.03.001 nº 058).

Biblioteca do Exército

BRASIL. Estado-Maior do Exército. *Catálogo da biblioteca* (ordem alfabética de autores). Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1922.

BRASIL. *Índice da Legislação do Exército* (T 27-290). Rio de Janeiro: Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias, 1962.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1925.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1926.

BRASIL. Ministério da Guerra. *Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

Periódicos

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1927

A Esquerda, Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1928.

O Estado, Santa Catarina, 17 de fevereiro de 1928



O Jornal, Rio de Janeiro, 20 de março de 1924

O Jornal, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1932

O Jornal, Rio de Janeiro, 1 de março de 1935.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1892.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 5 de abril de 1899.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro de 13 de outubro de 1899

A Notícia, Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1899

O Paiz, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1925

Revista Dom Quixote, Rio de Janeiro, 1895

BIBLIOGRAFIA

AS GRANDES esquecidas: as enfermeiras da FEB. *A Noite*. 1956 maio 03. 10:10.

BARRETTO, Lúcio Muniz. *Depois da guerra*. Rio de Janeiro: edição do autor, 1946.

BARROS, José D'Assunção. *A construção social da cor*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARROS, José D'Assunção. *O jornal como fonte histórica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

BORGES, Maurício Ribeiro. *A história da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revinter, 2008.

BORGES, Vavy Pacheco. Fontes biográficas: grandezas e misérias da biografia. in PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2021.

CAMPANHA dos Ex-Combatentes Nacionalistas pró-Lott. Última Hora. 1960 jan 20. 08:08.

CANSANÇÃO, Elza. *E foi assim que a cobra fumou*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

CANSANÇÃO, Elza. *Um! Dois! Esquerda! Direita! Acertem o passo*. Rio de Janeiro: edição da autora, 2003.

CAPITÃO ZILDA disse presente ao apelo da Pátria. *Revista O Cruzeiro*. 1967 jun 10. 126.

FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*. Londrina: Eduel, 2012.



FLORES para os heróis da FEB. *Diário da Noite*. 1955 out 28. 09:09.

FORMATURA no curso de Obstetrícia. *A Noite*. 1944 nov 28. 32:32.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Global, 2006.

FRIBURGO venceu, flores para Pistóia. *Diário Carioca*. 1958 out 31. 12:12.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

HOMENAGENS. *A Noite*. 1962 set 01. 08:08.

KING, Martin. *Médicos do campo de batalha*. Cotia-SP: Pé da Letra, 2021.

MÃES DOS PRACINHAS desfilarão hoje à tarde no Maracanã. *Diário Carioca*. 1955 maio 08.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.

MOTTA, Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial*. Tomo 5. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

MOUTA, Ricardo José Oliveira. *A criação da Associação Brasileira de Obstetrias e Enfermeiros Obstetras (ABENFO) e sua participação no Movimento de Humanização do Parto e Nascimento (1989-2002)*. Tese (Doutorado em Enfermagem). Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

NATAL dos pracinhas. *O Jornal*. 1955 dez 24. 08:08.

NOTÍCIAS dos Veteranos da FEB. *Diários de Notícias*. 1970 mar 23. 44:44.

O CONTRATO da nova sede depôs o major-presidente. *O Jornal*. 1956 jun 16. 05:05.

OBSTETRIZ denuncia “curiosas”. *O Fluminense*. 1976 out 16. 23:23.

OLIVEIRA, Alexandre Barbosa de. *Enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira no front do pós-guerra*. Tese (Doutorado em Enfermagem). Rio de Janeiro: Uni-



versidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

OS PRACINHAS. *Jornal do Comércio*. 1978 jul 04. 03:03.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

RIESCO, Maria Luiza Gonzalez; TSUNECHIRO, Maria Alice. Formação profissional de obstetrizes e enfermeiras obstétricas: velhos problemas ou novas possibilidades? *Revista Estudos Feministas*, ano 10, 2º semestre 2002, p. 449-459.

V CONGRESSO Latino-Americano de Obstetrizes. *Jornal do Brasil*. 1976 set 20. 03:03.

VALADARES, Altamira Pereira. *Álbum Biográfico das Febianas*. Batatais-SP: Centro de Documentação Histórica do Brasil, 1976.

VAN DER KOLK, Bessel. *O corpo guarda as marcas*. Rio de Janeiro: Sextante, 2020.

¹ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

² Portal *FamilySearch*. Certidão de Óbito de Deocleciano Raymundo Nogueira.

³ Portal *FamilySearch*. Certidão de Óbito de Manoel Pastora Rodrigues.

⁴ Portal *FamilySearch*. Certidão de Nascimento de Elizabeth Christina Nogueira de Athayde.

⁵ Portal *FamilySearch*. Certidão de Nascimento de Sérgio Roberto Guterres Rodrigues.

⁶ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

⁷ Arquivo Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Dossiê Zilda Nogueira Rodrigues.

⁸ Arquivo Central da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Dossiê Zilda Nogueira Rodrigues.

⁹ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.

¹⁰ Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares. Diário de Guerra de Altamira Pereira Valadares, não publicado.

¹¹ Não localizamos a certidão de nascimento de Zilda, e em sua certidão de óbito (2006) não consta o campo cor ou raça.

¹² Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.

¹³ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.



¹⁴ Centro de Documentação Capitão Altamira Pereira Valadares. Formulário de Zilda Nogueira Rodrigues.

¹⁵ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

¹⁶ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.

¹⁷ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

¹⁸ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

¹⁹ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

²⁰ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

²¹ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues. Inquérito Sanitário de Origem.

²² Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.

²³ Graziela Affonso de Carvalho (1946), Guilhermina Rodrigues Gomes (1946), Lindáurea Galvão (1948) e Altamira Pereira Valadares (1949).

²⁴ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.

²⁵ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.

²⁶ Acervo de Maria do Socorro Sampaio Martins de Barros/ANVFEB-DF. Ofício do COEGUE.

²⁷ Na ordem em que constam na petição inicial do processo: Zilda Nogueira Rodrigues, Joana Simões de Araújo, Maria Luiza Henry Nóbrega, Virgínia Leite, Wanda Sophia Majewski, Aracy Arnaud Sampaio, Jandira Meirelles Mendonça, Isabel Novaes Feitosa e Bertha Moraes Nérici.

²⁸ Arquivo Central do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Processo nº 0000137-76.1993.8.19.0210.

²⁹ Arquivo Histórico do Exército. Pasta da Capitão Zilda Nogueira Rodrigues.

A difícil negociação: Relações militares Brasil-EUA, 1939-1944

Giorgio Pizzani Trindade ^a

Resumo: O artigo analisa as relações militares entre Brasil e EUA no período de 1939 a 1944, destacando o caráter complexo e conflituoso das negociações que antecederam e acompanharam o alinhamento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Partindo da política de equidistância pragmática do governo Vargas, o estudo evidencia como interesses econômicos e militares orientaram a aproximação com os norte-americanos, sem eliminar tensões e desconfianças mútuas. A pesquisa demonstra que o Exército Brasileiro buscava modernização e reaparelhamento, ao mesmo tempo em que resistia à perda de soberania diante da presença militar estrangeira. Por outro lado, os EUA condicionavam o fornecimento de armamentos a garantias políticas e estratégicas, temendo inclinações pró-Eixo entre lideranças militares brasileiras. Nesse contexto, as negociações foram marcadas por impasses, promessas não cumpridas e divergências quanto ao emprego de forças e prioridades estratégicas, culminando na criação da Força Expedicionária Brasileira. Conclui-se que a cooperação militar bilateral resultou de uma relação assimétrica, moldada por interesses divergentes, pela conjuntura global da guerra e por uma persistente desconfiança entre os dois países.

Palavras-chave: Relações Brasil–EUA; Segunda Guerra Mundial; Diplomacia militar.

Em um período importante da história brasileira, a década de 1940 marcou o país que se encontrava entrando em uma guerra ao lado dos estados Unidos da América (EUA). Esse apoio não se deu de uma forma

natural e espontânea. Baseado na política equidistante de Vargas, o Brasil procurou buscar o que melhor convinha aos seus interesses e a escolha pelos Aliados tinha dois vieses, sendo um econômico e outro militar. No

^a Coronel de Artilharia.



campo militar, mesmo sendo compartilhado o inimigo em comum, duas forças se enfrentaram na chamada diplomacia militar. Ambos os exércitos possuíam objetivos claros no que buscar, em uma negociação dura e em um ambiente de desconfiança mútua.

No contexto da Segunda Guerra Mundial, após a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, que ocorreu no Rio de Janeiro, de 15 a 28 de janeiro de 1942, o Brasil rompeu as relações diplomáticas com a Alemanha, fato este que desencadeou uma sequência de eventos que culminariam em uma declaração de guerra ao Eixo, em 22 de agosto desse mesmo ano.

A política equidistante pragmática brasileira visava a alcançar um equilíbrio entre interesses americanos e alemães na economia nacional, de tal modo que o país não fosse totalmente dependente de nenhum país estrangeiro. Dessa forma, Vargas buscava ter algum benefício en-

tre alemães e americanos. Basicamente, existiam dois objetivos, a saber: um financiamento para modernizar e reequipar as forças armadas, consolidando, assim, o apoio militar ao seu governo; e conseguir recursos financeiro para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional. No entanto, já existiam tratativas em andamento entre o governo brasileiro e o governo norte-americano.

Nesse contexto, no campo militar, o Exército Brasileiro passou a atuar após a 8ª Conferência Pan-Americana, realizada no Peru em 1938, que discutiu a crescente instabilidade internacional e as ameaças à paz na América do Sul. Em seguida, ocorreram tratativas conduzidas pelo governo dos Estados Unidos junto ao ministro Oswaldo Aranha, em Washington. Nesse cenário, o General Dutra enviou, em 5 de maio de 1939, uma mensagem secreta ao presidente da República. Nela, apresentou sugestões que expressavam o pensamento do Estado-Maior do Exército (EME) sobre possíveis formas de



negociação com os Estados Unidos, todas de interesse direto da instituição.

DESENVOLVIMENTO

O objetivo do Exército Brasileiro em 1939 era aumentar e aperfeiçoar suas atividades terrestres para capacitá-lo a defender o Brasil, sem assistência americana. Como o país dependia de armamento estrangeiro, as lideranças do Exército dos EUA concluíram que, se pudessem suprir os brasileiros de armamento e equipamento, estes renunciariam a suas objeções quanto ao estacionamento de forças norte-americanas no Nordeste (McCann, 1995).

Após o retorno de Aranha dos EUA, por convite do próprio presidente Roosevelt, em um esforço diplomático para que uma realidade defensiva no Brasil passasse a existir frente a uma ameaça externa alemã, ficou acertado a vinda do seu chefe do Estado-Maior do Exército, Gene-

ral George Marshall, ao Brasil. Segundo Hilton (1994), a questão da cooperação militar era crucial para o presidente norte-americano, sendo o principal problema levantado na ocasião as dificuldades legais para o envio de armas ao Brasil. A visita foi acertada durante a Missão Aranha, e relacionada a várias questões. Foi ela que deu início, de fato, aos entendimentos militares, como a vinda de Marshall ao Brasil (Conn; Fairchild, 1989).

A proposta sugerida pelo chefe do EME ao ministro da Guerra, e depois encaminhada ao Presidente Vargas para discussões com autoridades americanas, abarcam três condições essenciais que devem ser claramente definidas: a completa manutenção de nossa soberania territorial e militar, para quaisquer ações ou cooperações de forças armadas; a liberdade de ação para as nossas ações diplomáticas e intercâmbio comercial e cultural com todas as potências mundiais, facultando-nos, sem subterfúgios ou alegações, as



fortes cordialidades já cimentadas com países europeus; e a máxima discrição nas negociações, a fim de não provocar desconfianças e animosidades com as demais Nações sul-americanas.¹

O General Góes Monteiro regressou com o General Marshall aos EUA no navio USS *Nashville*. Nessa viagem, além de ser externado novamente uma preocupação com a fronteira sul do Brasil, foi apresentada uma relação de material bélico a ser adquirido junto aos EUA. Segundo McCann (1973), o Brasil oferecia como forma de pagamento o fornecimento de matérias-primas, ou seja, de maneira semelhante ao que ocorria com o acordo já acertado, e em pleno vigor com a Alemanha.

A relação de armamentos colocada como prioridade por Góes Monteiro incluía 156 peças pesadas de artilharia, 196 canhões antiaéreos, 102 aviões de combate, 41 carros de combate, 252 viaturas blindada e 722 armas automáticas variadas. Isso

era o pedido inicial, entretanto, a solicitação que deveria ser entregue ao Brasil no final seria o equivalente a três vezes ao entregue no princípio do acordo (Conn; Fairchild, 1989). No entanto, o Departamento de Estado dos EUA não concordou com a forma com que o Brasil pretendia realizar o pagamento pelo armamento, pois não foi oferecido o pagamento em dólares. Como consequência, a transação não foi concretizada (Latfalla, 2023).

Diante disto, o General Góes Monteiro escreveu para o General Marshall, comentando sobre a forma de pagamento e a necessidade de o Brasil em adquirir armas conforme a relação solicitada:

Para esse fim o governo brasileiro necessita conhecer até que ponto e em que condições contará com o governo dos Estados Unidos para fornecimento do material de primeira urgência indispensável, cuja nota deixei em vosso poder, sendo que as particularidades de preços e pagamentos não poderão ser nunca menos



vantajosas para o Brasil dos que as que até agora tem sido ajustada pela Alemanha e outras nações².

Segundo Oliveira (2015), o início da guerra na Europa foi um evento de grande significado para as relações Brasil-EUA. Se por um lado, houve um maior empenho dos americanos em negociar com o Brasil, por outro o fluxo comercial pelo Atlântico praticamente se encerrou pondo um fim na venda de armas alemãs para o Governo Vargas.

Posteriormente, em um aviso secreto do ministro da Guerra para o General Góes Monteiro, Dutra informa que o presidente Vargas concorda com a cooperação que os EUA ofereceram para a preparação militar em caso de agressão externa. Porém, ressalva a necessidade de se tratar o assunto com habilidade para que não sejam comprometidas as relações mantidas com os demais países, como também relata a não necessidade de os americanos tomarem conhecimento dos

planos de defesa do Brasil, sendo eles desnecessários para qualquer forma de cooperação com os EUA,

[...] pois em face de nossa tradicional política de não agressão, torna-se fácil demonstrar que estes estudos visam exclusivamente a defesa de nossas fronteiras, sem interesse para qualquer forma de cooperação com os EUA³.

Negociações com desconfianças de ambas as partes não poderiam ser realizadas sem dificuldades. Essa foi a tônica dos acontecimentos ocorridos em boa parte dos anos de 1940 e 1941. O Brasil não possuía recursos financeiros para comprar armamentos dos EUA, e somente contava com o envio do material bélico já adquirido junto à Alemanha. O país também não possuía um parque industrial para suprir com equipamentos modernos as suas forças armadas. A simples transferência de unidades militares de outras regiões do Brasil para o Nordeste, espaço



geográfico que preocupava os EUA, não resolveria o problema. O que unidades militares com material bélico obsoleto poderiam acrescentar ao esforço de guerra? Além disso, a cúpula do Exército Brasileiro foi contra quanto à possibilidade do envio de tropas norte-americanas para ocuparem as bases no Nordeste, porque isto seria considerado como a perda da soberania brasileira (Rodrigues; Latfalla, 2021).

De acordo com McCann (1995), as forças armadas eram bastante fortes para manter Vargas no poder, mas não eram adequadas à defesa de milhares de quilômetros das costas do Brasil. Por bons motivos, as autoridades brasileiras manobram durante meses de 1940 para aumentar o seu poder de barganha, tanto com a Alemanha quanto com os EUA, na expectativa de escolherem um curso de ação que as colocasse no lado certo pouco importando quem ganhasse a guerra.

Essa dicotomia entre negociar com os EUA o fortalecimento

das forças armadas e ter receio do afastamento das potências europeias fica materializado em um documento secreto, também datado de 5 de maio de 1939, no qual Vargas escreve:

Preliminarmente, o Brasil deve permanecer estranho a qualquer conflito entre países do continente europeu e asiático, ou dele resultante que não atinja aos nossos interesses. Não devemos, porém, recusar o exame de cooperação que nos oferece os Estados Unidos no sentido de nossa defesa, caso o Brasil venha a ser agredido ou ameaçado por outro país⁴.

Nesse momento, como materializada na passagem supracitada, a intenção de Vargas era de buscar um caráter defensivo. Existia o receio de ser criado algum tipo de ressentimentos com os demais países Sul-americanos, uma vez que, depois da irrupção da guerra na Europa, o Brasil estava ansioso em obter armamento americano, porque agora seria difícil obter as armas



encomendadas na Alemanha (McCann,1995).

Entre o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo e o mês de maio de 1942, foram realizadas intensas negociações entre o Brasil e os EUA. No que se refere às negociações militares, os EUA se comprometeram com até US\$200 milhões via *Lend Lease*⁵ para a aquisição de meios militares para as forças armadas do Brasil, tanto para compra de armas e munições quanto de insumos para a produção bélica local. Ainda prometeram enviar, até o final daquele ano, uma centena de carros de combate médios, 205 carros de combate leves, além de grande quantidade de armas anticarro e antiaéreas. Do cumprimento dessas promessas dependia o apoio dos militares brasileiros à política de aliança militar desejada pelos EUA, para não mencionar a própria estabilidade do regime Vargas, irreversivelmente comprometido com essa linha de ação (Oliveira, 2015).

Quanto aos norte-americanos, fica a certeza do descumprimento das promessas feitas quanto à entrega de material bélico prometido ao Brasil. Por mais dificuldades que tivessem naquela oportunidade, devido à necessidade de equipar suas próprias forças militares, além de fornecerem materiais para os Aliados, existia, para eles, o temor de fornecer armas ao Brasil, e correr o risco de ver o governo brasileiro entrar no conflito do lado oposto, uma vez que algumas autoridades civis e militares brasileiras eram simpatizantes do Eixo. Tais desconfiças foram alimentadas por informes enviados para os EUA, que, em algumas oportunidades, careciam de credibilidade. Informes com visões desrespeitosas a respeito de autoridades brasileiras também foram enviados para lá (Rodrigues; Latfalla, 2021).

No início da guerra, em setembro de 1939, e com a permanente necessidade de melhoria nas defesas costeiras brasileira, é que foi oferecido ao Brasil um



material excedente nos EUA. Eram canhões móveis de 152,4 mm, canhões ferroviários de 177,8 mm e canhões de 305mm. Esta oferta foi considerada uma contribuição provisória. Todas as peças estavam sem a menor condição de uso imediato, algo não verificado pelos dois países (Conn; Fairchild, 1989).

Já no começo de 1940 foram adquiridos pelo Brasil 99 canhões de 152,4 mm, 18 de 177,9 mm, tubos com 2.300 projéteis vazios e 26 tubos de 305mm. O valor pago foi de 100 mil dólares. Todos eles precisavam de um grande acondicionamento e de peças sobressalentes, e não havia disponível no momento nenhum suprimento de munição; na realidade, nem mesmo os pedidos de munição puderam ser localizados (Ibid.). Observa-se que os canhões de 152,4 mm, material com mais de 20 anos de uso e de origem inglesa, que estavam defendendo o Canal do Panamá, chegou recondicionado em 1941. Eles vieram sem munição, e o Brasil não tinha como fabricá-la.

Esse material bélico não estava na lista de pedidos do Brasil (Fortes, 2001).

Dado o exposto, fica claro que o início do relacionamento militar entre o Brasil e os EUA não foi como o imaginado pelas autoridades brasileiras. Tanto o material solicitado pelo Exército Brasileiro não foi enviado, quanto o material bélico enviado para a proteção da costa era obsoleto. Segundo Oliveira (2015), para os gestores brasileiros devia ser chocante o contraste entre os fornecimentos encomendados junto aos alemães em 1937 e 1938, quase todo composto de armas de última geração, a maioria, aliás, empregada efetivamente em serviço ativo por parte das próprias Forças Armadas da Alemanha naquela mesma ocasião, em comparação com a obsoleta, incompleta e inservível artilharia que era oferecida pelos estadunidenses.

Em 29 de agosto de 1940, em documento do General Dutra é relatado um convite do adido militar americano em nome do



General Marshall, podendo ser também o chefe do Estado-Maior, General Góes Monteiro, para uma vista aos EUA. O assunto seriam os aspectos atuais da política interamericana em face da situação europeia e de seus possíveis desdobramentos na América. Também cita a intenção do coronel do Exército americano L. Miller, em fornecer ao Brasil, no prazo de seis meses a três anos, todo armamento de que precisávamos, além de outros recursos, tudo sob bases módicas de pagamento.

[...] parece que os Estados Unidos, [com] exceção de material de aeronáutica, de transmissão e de equipamento de fábricas, usinas e ferrovias, bem como de munições, só estão em condições de fornecer armamento antigo e, além do mais, de características diversas do que vimos recebendo do Reich, fato que profundamente alteraria a eficiência técnica do Plano de nossa organização para a guerra, tirando-lhe a homogeneidade e padronização indispensáveis⁶.

Após o retorno desta reunião, o General Dutra informou ao presidente Vargas o resultado da ida do General Góes Monteiro àquela reunião em Washington e descreveu, por intermédio de uma mensagem de 20 de novembro de 1940, a dificuldade em se conseguir o armamento prometido pelo governo americano nas seguintes palavras:

Até agora pouco se adiantou, no terreno prático, relativamente as negociações positivas para uma eventual cooperação militar entre o Brasil e aquele país, na defesa do continente em caso de guerra, na conformidade do espírito das declarações de Lima, Panamá e Havana e dos entendimentos diretos entre os Estados-Maiores norte-americano e brasileiro.

A questão, que por sua natureza complexa, perigosa e árida vem rolando sobre impasses e pontos mortos, desde quando o Chanceler Oswaldo Aranha, há cerca de dois anos passados, foi a Washington tratar de conseguir uma política favorável de



auxílios ao Brasil, da parte do governo Roosevelt – poucos passos ascendeu na trilha de prpara satisfazersmo governo ao governo brasileiro para suprimento , em três anos de material destinado ao exército e para satisfazer outras necessidades de nossa preparação industrial em condições ainda não fixadas definidamente⁷.

Em carta ao presidente Vargas, o General Dutra verbaliza sobre a dificuldade que a missão de compra está enfrentando nos EUA para a aquisição de armamento. Tais afirmações são oriundas de uma carta do General Amaro Soares Bittencourt, chefe da Comissão Militar Brasileira de Compras e representante do Exército na Junta Interamericana de Defesa, que informa não só continuar sem solução o problema das aquisições, entregue a chicana burocrática de quem deseja adiar, temporizar e ganhar tempo. Nesse sentido, é destacada a falta de confiança, quando é sugerido que os chefes do Exército Brasileiro possuem

um direcionamento nazista e os recursos bélicos, uma vez recebidos, poderiam ser direcionados contra as próprias forças americanas no Norte da África. Em carta, o general, informou ao ministro Dutra um provável motivo pelo qual a aquisição de armas junto ao governo americano se encontrava demorada.

A propaganda contra o Brasil ressurgiu de quando em quando. A revista *Friday* dedicou seu número de fevereiro ao Brasil, fazendo uma larga publicação, com fotografias do presidente, do senhor, do General Goes e do chefe de polícia e dando todos como adeptos da Alemanha [...]o jornal *Times Herald* de 28 de fevereiro abordou novamente o assunto envolvendo o senhor, e onde, o General Goes é destacado como chefiando a corrente nazista dentro do Exército⁸.

Dutra, então, escreve ao presidente Vargas expressando a sua opinião sobre o assunto, defendendo que não possui direcionamento ideológico nazista, e



colocando o seu cargo à disposição do presidente.

Excia. minhas opiniões, que nada tem de nazistas, ou fascistas, ou o que quer que seja com tais doutrinas parecidas. Não me move outro objetivo, na direção da Pasta da Guerra que, cooperando com V. Excia., tudo envidar para elevar o Exército ao mais alto grau de eficiência, dando-lhe os meios necessários para realmente cumprir a sua missão. Não tenho em face desta conflagração de atitudes partidárias pró ou contra qualquer dos adversários, pois, chefe do Exército, só os problemas brasileiros me absorvem e só na solução deles me esforço. Como, entretanto, verifico que a situação tende a estacionar improficua, pois agora procura esbarrar na falta de confiança pelos responsáveis pela política norte-americana no detentor da Pasta da Guerra no Brasil, resolvi endereçar a V. Excia. Com a mais ampla e lena liberdade de decidir sobre a composição do Governo que com tanta clarividência e patriotismo V. Excia. preside⁹.

A questão do posicionamento pró-Eixo de militares do Exército Brasileiro, como Dutra e Góes Monteiro, por parte dos americanos tem sua base em alguns eventos ocorridos anteriormente, como um convite feito pelo governo da Alemanha para que Góes Monteiro assistisse a manobras militares na Silésia, em 1939, e a condecoração recebida, juntamente com Dutra e outros oficiais, em 1940, a Grã-Cruz da Ordem da Águia Alemã, na embaixada deste país, são alguns dos indícios das possíveis inclinações nazistas ou mesmo a favor de uma aliança com o Eixo (Brasil, 1940).

Para Latfalla (2023, p. 13), Goés Monteiro, posteriormente, seria visto por membros do Departamento da Guerra dos EUA como o maior obstáculo para a cooperação entre os dois países, durante boa parte da guerra. Sua conduta era observada bem antes do conflito. Por outro lado, em relação a Dutra, a preocupação era menor. Como exemplo da preocupação dos EUA com o po-



sicionamento do chefe de EME, uma fonte do Departamento de Estado considerava ser um exagero afirmar que Góes Monteiro era a favor da Alemanha, mas que ele jogava ora a favor dela, ora a favor dos EUA, para conseguir vantagens para o Brasil¹⁰.

Para Góes Monteiro, era essencial defender o Sul do Brasil, enquanto para os americanos, o interesse maior estava em proteger o nordeste brasileiro. Em uma das primeiras conversas de Góes Monteiro com o General Lehman Miller, chefe da Missão Militar Americana enviada ao Brasil, o brasileiro comentou que, mesmo após um ano de negociações sobre uma cooperação militar, nenhum armamento, sequer um carregador de arma, havia sido enviado ao Brasil, e que os EUA enviaram, sim, caixas de uísque e pacotes de cigarros Lucky Strike (McCann, 1973).

O adido militar americano afirmou que Góes Monteiro era visto como profundamente a favor da Alemanha por todos os brasileiros e estrangeiros, a

quem ele havia questionado sobre o relacionamento Brasil-EUA (Latfalla, 2023).

Esse ambiente de desconfiança entre as duas nações chegou ao seu ápice quando ocorreu uma reunião entre Aranha e Caffery. Segundo McCann, por volta de 1940, Aranha declarou veementemente que, se os norte-americanos não fornecessem os armamentos requisitados pelo Brasil, os chefes militares brasileiros se voltariam para a Alemanha, anunciando até a possível vinda de instrutores alemães, algo que o presidente Roosevelt havia dito a um grupo de congressistas dos EUA no começo de 1939 (McCann, 1973).

Soma-se a isso o conhecimento que Góes Monteiro possuía sobre as intenções dos EUA em relação as bases no Nordeste brasileiro. Sabe-se hoje que existiam planos preparados para a ocupação à força do Nordeste, caso o Brasil se inclinasse para as forças do Eixo. Os Planos *Rainbow*¹¹ e *Pot of Gold*¹² exemplificam isso. Bandeira (2007) des-



creve uma passagem que mostra como os americanos não faziam segredos sobre as suas intenções caso as negociações não prosperassem. Em uma carta ao presidente Vargas, Rosalina Coelho Lisboa Miller, amiga dele, disse que o adido militar dos EUA em Santiago, no Chile, o Capitão Ralph Wooten, cometeu a seguinte inconfiência: “[...] fiquem sabendo os brasileiros e o seu presidente que, se não nos derem as bases, nós as tomaremos” (Bandeira, 2007, p. 388). A declaração demonstra o espírito de alguns militares dos EUA.

Segundo Latfalla (2023), no final de 1941, já de volta ao Brasil, Miller procurou Dutra e o General Góes Monteiro. As reuniões não ocorreram dentro da normalidade. De acordo com um documento secreto de Góes Monteiro, endereçado a Dutra, assuntos mencionados por Miller exemplificam que a falta de confiança entre os exércitos ainda persistia. Foram citados: a desconfiança sobre os propósitos do Brasil na questão da cooperação

militar com os EUA, a tendência germanófila de boa parte dos oficiais do Exército, as suspeitas de que o Brasil não ficasse solidário com os EUA, no caso desse país entrar em guerra, a ocupação preventiva do Nordeste brasileiro por forças norteamericanas, a protelação da entrega da encomenda de armamento por esses motivos¹³.

Em 1941, ocorreu o fechamento da rota aérea pela qual ligava se ligava os EUA à Grã-Bretanha por conta das condições climáticas do inverno naquela região. A rota aérea pelo Atlântico Sul era não apenas a mais importante forma de abastecimento dos EUA às suas forças e às de seus aliados, mas durante parte do tempo era também a única. Daí a importância estratégica decisiva da região Nordeste, e os correspondentes receios dos EUA de que ela fosse subitamente perdida para forças hostis, no período compreendido entre a queda da França, em junho de 1940, e o início da operação Barbarossa¹⁴, em junho de 1941,



quando o poderio nazista parecia se mobilizar para atacar as Américas. Em 1942 a importância dessas bases seria ainda mais vital para os EUA e aliados (Oliveira, 2015).

Mesmo em um ambiente de desconfiança e incertezas entre as negociações militares, foram criadas duas comissões para planejar e executar a cooperação militar entre os dois países. Uma dessas comissões tinha sede em Washington, a *Joint Brazil-United States Defense Commission* – JBUSDC (Comissão Mista de Defesa Brasil – EUA) ou, simplesmente, a Comissão de Washington; e outra situada no Rio de Janeiro, denominada *Joint Brazil-United States Military Commission* – JBUSMC (Comissão Militar Conjunta Brasil-EUA) ou, de forma simples e direta, a Comissão do Rio (Oliveira, 2021).

Em 30 de dezembro de 1942, realizou-se, no Palácio do Itamaraty, a posse dos membros brasileiros e norte-americanos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos da América,

criada para articular as medidas necessárias a uma cooperação eficiente e normal entre as autoridades militares dos dois países.

Em paralelo às negociações com os americanos, houve rusgas também com os ingleses. Tal situação advém desde o aprisionamento de um navio brasileiro no canal de Gibraltar, que estava transportando armamento comprado antes da guerra oriundo da Alemanha para o Brasil.

Houve a necessidade de intervenção dos EUA para a liberação do navio. Posteriormente, já unidos por um inimigo em comum, após a declaração de guerra contra o Alemanha, os ingleses passaram a ver o Brasil como quem poderia diminuir o repasse de materiais estratégicos para os aliados, a fim de atender as necessidades brasileiras (Moura, 2012). Para o governo inglês, bastava o Brasil permanecer neutro e fornecer portos para o reparo de seus navios de guerra.

A criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para atuar na Europa enfrentou forte



oposição de Londres. O General Marshall, contudo, obteve a aprovação de setores militares britânicos. Paralelamente, o Departamento de Estado rejeitou as objeções do governo britânico, inclusive as do primeiro-ministro Winston Churchill, que se opunha ao plano (Hilton, 1994).

As forças aliadas no Mediterrâneo, sob comando inglês, e seu governo, não aprovavam o envio de tropa brasileira com afirmações “não apreciamos a perspectiva de receber este reforço”, ou “seria um grave erro permitir mais que uma brigada do Brasil”, e ainda, “já [há] contingentes de nacionalidades diferentes demais naquela área” (Moura, 2012, p.148).

Como destaca Coutinho (1955), o convênio militar acertado com os EUA não previa o envio de tropas brasileiras para lutar fora do Brasil, mas o presidente Vargas afirmou que esta hipótese não deveria ser afastada. O representante brasileiro em Washington declarou aos estados-maiores dos EUA que o Bra-

sil estaria pronto para combater fora da América.

A ideia de uma força expedicionária e a vontade de que ela ganhasse vida cresceram de uma maneira accidental, fustigada por todas as forças internas e externas que haviam configurado a política externa brasileira nos anos precedentes. O Alto Comando do Exército ainda mantinha um forte pendor germanófilo. Os generais Dutra e Góes Monteiro, admiradores da máquina de guerra alemã, mas também hábeis na sobrevivência da política interna do Exército, tomaram uma posição pró-aliados, e não a postura de apoiar o lado perdedor. Não confiavam nos Estados Unidos, que já mantinham bases no território brasileiro, nem gostavam dos ingleses, que haviam por tanto tempo dominado o mundo luso-brasileiro. Tinham amarga consciência de sua fraqueza militar e, embora a presença norte-americana no Nordeste lhes garantisse apoio, caso o Eixo atacasse a região, os brasileiros compreensivelmente se



melindravam por dependerem dos EUA para conseguir material bélico. Acabaram convencidos de que a única maneira de assegurar que os norte-americanos cumprissem a promessa de fornecer armas era envolver o Exército Brasileiro no combate (McCann, 1995).

Pelo lado americano, a determinação do Exército dos EUA em abrandar os brasileiros existia na proporção direta do que deles queria obter. Os objetivos da política externa brasileira eram de pequena importância para o Estado-Maior Geral norte-americano. De todo modo, na perspectiva de Welles, os EUA tinham compromissos de uma aliança com o Brasil que não deveriam ser assumidos levianamente. Por ação presidencial a atitude do estado-maior americano iria se reverter. Em janeiro de 1943, o adido militar do Exército dos EUA informava que um grupo grande e crescente de oficiais, a maioria dos quais recém concludente da Escola de Estado-Maior, queria organizar uma

força expedicionária e afastar do governo todos os simpatizantes do Eixo, e oficiais desinteressados, o que incluía Dutra. O adido alertava que o entusiasmo brasileiro de participação não podia continuar a ser “descartado de maneira desdenhosa sem consequências prejudiciais à atitude do Brasil em relação à guerra e seus aliados” (McCann, 1995, p.275).

Em agosto de 1943, Dutra viajou aos EUA para participar das discussões que culminariam com a realização da sessão plenária da JBUSDC do dia 15 daquele mês, que promulgaria a recomendação 16, oficialmente intitulada “Colaboração do exército Brasileiro e da Força Aérea com o Exército americano em Teatros de Operações fora do Continente”. Oliveira (2015) argumenta que o texto fixava a composição de um Corpo Expedicionário composto por três divisões de infantaria e elementos de apoio, entre os quais uma unidade aérea, que seriam organizados de acordo com as tabe-



las vigentes no exército dos EUA. Essas tropas ficariam subordinadas ao comando e direção estratégica do exército do EUA, que se encarregaria de manter as suas linhas de comunicação e abastecimento. Todo o material seria fornecido pelos EUA, com exceção de equipamento individual e do fardamento.

Também ficou decidido que seria enviado para treinamento dessas tropas no Brasil o equivalente a 50% do total de armas e equipamentos de uma divisão de infantaria do exército dos EUA, bem como instrutores e assessores no adestramento das tropas expedicionárias e que foi prevista a frequência de oficiais brasileiros para compor o Corpo Expedicionário em cursos e estágios em escolas militares dos EUA (Oliveira, 2015).

Latfalla (2023) escreve que a questão do envio de armamentos foi um dos maiores problemas nas negociações militares iniciadas entre os chefes de estado-maior dos respectivos exércitos, os generais Marshall, pelos

EUA, e Góes Monteiro, pelo Brasil. Neste período, pré e durante a guerra, o material bélico que o Brasil recebeu era obsoleto. Esse contexto explica por exemplo o recebimento de fuzis *Springfield* M1903 pela FEB na Itália, e não os modernos *Garand*.

De acordo com Oliveira, as fontes históricas relativas a essas comissões revelam a intensidade dos conflitos entre as autoridades estadunidenses e brasileiras em torno de temas como

a padronização das armas e equipamentos do Exército Brasileiro [...] o veto dos EUA ao fornecimento de tecnologias militares sensíveis como o fuzil semiautomático *Garand* e até mesmo o apoio para a obtenção das instalações industriais necessárias e colocar em condições de usos os obsoletos canhões de 12 polegadas vendidos pelos EUA ao Brasil em 1941 (Oliveira, 2015, p. 44).

O objetivo de Vargas era duplo – aumentar a participação militar do Brasil para assegurar uma posição internacional mais



forte e envolver as Forças Armadas em atividades de defesa, para afastá-las do jogo do poder. As normas nacionais e a ambição pessoal fundiam-se convenientemente. Vargas estava fazendo do proletário o sustentáculo de seu regime e parecia decidido a permanecer indefinidamente no poder: “Para concretizar essa ambição, teria de entreter e despolitizar as Forças Armadas, e que melhor maneira haveria do que a guerra” (McCann, 1995, p. 242).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por armas pelo Brasil foi árdua. O Exército atuou negociando com os EUA. Sabendo de uma situação de fraqueza militar, ele procurou defender os interesses da soberania nacional em relação à vinda de tropas estrangeiras ao país, para buscar as tão necessárias armas junto ao Exército dos EUA. Neste ínterim, a FEB surge. Em paralelo às negociações com os norte-

americanos, houve incidentes também com os ingleses. Esta situação advém desde o aprisionamento de um navio brasileiro no canal de Gibraltar, que estava transportando armamento comprado antes da guerra e oriundo da Alemanha para o Brasil. Houve a necessidade de intervenção dos EUA para a liberação do navio.

Posteriormente, já unidos por um inimigo em comum, após a declaração de guerra contra a Alemanha, os ingleses passaram a ver o Brasil como algo que poderia diminuir o repasse de materiais estratégicos para os Aliados para atender às necessidades brasileiras. Essa opinião permaneceu com os britânicos contrários à FEB. Dessa forma, coadunado com a opinião de Vágner Camilo Alves, quando ele afirma que “pode-se entender [...] a FEB como uma forma de manter os mesmos e aumentar o fluxo de armas para o Brasil” (Alves, 2007, p. 90). Por fim, conclui-se que a árdua negociação entre os dois países partiu inicialmente de



interesses divergentes e de uma extrema desconfiança em relação ao propósito do apoio.

Para os americanos, acima de tudo preocupava o saliente nordestino brasileiro como rota de abastecimento às tropas desdobradas no Norte da África, como também a própria Grã-Bretanha. Também seria importante para a proteção do Canal do Panamá, caso os nazistas tomassem a África e a utilizassem para invadir a América do Sul. Tanto que até mesmo planos de invasão foram feitos caso não houvesse a colaboração do Brasil, como o *Rainbow* e o *Pot of Gold*. Por outro lado, aos norte-americanos, o temor de que as armas enviadas se voltassem contra eles norteou suas ações, nutridas pela desconfiança oriunda de relatórios sobre a postura germanófila do comando do exército brasileiro.

Pelo lado brasileiro, Vargas buscava maior ascensão internacional, bem como afastar os militares da política interna. No entanto, posturas dúbias em relação à Alemanha dos chefes mili-

tares brasileiros levaram os militares americanos a desconfiarem das intenções do exército nacional, fato este que dificultou o envio de armamentos acordados antes e durante a guerra.

FONTES

BITTENCOURT, Amaro. [Carta do Gen Amaro Bittencourt ao Ministro Dutra]. Destinatário: Ministro Dutra. Rio de Janeiro, 2 de março 1941. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/do-crea-der.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. *Anais do Exército Brasileiro*, 1940. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1940.

BRASIL. Ministério da Guerra. Aviso secreto Nº 9 do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Góes Monteiro. Escrita no Rio de Janeiro em 11 de maio de 1939, que relata as o interesse em se



ter um acordo militar com os EUA. Fonte: ED vp 1939.05.11/5. Fundo Eurico Dutra. Acervo FGV CPDOC.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Aviso secreto Nº 9 do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para o Chefe do Estado-Maior do Exército]. Destinatário: Góis Monteiro. Rio de Janeiro, 11 de maio de 1939. 1 mensagem. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Carta do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 8 de março de 1941. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Despacho do Presidente Getúlio Vargas ao Ministro da Guerra]. Destinatário: General Dutra. Rio de Janeiro, 9 de maio de 1939. 1 des-

pacho. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 29 de agosto 1940. 1 mensagem. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 20 de outubro 1940. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem enviada ao Presidente Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de



Janeiro, 5 de maio 1939. 1 mensagem. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

MONTEIRO, Goés. [carta do Gen Góes Monteiro ao General Marshall]. Destinatário: Chefe do Estado-Maior do Exército do EUA. Fundo Góes Monteiro.SA 336, p.3. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, 1999.

NATIONAL ARCHIVES. Record Group 226. Office of Strategic Services (OSS). Source: State Dept. Report 1227. Rio de Janeiro. 03-04-1939, p.1.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Vágner Camilo. *Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à Guerra*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CONN, Stetson; FAIRCHILD, Byron. *The framework of hemisphere defense*. Washington: Center of Military States Army, 1989.

COUTINHO, Lourival. *O General Góes depõe*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

FORTES, Hugo G. Borges. *Canhões Cruzados*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2021.

HILTON, Stanley. *Oswaldo Aranha: uma biografia*. Rio de Janeiro; Objetiva, 1994.

LATFALLA, Giovanni. *Relações Militares Brasil-EUA 1939-1943*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2023.

McCANN. Frank D. *A aliança Brasil- Estados Unidos, 1937-1945*. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército, 1995.

McCANN. Frank D. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. Princeton: Princeton University Press, 1973.

MORAES, J.B. Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. Rio de Janeiro; Biblioteca do Exército, 2025.

MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1950: mu-*



danças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial. Brasília: FUNAG, 2012.

OLIVEIRA, Dennison. *Aliança Brasil-EUA*. Curitiba; Juruá Editora. 2015.

OLIVEIRA, Dennison. Conflito e cooperação na americanização do Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial (1942-1945). In: RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; PITILLO, João Claudio Platenik (Orgs.). *Guerra, Cultura e Política novos estudos sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2021.

RICH, Norman. *Hitler's war aims ideology: The Nazi state and the course of expansion*. [S.l.]: W.W. Norton, 1973.

RODRIGUES, Fernando da Silva; LATFALLA, Giovanni. O posicionamento militar brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial: o alinhamento com os Estados Unidos da América (1934-1942). In: RODRIGUES, Fernando da Silva; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; PITILLO, João Claudio Platenik (Orgs.). *Guerra, Cul-*

tura e Política novos estudos sobre o Brasil na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Conexão 7, 2021.

¹ DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem enviada ao Presidente Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 5 de maio 1939. 1 mensagem. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

² Carta de Góes Monteiro a George Marshall. Escrita no Rio de Janeiro em 8 de agosto de 1939, que trata sobre a cooperação entre os Estados Unidos e o Brasil na hipótese de uma guerra que afete os interesses do continente americano. Informa que foi aprovada a indicação do Coronel (Lehman) Miller para chefiar a Missão Militar Americana em 1940; questiona se a revogação da Lei de Neutralidade e da que não permite o fornecimento de armamento a países estrangeiros impedirá as aquisições do Brasil nos Estados Unidos. AS 336-3. Fundo Góes Monteiro p.3. Arquivo Nacional.

³ Aviso secreto Nº 9 do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para o Chefe do Estado-Maior do Exército, General Góes Monteiro.



Escrita no Rio de Janeiro em 11 de maio de 1939, que relata as o interesse em se ter um acordo militar com os EUA. Fonte: ED vp 1939.05.11/5. Fundo Eurico Dutra. Acervo FGV CPDOC.

⁴ Despacho do Presidente Getúlio Vargas ao Ministro da Guerra. Escrita no Rio de Janeiro em 9 de maio de 1939, que relata intenção do presidente com o acordo de cooperação com os EUA e a preocupação com política externa brasileira na América do Sul. Fonte: ED vp 1939.05.5/10. Fundo Eurico Dutra. Acervo FGV CPDOC.

⁵ Lei do Empréstimo e Arrendamento, proposta pelo presidente dos EUA em fins de 1940, quando do choque causado pela sucessão de vitórias nazistas e o perigo iminente da derrota da Grã-Bretanha. Conceitualmente, os EUA se converteriam no “Arsenal da Democracia” para apoiar os países que lutavam contra o Eixo. Ver OLIVEIRA, 2015.

⁶ DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 29 de agosto 1940. 1 mensagem. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

⁷ DUTRA, Eurico Gaspar. [Mensagem do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 20 de outubro 1940. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

⁸ BITTENCOURT, Amaro. [Carta do Gen Bittencourt ao Ministro Dutra]. Destinatário: Ministro Dutra. Rio de Janeiro, 2 de março 1941. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

⁹ DUTRA, Eurico Gaspar. [Carta do Ministro da Guerra General Eurico Gaspar Dutra para presidente Getúlio Vargas]. Destinatário: Vargas. Rio de Janeiro, 8 de março de 1941. 1 carta. Disponível em: https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=ARQ_ED_VP&id=3790502194788&pagfis=765. Acesso em: 4 nov. 2025.

¹⁰ NATIONAL ARCHIVES. Record Group 226. Office of Strategic Services (OSS). Source: State Dept. Report 1227. Rio de Janeiro. 03-04-1939, p.1.

¹¹ O *Plano Rainbow* consistia em uma série de planos de guerra dos EUA



para a defesa do continente americano durante a Segunda Guerra Mundial, e o Brasil era uma peça estratégica central em um deles: o chamado "Plano Rubber" (ou "Borracha"). Este plano previa a ocupação do Nordeste brasileiro pelos EUA, especialmente em Natal, devido à sua proximidade com a África e por ser um ponto estratégico no Atlântico. Os planos de invasão foram, no entanto, considerados uma alternativa à aproximação diplomática entre os EUA e o Brasil, que culminou na permissão brasileira para que os norte-americanos utilizassem bases aéreas no Nordeste e, assim, a invasão foi evitada.

¹² Plano *Pot of Gold* é o nome de um plano militar americano criado em 1940, que previa uma intervenção militar em larga escala no Brasil, em resposta a uma possível ameaça fascista ou nazista.

¹³ Documento Secreto do General Góes Monteiro ao ministro da Guerra, Dutra. Rio de Janeiro, 30-10-1941, p.1. Arquivo Histórico do Exército. Documentos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

¹⁴ Nome de código para a invasão da União Soviética pelas potências do Eixo, iniciada em 22 de junho de 1941. Foi projetada para alcançar os objetivos ideológicos da Alemanha nazista, de conquistar a União Soviética oci-

dental para que ela pudesse ser repovoada pelos alemães (*Lebensraum*), de usar os povos eslavos como força de trabalho escravo para o esforço de guerra do Eixo e de aproveitar as reservas de petróleo do Cáucaso e os recursos agrícolas dos territórios soviéticos. Ver RICH, 1973.

A posição estratégica do Brasil na Segunda Guerra Mundial sob a perspectiva norte-americana

João Claudio Faria Machado ^a

Resumo: A história do Brasil na Segunda Guerra Mundial possui fatos históricos complexos. Além da participação em solo estrangeiro por meio da Força Expedicionária, o Brasil foi envolto numa trama geopolítica regional: a Argentina aparentava ser uma ameaça no entorno estratégico brasileiro e os Estados Unidos (EUA) requeriam do Brasil o uso de bases no Nordeste. Sob estas perspectivas, este artigo pretendeu responder a seguinte questão-problema: qual era a perspectiva norte-americana sobre o Brasil para os mencionados fatos? Para isso, foi definido como objetivo geral examinar tais fatos históricos nos documentos contidos na coleção presidencial de Franklin D. Roosevelt (1933-1945). Como resultado, concluímos que os norte-americanos reconheciam o Brasil como essencial para alcançar dois objetivos estratégicos. O primeiro, a contenção da ameaça representada pela Argentina e prevenindo o levante de revoluções político-militares inclinadas para o Eixo nos demais países da região. O segundo, a segurança do Atlântico Sul.

Palavras-Chave: Segunda Guerra Mundial; Geopolítica Norte-Americana; Brasil; Estratégia.

INTRODUÇÃO

No início da década de 1930, a Itália, a Alemanha e o Japão iniciaram campanhas de expansão territorial de forma independente, mas que os levaram a firmar diversos acordos. Em 1936,

a Alemanha nazista de Adolf Hitler e a Itália fascista de Benito Mussolini firmaram um tratado de amizade no qual prometiam manter uma política externa comum (United States Holocaust Memorial Museum, 2023). No mês seguinte, a Alemanha e o

^a Advogado, mestre em Ciências Aeroespaciais.



Japão imperial de Hirohito assinaram o Pacto Anti-Komintern, ao qual a Itália se uniria em 1937, que previa assistência mútua para combater a Internacional Comunista. Em 1940, a Alemanha, a Itália e o Japão assinaram o Pacto Tripartite, no qual o Japão reconhecia a liderança da Alemanha e da Itália para o estabelecimento de uma nova ordem na Europa, e estes reconheciam o Japão para o estabelecimento de uma nova ordem na Ásia Oriental (ibid.).

Embora os declarados interesses de estabelecer uma nova ordem mundial referissem à Europa e Ásia Oriental, o teatro de operações da Segunda Guerra Mundial e as áreas de interesses e influências estratégicas foram globais. Em particular a esta pesquisa, a influência alemã foi um perigo real na América. Como comenta Arguelhes (2015, p. 76), de “1933 até 1939, o comércio entre a Alemanha e a América Latina, mais especificamente, Brasil e Argentina, cresceu progressivamente”. Pelo contexto

político, a ameaça de alinhamento de países da América Latina ao regime nazifascista era latente (Rodrigues, 2012), inclusive por meio de um levante de migrantes alemães na Argentina e no sul do Brasil, como uma quinta coluna (Losano, 2006).

A própria política externa pendular praticada pelo Presidente Getúlio Vargas flertava tanto com a Alemanha quanto com os Estados Unidos (Cervo; Bueno, 2002). Essa equidistância pragmática, que garantiu incontestáveis ganhos ao país, contudo, preocupava os EUA “em termos não apenas econômicos, mas ideológicos e políticos”, como mencionado por Campos (2022).

Por isso, apesar do “profissionalismo, competência, coragem e conhecimento dos Países Aliados” com relação à Força Expedicionária Brasileira, como comentado por Santos (2019, p. 100), esta pesquisa pretendeu responder a seguinte questão-problema: qual era a perspectiva norte-americana sobre o Brasil com relação a ameaça que Argen-



tina aparentava ser e com relação ao uso de bases no nordeste brasileiro? Para isso, foi definido como objetivo geral examinar os documentos da coleção presidencial de Franklin D. Roosevelt (1933-1945).

A pesquisa é classificada como bibliográfica e documental, pois foram utilizados livros e artigos para desenvolvimento da base histórica, e documentos oficiais constituídos por trocas de mensagens entre a Presidência e órgãos dos Estados Unidos para estabelecer a perspectiva americana. Possui natureza básica, objetivo exploratório e abordagem qualitativa, e foi desenvolvida em duas partes.

A primeira parte trata dos fatos que colocavam a Argentina como mais inclinada aos interesses do Eixo do que aos dos EUA. São apresentadas as posições que tomou na VIII Conferência Pan-Americana e na III Conferência dos Chanceleres Americanos, bem como sua possível influência no golpe política-militar na Bolívia, após a tomada do poder por

militares inclinados ao Eixo. Permeando os fatos, é apresentada a perspectiva norte-americana por meio de documentos oficiais.

Na segunda parte, trata da importância estratégica do Brasil para domínio do Atlântico Sul. Como elemento vital para o desdobramento da Segunda Guerra, são apresentados trechos de documentos oficiais norte-americanos que reconhecem o interesse estratégico em se ter o Brasil como aliado, mas demonstram possíveis reações caso o Brasil não definisse uma posição clara e inclinada aos interesses norte-americanos.

A AMEAÇA ARGENTINA

Em 1938, o mundo estava à beira de um conflito global. A Alemanha, sob a liderança de Adolf Hitler, começava a desmantelar o Tratado de Versalhes (tratado de paz assinado após a Primeira Guerra Mundial entre a Alemanha e a Tríplice Entente¹⁾ e



iniciar uma série de agressões territoriais (Silveira; Maciel, 2021). Em março, a Alemanha anexou a Áustria, num movimento conhecido como *Anschluss*, sem maiores comoções do mundo e dos próprios austríacos (Kissinger, 1999). Poucos meses depois, em setembro, o Acordo de Munique permitiu que a Alemanha ocupasse a região dos Sudetos na Tchecoslováquia, sob o pretexto de proteger a população de cidadania alemã (Migowski, 2021).

Diante da crescente militarização e a retórica agressiva do regime nazista, que criava um clima de tensão e incerteza no mundo, foi realizado em Lima, Peru, a VIII Conferência Pan-Americana. Esta conferência foi um marco nas relações interamericanas, especialmente no contexto da política de boa vizinhança – de conquista de relações sem o uso da força (Arguelhes, 2015) – promovida pelos Estados Unidos da América (EUA) (Brasil, 1994). Como Ferrer, Zhebit e Silva (2012, p. 553) comentam,

era “o momento apropriado para a criação de acordos e mecanismos capazes de impedir que os acontecimentos surgidos na Europa e Ásia pudessem interferir nas soberanias do continente americano”. A aprovada “Declaração de Lima” reafirmou à autodeterminação das nações da América, firmou um pacto de ajuda mútua entre elas (Brasil, 1994) e instituiu reuniões de consulta de chanceleres quando houvesse necessidade, apesar de, em um primeiro momento, a Argentina ter recusado o tratado (Lopes, 2008).

Existia à época uma desconfiança com a Argentina, que era vista como vacilante a um acordo com o Eixo. Há relatos de documentos interceptados no sul do Brasil acerca de uma conspiração nazista que pretendia fomentar uma rebelião, assumir o controle de áreas de populações imigrantes germânicas ou o livre agir de organizações nazistas visando a tomada do poder (McCann, 1995). Inclusive, em 1942, o Presidente Norte-Americano é cien-



tificado de uma troca de mensagens confidenciais entre o ministro das Finanças do Brasil e o presidente Getúlio Vargas em que são relatadas atividades dos “vizinhos do Sul” com agentes nazistas (EUA, 1945). É mencionado que na fronteira com o Brasil encontram-se força militar armada e equipada para campanha e que agentes da Gestapo, disfarçados de missionários, tentaram entrar em colônias alemãs em Santa Rosa, além de outros atos de espionagem no Brasil (ibid.).

Por ocasião do ataque japonês a Pearl Harbour, foi realizada no ano de 1942 a III Conferência dos Chanceleres Americanos (Arguelhes, 2015). Os EUA, já em guerra, propunham o rompimento de todas as repúblicas americanas com as potências do Eixo, privilegiando a unidade e harmonia panamericana (ibid.), mas o Brasil condicionava a assinatura a três premissas: que os americanos fornecessem armas e equipamentos mecanizados, garantia de proteção militar, caso

fosse necessária, e uma declaração final que a Argentina pudesse apoiar (Incaer, 1991).

No entanto, à época a Argentina, como comenta Arguelhes (2015, p. 86), “possuía uma política externa de contestação aos Estados Unidos, sendo o relacionamento entre ambos o maior problema da política externa argentina na época”. Houve oposição da Argentina e do Chile à proposta de rompimento com o Eixo, que foi contornada somente com a aprovação de uma recomendação de rompimento das relações (ibid.).

A posição adotada pela Argentina acarretou retaliações políticas e sanções econômicas lideradas pelos EUA contra a Argentina (ibid.), suspensas somente quando o governo argentino rompeu relações com o Eixo em 1944. Além disso, desconfianças foram levantadas contra a Argentina pelos países da América. A isso se soma a mobilização militar Argentina, com a criação de indústria bélica e produção de aviões, encampamento de em-



presas privadas estrangeiras e a tomada do poder por militares nacionalistas simpatizantes do totalitarismos nazifascista (Elíbio Júnior, 2011).

Em 1943, ocorreu na Bolívia um golpe político-militar liderado pelo Movimento Nacionalista Revolucionário Boliviano e um grupo paramilitar autodenominado como “Razón de Pátria” (Pericás, 2004; Campolina, 2016). A queda do presidente Peñaranda, segundo mensagem do Departamento de Estado para o presidente Norte-Americano, produziu ansiedade nos demais países sul-americanos, pois acreditavam que isso ocorreu sob simpatia e suporte do governo argentino (EUA, 1945). Esse apoio provocava o temor de que outras revoluções fossem encorajadas e desestabilizassem a região.

Tanto o golpe político-militar na Bolívia como a preocupação dos países sul-americanos como a possibilidade de revoluções incitadas por agentes externos eram vistos pelos

norte-americanos como fragilizações ao esforço de guerra e ao estabelecimento de uma política de boa vizinhança com os países ao sul. Como medida de solução, propõem um efeito psicológico a ser causado com o envio de armas e equipamentos militares ao Brasil (ibid., p. 65):

A recente revolução na Bolívia gerou profunda ansiedade entre os outros países sul-americanos devido à crença de que ela tinha a simpatia e o apoio do governo argentino. Eles temem que a Argentina possa ter planos de incentivar revoluções semelhantes em outros lugares.

Compartilho dessa preocupação e acredito que devemos tomar todas as medidas adequadas e eficazes para apoiar esses países, alguns dos quais declararam guerra e outros romperam relações com o Eixo. A Política de Boa Vizinhança e nosso esforço de guerra podem ser seriamente comprometidos de outra forma.

Um passo que teria um efeito psicológico muito saudável seria fornecer ao Brasil certos



armamentos e equipamentos adicionais.

No Brasil, isso mostraria ao governo e ao povo que estamos apoiando-os de maneira realista e permitiria que o Brasil avançasse com sua preparação para enviar uma força expedicionária ao exterior.

O efeito nos países vizinhos seria salutar. Em particular, Paraguai e Uruguai, ambos fazendo fronteira com Argentina e Brasil, se sentiriam tranquilizados.

A atual gangue militar no controle da Argentina entenderia imediatamente o significado dessa ação. [Tradução nossa]²

Em resposta ao Departamento de Estado, o presidente Franklin D. Roosevelt, informou estar preocupado não apenas com o envolvimento da Argentina no golpe político-militar na Bolívia, mas com a extensão que a trama se desenvolvia na América do Sul. Por estas razões, endossava a sugestão de fortalecer o Brasil (ibid., p. 68):

Durante os últimos dois ou três dias, tive várias conver-

sas a respeito da Argentina, Bolívia e países vizinhos que me deixaram mais preocupado com o futuro. Ainda não está provado no sentido de termos evidências documentais completas, mas acredito que a conspiração é mais ampla do que a maioria das pessoas acredita; que tem ramificações diretas no Paraguai e que muito trabalho preliminar foi feito no Uruguai, Chile e Peru.

Portanto, estou plenamente de acordo com a ideia de que essa tendência deve ser interrompida desde o início e que devemos proceder com a Argentina de maneira firme.

Ao mesmo tempo, acho essencial que façamos um movimento imediato para fortalecer o Brasil. Isso deve incluir armas e munições americanas e possivelmente mais instrutores do Exército, de modo a dar ao Brasil uma força de combate eficaz perto da fronteira argentina, como duas ou três divisões de regimentos motorizados.

Além disso, estou inclinado a pensar que devemos permitir que o Brasil tenha alguns navios de carga do programa *Lend-Lease*³ para substituir os muitos navios brasileiros que foram afundados.



Seria possível seguir um de dois cursos - ou anunciar tudo publicamente, ou deixar vazar - o que ocorreria em muito pouco tempo. [Tradução nossa]⁴

Ato seguinte a estas conversas o presidente Roosevelt foi informado que o Departamento de Guerra decidiu pela construção de dois aeroportos no sul do Brasil, em Florianópolis e Porto Alegre, e que foi aprovado o envio para o Brasil de um pacote de materiais militares (EUA, 1945). Foi autorizado o envio de tanques leves e pesados, carros blindados, armas de variados tipos e calibres, e aviões de treinamento (ibid.). Entretanto, isto não bastou para acalmar o receio brasileiro com sua proteção em eventual conflito.

Em abril de 1944, o Departamento de Estado (ibid.) informou ao presidente americano sobre o andamento da negociação com o Brasil para utilização militar das bases aéreas após o fim da Grande Guerra. Foi informado que o Presidente Vargas

aparenta estar pronto para conceder permissão de uso desde que benefícios análogos fossem providos ao Brasil, ou seja, solicitou, conforme relatado: “1) uma garantia contínua de assistência ao Brasil em caso de ataque não apenas por uma potência extracontinental, mas por qualquer outro país deste hemisfério e 2) um fluxo contínuo de armamento para o Brasil” (ibid., p. 78).

Ainda de acordo com o informe, foi reconhecido que ambos os pedidos são direcionados contra um “inimigo potencial, a Argentina”, e decorreriam, nas palavras do presidente brasileiro, do fato de que, ao ajudar os Estados Unidos, houve um agravamento das tensões com a Argentina. Se conceder o uso militar das bases aéreas colaborava para tornar os Estados Unidos mais seguros, seria necessário que os Estados Unidos ajudassem a também tornar o Brasil seguro (ibid.).

Por fim, foi realizado um acordo secreto no âmbito governo-governo, entre o Brasil e os



EUA, para conservação e manutenção dos aeroportos estratégicos para defesa continental, sem estabelecimento de militares estrangeiros em território brasileiro. Não consta, entretanto, dispositivo, mas somente um “considerando” preambular, de defesa mútua de segurança e defesa de território (ibid., p. 123).

O DOMÍNIO DO ATLÂNTICO

Durante o Estado Novo (1937-1945)⁵, antes da participação brasileira na II Guerra Mundial, o Presidente Getúlio Vargas adotou uma política externa pendular, estabelecendo relações tanto com os Estados Unidos, França e Inglaterra quanto com a Alemanha, que, em 1936, tornou-se a maior parceira comercial do Brasil (Campos, 2022). Essa política pendular era também denominada como equidistância pragmática. Como exemplo, Vargas enaltecia regimes totalitários em discursos

públicos com o fim de forçar investimentos americanos ao país (Cervo; Bueno, 2002). Embora historiadores como Cervo e Bueno (2002) argumentem que a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial tenha ocorrido mais por vontade própria do que por solicitação dos Estados Unidos, não deixa de ser notável que os norte-americanos pressionavam o país a definir uma posição na guerra, dada sua importante posição geográfica.

A localização geográfica do Brasil numa Guerra Global, cujo teatro de operações desenrolava na Europa e no norte da África, era de grande importância. No estreito que separa o Atlântico Sul do Atlântico Norte, conhecido como a linha Natal-Dakar, passava todo o tráfego marítimo vindo do Sul, ou seja, da América do Sul, África, Índias ou do Pacífico, além de ser uma alternativa a um eventual bloqueio do canal de Suez ou do Panamá (Incaer, 1991). Por essa região passavam as rotas marítimas de suprimentos dos Aliados, sendo também



uma importante rota aérea para a África, que ao norte estava ocupada pelo Eixo (ibid.).

Por isso, se o Brasil aderisse ao Eixo estaria criada uma área de vulnerabilidade para ataques ao Canal do Panamá e estrangulamento da linha de suprimentos por meios navais e aéreos para os EUA, Europa e África (Ferraz, 2005). Em termos estratégicos, os planejadores de guerra dos EUA consideravam o Brasil como elemento vital para os Estados Unidos travarem uma guerra em escala global, como assim comentado por Gannon (1999, n.p.):

[...]. Os aeroportos nas cidades portuárias de Natal e Recife estavam a menos de 1.750 milhas náuticas de Freetown, em Serra Leoa, na África Ocidental, permitindo que as aeronaves de longo alcance do Comando de Transporte Aéreo do Exército dos EUA, a partir dessas pistas de pouso, cruzassem o Estreito do Atlântico e entregassem material de alta prioridade, pessoal e as próprias aeronaves para o Norte da África, o Oriente Médio, a Índia, a Bir-

mânia, a China e, mais imediatamente, para as forças sitiadas do General Douglas MacArthur que lutavam nas Filipinas. [Tradução nossa]⁶

No mesmo sentido dos interesses estratégicos estabelecidos pelos planejadores da guerra dos EUA, Alves (2005) compreende como de justificativa do interesse o “controle de bases no Nordeste brasileiro, vitais para a defesa hemisférica e do Atlântico Sul e, posteriormente, para a própria projeção de poder norte-americana e auxílio, por via aérea, aos aliados lutando na África do Norte, Europa e Extremo oriente”. Entretanto, esses interesses estratégicos estavam sob a política pendular do Presidente Vargas, que para os EUA era problemática por dois motivos: por ser uma ditadura com características fascistas e por inclinarem perigosamente para o Eixo (Gannon, 1999).

Essa inclinação oposta era tão perigosa aos interesses estratégicos dos norte-americanos que levou ao desenvolvimento de



um plano conjunto do Exército e da Marinha para ocupação do nordeste brasileiro, conhecido como Plano da Borracha (“*Rubber Plan*”), que seria a alternativa caso as negociações diplomáticas com o Brasil falhassem (ibid.). No campo diplomático, em 1938 foi nomeado como ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, que, como mencionado por Oliveira (2015, p. 2), era “um ponto de equilíbrio o qual não deixava o governo pender demais para a extrema-direita” e o principal responsável pelas boas relações com os EUA (McCann, 1995). Sendo a face panamericana do governo Vargas, Aranha concedeu ao presidente uma margem de manobra para negociar com ambas as partes do conflito (Arguelhes, 2015).

O papel desempenhado por Aranha foi essencial para garantir as boas relações com os EUA. A troca de mensagens de departamentos americanos com a embaixada americana no Brasil rendia elogios e agradecimentos ao ministro brasileiro pela constan-

te troca de informações (EUA, 1945). Pediam, por isso, que chegasse à Aranha a manifestação americana de que não havia outro governo, em lugar nenhum, com o qual o governo americano se considerasse em termos mais íntimos de confiança e segurança do que com o Brasil. Esse aparente voto de confiança, contudo, contrastava com a política externa brasileira e com dura forma com que expunham seus interesses inalienáveis com relação à proteção do oceano Atlântico (ibid., p. 7):

Acho, no entanto, que você deve declarar a Aranha que, em nosso julgamento ponderado, o Governo Alemão e seus aliados nunca poderão alcançar a vitória enquanto não obtiverem o domínio dos mares, e particularmente do Atlântico. Os Estados Unidos nunca permitirão que o controle dos mares, e especialmente do Atlântico, passe para as mãos de potências que estão claramente empenhadas unicamente na conquista e dominação mundial e que têm como seu principal obje-



tivo a escravização de todos os povos livres, incluindo as vinte e uma nações americanas. Este é um princípio fundamental em nossa política atual, pois o consideramos o requisito primordial para garantir a defesa e a segurança dos Estados Unidos e do Hemisfério Ocidental. [Tradução nossa]⁷

Além disso, ainda é pedido que o presidente Vargas fosse confidencialmente comunicado de que estavam deslocando parte da frota naval do oceano Pacífico para o Atlântico a fim de garantir os interesses dos EUA e de seus vizinhos (ibid.). Diante destas manifestações e ações, o presidente Vargas comunicou ao diplomata americano no Brasil estar inteiramente de acordo com os EUA, reiterando os compromissos assumidos e afirmando que os EUA podiam contar com o Brasil (ibid.).

No entanto, a política pendular continuava a ser exercida pelo governo Brasileiro. Embora manifestasse apoio, a questão do uso das bases navais e aéreas no

Nordeste ainda não havia sido autorizadas. A ameaça Argentina passou a ser utilizada como uma questão que demandaria recursos materiais norte-americanos para a decisão do Brasil. Nesse sentido, o Subsecretario de Estado americano informa ao presidente Roosevelt que um apoio americano ao Brasil facilitaria obter autorização de uso das bases (ibid., p. 15):

O cerne do problema é fornecer aos brasileiros imediatamente evidências concretas de que vamos fornecer-lhes a quantidade mínima de armas que necessitam em sua situação atual. Uma vez feito isso, se exercermos tato ao pedir o que precisamos no nordeste do Brasil, acho que podemos obter o que necessitamos. [Tradução nossa]⁸

Os EUA sempre foram recalcitrantes com o fornecimento de armas para o Brasil em razão dos flertes que o governo fazia à Alemanha. O receio era de que as armas pudessem ser utilizadas contra os interesses norte-



americanos. No entanto, as cessões conseguidas em âmbito diplomático levaram à assinatura do Acordo de Defesa Brasileiro-Americano, assinado em maio de 1942, em que estabelecia que Brasil e Estados Unidos colaborariam na preparação de medidas de defesa a serem executadas pelas forças armadas brasileiras com apoio das forças armadas americanas para instrução e treinamento (ibid.).

Com a guinada aos Aliados, embarcações brasileiras começaram a ser visados pelo Eixo e a sofrer reiterados ataques alemães. Em resposta, no dia 22 de agosto de 1942, o governo do Brasil, presidido por Getúlio Vargas, declarou guerra ao Eixo, encerrando a política externa de equidistância pragmática. No teatro de operações de garantia do Atlântico Sul, o recém-criado Ministério da Aeronáutica, fundado em 20 de janeiro de 1941, por meio da Força Aérea Brasileira, foi encarregado de realizar patrulhas marítimas para identificar e neutralizar ameaças aos

interesses nacionais no oceano (Incaer, 1991), e a Marinha Brasileira teve como missão realizar patrulha costeira e oceânica, e escolta de comboios de navios, garantindo, assim, as rotas militares de interesse estratégico para a causa Aliada.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa pretendeu examinar a perspectiva norte-americana em relação à posição estratégica do Brasil para a Segunda Guerra Mundial ao responder a seguinte questão-problema: qual era a perspectiva norte-americana sobre o Brasil com relação a ameaça que Argentina aparentava ser e com relação ao uso de bases no nordeste brasileiro? Com um recorte temporal que envolve o período compreendido entre 1937 e 1942, portanto, antes e durante a guerra, foi possível revelar a complexidade das relações geopolíticas e os objetivos estratégicos norte-americanos na região.



A análise da história da Argentina como uma ameaça no entorno estratégico brasileiro e do Brasil como de vital importância para controle do Oceano Atlântico, realizada por meio de pesquisa bibliográfica, juntamente com os documentos da coleção presidencial de Franklin D. Roosevelt, permitiu compreender como os Estados Unidos consideravam o Brasil como um aliado crucial para a segurança continental da América e para o controle do Atlântico Sul.

A VIII Conferência Pan-Americana realizada no ano de 1938, em Lima, foi um ponto de inflexão nas relações interamericanas, com destacada importância para a política de boa vizinhança promovida pelos Estados Unidos. A desconfiança com a Argentina, vista como vacilante em relação ao Eixo, aumentou a necessidade de uma sólida aliança com o Brasil. A troca de mensagens diplomáticas entre os líderes brasileiros e americanos evidenciou a preocupação com a segurança regional e a necessi-

dade de apoio por meio da cessão de material militar.

A tomada do poder por militares nacionalistas simpatizantes do totalitarismos nazifascista na Argentina e o golpe político-militar na Bolívia contribuíram para que os Estados Unidos fortalecessem a posição brasileira. As ações tomadas, como envio de armas e equipamentos, construção de aeroportos estratégicos e a assinatura de acordos de defesa com o Brasil podem ser vistos não apenas como o compromisso com a segurança do aliado na América do Sul, mas, sobretudo, como um meio de obter uma estabilidade regional que permitisse a concentração de esforços e operações militares para além do continente.

Os documentos da coleção presidencial de Franklin D. Roosevelt revelam, também, uma complexa diplomacia que era exercida em torno da ameaça argentina, a política externa pendular brasileira e o domínio do Atlântico. Embora a política da boa-vizinhança vigesse e existis-



se um interesse estratégico no Brasil, os Estados Unidos expressavam seus limites, deixando a consequência subentendida. Manifestaram (EUA, 1945) que não permitiriam nunca o domínio do Atlântico pelo Eixo e, indiretamente, demonstraram que haveria consequências militares contra ações contrárias, noticiando que estavam deslocando parte da frota naval do oceano Pacífico para o Atlântico (ibid.). Além disso, o plano confidencial de invasão do nordeste brasileiro demonstra que os EUA estavam preparado caso a equidistância pragmática brasileira pendesse de fato para o eixo.

A III Conferência dos Chanceleres Americanos, em 1942, e a subsequente declaração de guerra do Brasil ao Eixo, por sua vez, marcaram a guinada definitiva do país para o lado dos Aliados. A política externa pendular do presidente Getúlio Vargas, cuja margem de manobra era foi facilitada por Oswaldo Aranha, foi substituída por um alinhamento estratégico com os Estados Unidos. A

participação da Força Aérea Brasileira e da Marinha do Brasil nas patrulhas e escoltas de comboios foram fundamentais para garantir as rotas de suprimentos e a segurança do Atlântico Sul. A colaboração entre Brasil e Estados Unidos fortaleceu a posição estratégica dos Aliados e contribuiu para o esforço de guerra global.

Por meio desta pesquisa, portanto, foi possível concluir sobre a importância essencial do Brasil na Segunda Guerra Mundial em dois aspectos fundamentais. Primeiro, no que tange à garantia da paz e da segurança na América do Sul, o Brasil desempenhou um papel crucial na contenção da ameaça representada pela Argentina e na prevenção do levante de revoluções político-militares inclinadas para o Eixo nos demais países da região. Em segundo lugar, no que se refere à segurança do Atlântico Sul, o Brasil foi vital para assegurar a continuidade do tráfego marítimo vindo do hemisfério sul, oferecendo uma via alterna-



tiva a um eventual bloqueio do canal de Suez ou do Panamá e garantindo as rotas de suprimentos dos Aliados, contribuindo significativamente para o esforço de guerra global.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, V. C. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil-Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, n. 1, 2005.

ARGUELHES, D. O. A III conferência dos chanceleres americanos de 1942: o ponto decisivo da política externa getulista. *Revista Brasileira de Estudos Estratégicos*, v. 7, n. 14, 2015.

CAMPOLINA, C. I. A. C. Construção da “Peronização” na Argentina: da Secretaria do Trabalho e Provisão à Presidência da República. *História Revista*, v. 21, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/41799>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CAMPOS, F. Q. A Historiografia sobre a política externa de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945: uma problematização. *Revista faces de Clio*, v. 8, n. 16, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/facesdeclio/article/view/38912>. Acesso em: 27 ago. 2024.

CARNEIRO, M. L. T. O Estado Novo, o DOPS e a ideologia da segurança nacional. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

CERVO, A. L.; BUENO, C. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2002

ELÍBIO JÚNIOR, A. M. Rumo ao conflito? Brasil e Argentina no contexto da II Guerra Mundial. 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2001, 3., 2011, São Paulo. *Proceedings online*. Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP, Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=MSC0000000122011000100025&lng=en&nrm=abn. Acesso em: 27 ago. 2024.



EUA. Franklin D. Roosevelt Library. *President's Secretary's File* (Franklin D. Roosevelt Administration). New York, 1945. Disponível em: <https://catalog.archives.gov/id/16618324>. Acesso em: 25 ago. 2024.

FERRAZ, F. C. A. *Os brasileiros e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FERRER, J. L. P.; ZHEBIT, A.; SILVA, F. C. T. Sobre as políticas externas da Argentina, do Brasil e do Chile com relação à Alemanha, aos Estados Unidos e à Itália entre a Conferência de Lima e a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1938-1942). *Revista Diálogos*, v. 16, n. 2, 2012.

GANNON, M. Invade Brazil?!. *Proceedings*, U.S. Naval Institute, v. 125, n. 10, 1999. Disponível em: <https://www.usni.org/magazines/proceedings/1999/october/invade-brazil>. Acesso em: 25 ago. 2024.

INCAER. Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica. *História geral da aeronáutica brasileira*. Rio de Janeiro: INCAER; Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.

LOPES, R. *Missão no Reich: Glória e Covardia dos Diplomatas Latino-Americanos na Alemanha de Hitler*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008.

LOSANO, M. G. A geopolítica, da Alemanha nacional-socialista à América Latina: os casos da Argentina e do Brasil. *Cultura*, v. 22, n. 1, 2006.

MAZUREK, J. A grande guerra do homem branco. *Revista história: debates e tendências*, v. 14, n. 2, 2014.

MCCANN, F. D. Jr. *Aliança Brasil Estados Unidos – 1937/1945*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/4571>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944

KISSINGER, H. *A diplomacia das grandes potências*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1999.

MIGOWSKI, E. S. A diplomacia do apocalipse: o acordo de Munique, o pacto nazi-soviético e as origens da segunda guerra mundial.



Revista da Escola Superior de Guerra, v. 36, n. 78, 2021.

OLIVEIRA, J. C. S. Oswaldo Aranha e a política externa brasileira: o papel da diplomacia em tempo de crise mundial (1938-1944). *XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis, 2015. Anais eletrônicos [...]. Florianópolis: Associação Nacional de História, 2015.

PERICÁS, L. B. Processo e desenvolvimento da revolução boliviana. *Lutas Sociais*, n. 3, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18988>. Acesso em: 25 ago. 2024.

RODRIGUES, F. S. O posicionamento militar brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial: aproximação com a Alemanha e alinhamento com os Estados Unidos da América (1934-1942). *Revista da Escola Superior de Guerra*, v. 27, n. 54, 2012. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/237/212>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SANTOS, J. M. P. A Historicidade da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Revista Digital Simonsen, n. 10, mai. 2019. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen. Acesso em: 25 ago. 2024.

SILVEIRA, J. R. F.; MACIEL, G. H. G. Munique (1938) e as trombetas do apocalipse anunciam a II Guerra Mundial. *Revista Latino-Americana de Relações Internacionais: campos neutrais*, v. 3, n. 3, 2021.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. *Principais Alianças Durante a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945)*, 2023. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/axis-powers-in-world-war-ii>. Acesso em: 25 ago. 2024.

¹ Aliança militar entre França, Reino Unido e Império Russo (Mazurek, 2014).

² No original: “*The recent revolution in Bolivia has produced deep anxiety among the other South American countries because of their belief that it had the sympathy and support of the Argentine Government. They are fearful that Argentina may have plans to encourage similar revolutions elsewhere. I share this concern and believe*



that we should take all proper and effective steps to support these countries, some of which have declared war and others broken relations with the Axis. The Good Neighbor Policy and our war effort might be seriously jeopardized otherwise. A step that would have a most healthy psychological effect would be to provide Brazil with certain additional arms and equipment. In Brazil, it would show the Government and people that we are standing behind them in a realistic way and would permit Brazil to move forward with its preparation to send an overseas expeditionary force. The effect in neighboring countries would be salutary. In particular, Paraguay and Uruguay, both of which border on both Argentina and Brazil, would feel reassured. The present military gang in control of Argentina would understand at once the import of this action”.

³ A aprovação do programa Lend-Lease significa a possibilidade de fornecimento de material militar norte-americano.

⁴ No original: “During the last two or three days, I have had several conversations in regard to Argentina, Bolivia and neighbors which make me more disturbed in regard to the future. It is not yet proved in the sense that we have full documentary evidence, but I believe that the plot is more wide-

spread than most people believe; that it has direct ramifications in Paraguay and that a great deal of preliminary work has been done in Uruguay, Chile, and Peru.

Therefore, I am in heart accord with the thought that this trend should be nipped in the bud and that we should proceed with the Argentine in strong ways.

At the same time, I think it is essential that we make a move at once to build up the strength of Brazil. This should cover American arms and munitions and possibly more Army instructors, so as to give Brazil an effective fighting force near the Argentine border such as two or three divisions of motorized regiments.

Furthermore, I am inclined to think that we should let Brazil have some Lend-Lease cargo ships to take the place of the many Brazilian ships which have been sunk.

It would be possible to pursue one of two courses - either announce the whole thing publicly, or let it leak out - which would occur in a very short time.”

⁵ Ditadura instaurada por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 e que vigorou até 29 de outubro de 1945 (Carneiro, 1999).

⁶ No original: “Airports at the port cities of Natal and Recife were fewer



than 1,750 nautical miles from Freetown, Sierra Leone, in West Africa, enabling long-range U.S. Army Air Corps Ferry Command aircraft from those airstrips to cross the Atlantic Narrows and deliver high-priority materiel, personnel, and the aircraft themselves to North Africa, the Middle East, India, Burma, China, and, most immediately, to General Douglas MacArthur's beleaguered forces fighting in the Philippines".

⁷ No original: "I think, however, that you should state to Aranha that in our considered judgment the German Government and its allies can never achieve victory so long as they do not obtain mastery of the seas, and particularly of the Atlantic. The United States will never permit the passage of the control of the seas, and particularly the Atlantic, into the hands of powers which are clearly bent solely on world conquest and world domination and which have as their major objective the enslavement of all free peoples, including the twenty-one American nations. This is a fundamental principle in our present policy since we regard it as the prime requisite for the insurance of the defense and security of the United States and of the Western Hemisphere".

⁸ No original: "The crux of the problem is to give the Brazilians immediately concrete evidence that we are going

to furnish them with the minimum amount of arms they require in their present situation. Once that is done, if we exercise tact in asking for what we need in northeastern Brazil, I think we can obtain our needs".

RESENHA

Carlos Roberto Carvalho Daróz^a

M3 Lee no Exército Brasileiro

ROCHA, Renato. *M3 Lee no Exército Brasileiro*.
Brasília: Edição do autor, 2026.

A história dos meios blindados empregados pelo Exército Brasileiro constitui um campo de investigação que, apesar de sua relevância para a compreensão da evolução da doutrina e da capacidade militar terrestre do país, ainda oferece amplo espaço para novas pesquisas. Nesse contexto, a obra *M3 Lee no Exército Brasileiro*, de Renato Rocha, apresenta uma contribuição particularmente significativa ao recuperar a trajetória do quarto carro de combate incorporado ao Exército Brasileiro. Mais do que um estudo sobre um determinado veículo blindado, o livro permite acompanhar parte impor-

tante do processo de modernização da Força Terrestre brasileira, especialmente no contexto da Segunda Guerra Mundial e de suas consequências para a organização, a doutrina e a cultura militar do país.

A escolha do M3 Lee como objeto de estudo revela-se especialmente pertinente. Concebido nos Estados Unidos em um período de acelerada transformação da guerra mecanizada, o carro de combate tornou-se um dos principais meios blindados norte-americanos no início da Segunda Guerra Mundial. Sua trajetória esteve associada a diferentes teatros de operações e a diversos

^a Coronel de Artilharia, doutor em História. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



exércitos aliados. No Brasil, entretanto, sua história assumiu características próprias. Os primeiros M3 Lee recebidos pelo país foram destinados a unidades da Arma de Infantaria, antes de o material ser progressivamente incorporado à Cavalaria, acompanhando a evolução da organização e do emprego dos blindados no Exército Brasileiro. É justamente essa trajetória que o autor procura reconstruir, oferecendo ao leitor uma visão que articula história técnica, história militar e evolução doutrinária.

A obra está organizada em sete capítulos, que conduzem o leitor desde o processo de aquisição dos carros até a identificação dos exemplares que sobreviveram ao longo das décadas e às contribuições proporcionadas pelo M3 Lee para a doutrina militar brasileira.

A estrutura adotada favorece uma leitura progressiva: inicialmente, apresenta-se o contexto de obtenção do material; em seguida, sua concepção, produção e características; posteriormente,

seu emprego internacional e sua trajetória no Brasil; por fim, são examinados os exemplares sobreviventes e o legado doutrinário do carro de combate.

O primeiro capítulo, “Aquisição dos Lee”, situa o leitor no processo que levou o Exército Brasileiro a incorporar o novo material. A aquisição não deve ser compreendida apenas como a obtenção de um equipamento, mas como parte de um processo mais amplo de aproximação militar entre Brasil e Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. A chegada dos blindados norte-americanos representava uma ruptura importante com os meios anteriormente empregados e inseria o Exército Brasileiro em um processo de modernização acelerada. O capítulo permite compreender as circunstâncias que envolveram a obtenção dos M3 Lee e as decisões que determinaram sua incorporação à estrutura militar brasileira.

Na sequência, o capítulo “Concepção do tanque médio M3” recua no tempo para apre-



sentar as circunstâncias que levaram à criação do veículo. Essa opção é importante porque evita que o M3 seja apresentado simplesmente como um equipamento recebido pelo Brasil. O leitor é conduzido ao ambiente de transformação tecnológica e doutrinária que marcou a mecanização das forças terrestres no período anterior e durante a Segunda Guerra Mundial. Compreender por que o M3 foi concebido, quais necessidades procurava atender e quais condicionantes influenciaram seu projeto permite avaliar com maior precisão suas características e seu desempenho.

O terceiro capítulo, “Produção e principais características técnicas”, aprofunda essa dimensão. A descrição técnica é acompanhada da contextualização histórica, permitindo ao leitor

compreender o veículo não apenas como uma coleção de especificações, mas como resultado de determinada concepção de guerra blindada. Armamento, proteção, mobilidade e demais características ajudam a explicar as possibilidades e limitações do

M3 Lee. Para o leitor interessado em tecnologia militar, o capítulo oferece informações particularmente úteis; para o historiador, elas contribuem para compreender como as características materiais de um carro de combate condi-

cionavam seu emprego tático e sua inserção doutrinária.

Um dos pontos fortes da obra aparece no quarto capítulo, “M3 Lee e Grant no mundo”. Ao ampliar o horizonte para além da experiência brasileira, Rocha demonstra que a história do M3 não pode ser dissociada de sua





ampla circulação internacional. O leitor toma conhecimento dos diferentes países que empregaram as versões Lee e Grant e dos teatros de operações nos quais esses carros de combate foram utilizados. Essa perspectiva comparativa é importante porque permite colocar a experiência brasileira em seu devido contexto. O M3 não foi um equipamento concebido especificamente para o Brasil, mas parte de um sistema de armamentos produzido em larga escala e distribuído entre diferentes forças aliadas. Conhecer sua trajetória internacional ajuda, portanto, a compreender tanto suas virtudes quanto suas limitações.

O quinto capítulo, “M3 Lee no Exército Brasileiro”, constitui naturalmente o núcleo da obra. É nele que a pesquisa concentra-se na trajetória brasileira do veículo, permitindo acompanhar sua incorporação, organização, emprego e posterior transformação de função. Um aspecto particularmente interessante é a constatação de que as três primeiras

unidades brasileiras de combate a receberem e utilizarem o M3 Lee pertenciam à Infantaria. Esse dado é revelador da própria fase de transição vivida pelo Exército Brasileiro, quando os conceitos relacionados ao emprego dos carros de combate ainda estavam em processo de consolidação.

Posteriormente, os M3 Lee passaram da Infantaria para a Cavalaria, acompanhando a reorganização do emprego dos blindados e a crescente especialização dessa Arma na guerra mecanizada. A obra permite acompanhar esse processo e compreender que a transferência não constituiu apenas uma mudança administrativa. Ela refletia uma transformação na maneira pela qual o Exército Brasileiro compreendia o papel dos carros de combate, sua relação com outras armas e sua utilização no campo de batalha. Nesse sentido, a trajetória do M3 Lee serve como uma janela privilegiada para observar a própria evolução da doutrina blindada brasileira.



Outro aspecto digno de destaque é o cuidado do autor em recuperar informações que poderiam facilmente desaparecer da memória institucional. A história dos blindados não se encerra quando os equipamentos deixam o serviço ativo. Muitos veículos permanecem como testemunhos materiais de determinada época, constituindo importantes elementos do patrimônio histórico-militar. É justamente essa dimensão que ganha destaque no sexto capítulo, “Os M3 Lee ‘sobreviventes’”.

Dos 100 M3 Lee recebidos pelo Exército Brasileiro, alguns exemplares sobreviveram ao tempo e encontram-se atualmente preservados e expostos em diferentes locais do país. A identificação desses veículos confere à obra uma dimensão que ultrapassa a história operacional. Os “sobreviventes” são vestígios materiais de uma etapa fundamental da modernização do Exército Brasileiro e, simultaneamente, peças do patrimônio histórico nacional. Ao registrá-

los, o autor contribui para sua preservação documental e para a valorização da memória dos blindados brasileiros.

O último capítulo, “Contribuições para a doutrina militar brasileira”, amplia a análise para além do próprio M3 Lee. A questão fundamental passa a ser compreender o que a experiência com esse carro de combate representou para a evolução do pensamento militar brasileiro. A introdução de novos meios materiais exige mudanças de organização, treinamento, manutenção, logística e emprego tático. Dessa forma, o legado de um equipamento militar não pode ser medido apenas pelo número de anos em serviço ou pela quantidade de exemplares adquiridos. Ele também deve ser avaliado pelas transformações que provocou nas instituições que o utilizaram.

É precisamente nesse ponto que a obra demonstra uma de suas principais virtudes: o M3 Lee é apresentado como parte de um processo histórico mais am-



plo. Sua importância para o Exército Brasileiro não decorreu exclusivamente de suas características técnicas ou de seu emprego operacional, mas também de sua contribuição para a construção de uma cultura de guerra blindada e para o desenvolvimento de conhecimentos que seriam posteriormente incorporados à evolução da Cavalaria e das unidades blindadas brasileiras.

A pesquisa de Renato Rocha merece destaque igualmente pela amplitude de suas fontes e pelo esforço investigativo empregado na elaboração da obra. O autor, coronel veterano da Arma de Cavalaria, construiu sua carreira militar estreitamente vinculada aos blindados. Essa experiência profissional confere à pesquisa uma perspectiva particularmente qualificada para compreender aspectos técnicos, organizacionais e doutrinários que poderiam escapar a um observador externo. Ao mesmo tempo, o trabalho não se limita à experiência pessoal ou à memória profissional. O autor realizou sólida pesquisa

documental e bibliográfica, tanto no Brasil quanto no exterior, procurando reconstruir a trajetória do M3 Lee a partir de diferentes fontes.

Essa combinação entre conhecimento profissional e investigação histórica constitui um dos méritos centrais do livro. A familiaridade do autor com o universo dos blindados não substitui a pesquisa; ao contrário, parece orientá-la para questões que contribuem para uma compreensão mais profunda do objeto. O resultado é uma obra capaz de dialogar simultaneamente com o historiador militar, o profissional das armas blindadas, o pesquisador da Segunda Guerra Mundial, o colecionador e o leitor interessado em tecnologia militar.

Também merece ser ressaltada a capacidade do livro de preencher uma lacuna na historiografia dos blindados brasileiros. Embora existam estudos sobre a modernização do Exército Brasileiro, sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra



Mundial e sobre a evolução da Cavalaria, ainda são relativamente escassas as pesquisas dedicadas à trajetória individual dos diferentes carros de combate empregados pela Força Terrestre. Ao concentrar-se no M3 Lee, Rocha demonstra como a história de um único sistema de armas pode revelar aspectos importantes de processos históricos muito mais abrangentes.

Nesse sentido, M3 Lee no Exército Brasileiro pode ser lido em diferentes níveis. Para o interessado em história dos blindados, oferece informações sobre concepção, produção, características, usuários e emprego do veículo. Para o pesquisador de História Militar, apresenta elementos para compreender a modernização do Exército e a evolução de sua doutrina. Para aqueles dedicados à memória institucional e ao patrimônio militar, registra a trajetória dos exemplares que sobreviveram e continuam preservados no Brasil. E, para o público mais amplo, conta a história de um equipamento que

ajudou a marcar uma importante etapa da transformação das Forças Armadas brasileiras.

A obra também contribui para superar uma visão exclusivamente tecnológica da história dos carros de combate. Um tanque não é apenas uma máquina: é produto de decisões políticas, industriais e militares; exige estruturas de manutenção e abastecimento; modifica formas de organização e treinamento; influencia doutrinas; e, ao ser incorporado a uma força armada, passa a integrar a cultura profissional daqueles que o operam. A trajetória do M3 Lee no Brasil, conforme demonstrado pelo autor, reúne todas essas dimensões.

Outro mérito reside na valorização da memória material. Em uma época em que muitos equipamentos militares históricos desaparecem ou são descaracterizados, saber que alguns dos 100 M3 Lee recebidos pelo Brasil ainda existem constitui informação de grande relevância. Esses veículos são mais do que peças antigas: são testemunhos concre-



tos de um período em que o Exército Brasileiro iniciou uma profunda transformação de seus meios e conceitos de emprego. Sua preservação permite aproximar as novas gerações de uma parte importante da história militar brasileira.

Em síntese, *M3 Lee no Exército Brasileiro* é uma obra que combina pesquisa histórica, conhecimento técnico e experiência profissional para reconstruir a trajetória de um dos mais importantes carros de combate que integraram o Exército Brasileiro durante a primeira metade do século XX. Ao acompanhar sua criação, produção, emprego internacional, chegada ao Brasil, utilização inicialmente pela Infantaria, posterior transferência para a Cavalaria e legado doutrinário, o leitor não conhece apenas a história de um veículo, mas parte significativa do processo de modernização da Força Terrestre.

Renato Rocha oferece, assim, uma contribuição relevante para a História Militar brasileira e,

particularmente, para os estudos sobre blindados. Seu trabalho demonstra que a história de um carro de combate pode revelar muito sobre a evolução tecnológica, institucional e doutrinária de um Exército. Ao mesmo tempo, ao identificar os exemplares sobreviventes, a obra estabelece uma ponte entre passado e presente, contribuindo para a valorização do patrimônio histórico-militar brasileiro.

Por sua pesquisa cuidadosa, pela amplitude de informações reunidas e pela combinação entre perspectiva histórica e conhecimento especializado, *M3 Lee no Exército Brasileiro* constitui leitura recomendável para militares, historiadores, pesquisadores, estudiosos da Segunda Guerra Mundial e todos aqueles interessados na evolução dos blindados no Brasil.

Mais do que recuperar a trajetória de um equipamento, o livro preserva uma parcela da memória da modernização militar brasileira e demonstra que, por trás de cada máquina de



guerra, existe uma história de homens, instituições, decisões e transformações.

Trata-se, portanto, de uma obra que merece ser conhecida e incorporada ao crescente acervo de estudos dedicados à história dos blindados e à evolução da arte militar no Brasil.

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 85 N° 119 2º SEM. 2026

ISSN: 0020-3890